



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA

CARGA HORÁRIA: 40h

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria, e outras.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

A disciplina tem como objetivo apresentar o desenvolvimento do pensamento sociológico e debater seus conceitos, possibilitando a compreensão dos principais fenômenos e instituições da sociedade contemporânea.

EMENTA

O contexto histórico do surgimento da sociologia. A perspectiva sociológica (objeto, problemas metodológicos centrais a principais correntes). Globalização e suas consequências. Transformações no trabalho. Sociologia do corpo. Evolução histórica do conceito de saúde/doença no contexto da sociedade. Estudo crítico da construção da identidade do povo brasileiro, incluindo as contribuições das matrizes indígenas e africanas, para o desenvolvimento de uma educação multiculturalista, inclusiva e democrática. Educação em Direitos Humanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Breve história da Sociologia. As principais contribuições do pensamento sociológico clássico. Globalização e suas consequências. Revolução tecnocientífica. Corporações transnacionais. Transformações no trabalho. O processo de precarização do trabalho. O corpo como território de construção de identidades. A construção social da saúde e da doença. Relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira e indígena. Direitos humanos na ordem democrática.



SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

Vídeo-aulas expositivas, participação em fóruns, resolução de exercícios, elaboração de resenhas, exibição de vídeos.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Avaliação escrita mensal – 10 pontos

Prova regimental – 10 pontos

Participação em fóruns – 5 pontos

Resenhas e trabalhos extras – 5 pontos

Cálculo da Média:

$$\text{Média} = \frac{PM + \text{Fóruns} + \text{Resenhas} + \text{trabalhos} + PR}{3}$$

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia Geral**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MELO, E.; BRAGA, L. **História da África e afro-brasileira em busca de nossas Origens**. São Paulo: Selo Negro, 2010 123p.

PALEARI, Giorgio. **Religiões do Povo. Um estudo a inculturação**. São Paulo: AM, 1990

FUNARI, PEDRO PAULO; PIÑON, ANA. **A Temática Indígena na Escola**. São Paulo: contexto, 2011

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005. (10 exemplares)

FORACCHI, Marialice Mencarini. MARTINS, José de Souza. **Sociologia e Sociedade**. 23 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2002.

HELMAN, Cecil G. **Cultura, Saúde e Doença**. 5ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

QUINTANEIRO, T., BARBOSA, M.L., OLIVEIRA, M.G.M. 1 ed. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

RIBEIRO, DARCY. **O povo brasileiro**. 1 ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: LÍNGUA PORTUGUESA

CARGA HORÁRIA: 40h

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outras.

EMENTA

Teoria e Prática do texto na aquisição do conhecimento: A Linguagem. O ato Comunicativo. O texto e sua estrutura. Abordagem textual discursiva. Leitura e Produção. Estratégias, níveis de leitura. Pressupostos e subentendidos. Recursos linguísticos na produção textual.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I. COMUNICAÇÃO, LÍNGUA E LINGUAGEM

- 1.1 – Elementos de comunicação
- 1.2 – Concepções de língua e linguagem
- 1.3 – Linguagem verbal e não verbal
- 1.4 – Linguagem formal e não formal

UNIDADE II A UNIDADE TEXTUAL: TEXTO E LEITURA

- 2.1 – Noções de texto
- 2.2 – Textos orais e escritos
- 2.3 – A leitura E a interpretação: Técnicas de leitura, compreensão e interpretação do texto.
- 2.4 – Os pressupostos E os subentendidos no texto.



2.5 – Tipologia e gêneros textuais: narração, descrição, dissertação, injunção e exposição.

2.6 – Qualidades do texto: coerência, coesão, clareza, concisão e correção gramatical.

UNIDADE III. COMPLEMENTO GRAMATICAL

3.1 – Orientações ortográficas

3.2 – Novo Acordo ortográfico

3.3 – Regras de acentuação

3.4 – Uso da vírgula

3.5 – Crase

3.6 – Concordâncias verbal e nominal

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

Leitura de textos;

Oficina de leitura e produção de textos.

Aulas expositivas e interativas;

Seminários;

Trabalhos dirigidos.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Duas avaliações bimestrais escritas (B1 e B2): valor: 10,0 (dez).

Atividades complementares (trabalhos feitos em sala de aula, apresentação de seminários e pesquisas) totalizando até 10,0 (dez)

ATIVIDADES EXTRACLASSE / PROJETOS ESPECIAIS

Aplicação da metodologia ativa: Sala de aula invertida.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ASSUMPCAO, MARIA ELENA O.O.; BOCHINI, MARIA OTILIA. Para escrever bem. São Paulo: Manole, 2006.

CIPRO NETO, Pasquale. Inculta e bela. São Paulo: Publifolha, 2000.

FARACO, Carlos Alberto e TEZZA, Cristovão. Prática de texto para estudantes universitários. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

FIORIN, José Luiz e PLATÃO, Francisco. (2008). Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de Comunicação Escrita. São Paulo: Ática, 1993.



CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO SALESIANO AUXILIUM

GARCIA, O. M. Comunicação em Prosa Moderna. Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas, 1992.

SAUTCHUK, Inez. Perca o medo de escrever. São Paulo: Saraiva, 2012.



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: CULTURA RELIGIOSA

CARGA HORÁRIA: 40h

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outras.

EMENTA

A experiência religiosa: fenômeno e evolução histórica. O fenômeno religioso, com sua linguagem específica e com especial atenção à experiência religiosa individual: O aspecto social da religião e as funções que ela exerceu e exerce na transformação da sociedade com especial atenção à crise da religião na modernidade e às perspectivas contemporâneas. Valorizar a cultura afrodescendente, reconhecendo a sua presença de forma positivada nos diversos segmentos da sociedade, no que diz respeito à literatura, arte, culinária, religião música e dança.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Auto- conhecimento
- Bibliologia – AT - NT
- Antropologia Cristã
- Escatologia do homem
- Escatologia do mundo
- Celebrando a Escatologia do Homem
- História da Igreja
- Cristologia I e II



- Mariologia
- Estudo específico das grandes religiões
- Diálogo entre as culturas e as religiões
- Educação étnico-racial: valorizar a cultura. Ecumenismo
- O fenômeno religioso

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

Aulas expositivas e recursos audiovisuais.

Trabalhos de incentivo a pesquisas em livros e na Internet.

Utilização da Biblioteca para realização de pesquisas e organização de seminários.

ATIVIDADES EXTRACLASSE / PROJETOS ESPECIAIS

Visita às cidades históricas em MG

Visita às Mesquitas em São Paulo e Barretos

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Avaliações objetivas, subjetivas e práticas bimestrais

Trabalhos em grupo e apresentação de seminário.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

Cisalpino, Maurilo Religiões São Paulo: Sipione. 1994

Aamral, L. et. Al. Nova Era: Um desafio para os Cristãos. 2 ed. São Paulo: Paulinas. 1994

Valentini, alberto Cristiano e Marxismo: o homem, um ser social. Porto alegre: Sulina. 1971.

Comblin. J antropologia Cristã. Petrópolis: Vozes 1985.

Paleri Georgio Religiões do povo. Um Estudo a Inculturação. São Paulo AM 1990.

Etnias e Culturas, Nereide Schilaro Santa Rosa, 32 págs., Ed. Moderna,

Usos e Costumes, Nereide Schilaro Santa Rosa, 32 págs., Ed. Moderna

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

Referências bibliográficas – complementar

Código de Direito Canônico – Ed. Loyola

Armstrong, Karen Uma história de Deus. Companhia das Letras 2001.

Albert Samuel, as religiões hoje. 2 eds. Paulus 2003

Lima, Maurílio, Introdução à História do direito Canônico – Ed. Loyola 2004



CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO SALESIANO AUXILIUM

Brakemeier, Gottfried, O Ser Humano em Busca de Identidade Ed. Paulus 2005

Educação Anti-Racista: Caminhos Abertos pela Lei Federal nº 10.639/03, vários autores, 234 págs., Edições MEC/BID/UNESCO, MEC DA EDUCAÇÃO,

Festas e Tradições, Nereide Schilaro Santa Rosa, 32 págs., Ed. Moderna



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO I

CARGA HORÁRIA: 40h

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outras.

EMENTA

Conceitos fundamentais da Teoria Geral do Direito. Direito como objeto de conhecimento. Dogmática jurídica. Disciplinas zetéticas que estudam o Direito. O método jurídico. Teoria da norma. Teoria do ordenamento jurídico. Fontes do Direito. Lacunas do Direito. Antinomias jurídicas.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Proporcionar ao aluno a compreensão global do fenômeno jurídico através da abordagem dos principais institutos da Introdução ao Estudo do Direito I, e oferecer subsídios para a solução das questões jurídicas fundamentais da área de sua atuação. Além disso, buscar-se-á desenvolver um espírito crítico diante das instituições políticas e da realidade jurídico-social.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Direito: Noção, Conceito, Função e Finalidade Social do Direito;
- Direito como ciência;
- A Tridimensionalidade do Direito - fato, valor e norma;
- Juízos de realidade e valor;
- O Direito e a Moral: semelhanças e distinções;



- As Teorias dos Círculos – Influência da Moral sobre o Direito;
- Divisão do Direito
- Fontes do Direito
- A Norma Jurídica
- A Lei e o Ordenamento Jurídico
- Conflito de Leis no Tempo e no Espaço e Eficácia da Lei no Espaço
- Interpretação, Integração e Aplicação do Direito.

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

Aulas expositivas, seminários, estudos dirigidos e requisição de fichas de leituras (fichamentos) para despertar o exame crítico dos alunos sobre o direcionamento das matérias lecionadas.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas bimestrais, participação em seminários ou estudos dirigidos em sala de aula, apresentação de fichamentos ou de trabalhos de pesquisas individuais ou em grupos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BOBBIO, Norberto. O Positivismo Jurídico. Lições de Filosofia do Direito. São Paulo: Ícone. 1995.

BOBBIO, Norberto. Teoria do Ordenamento Jurídico. Brasília: UNB, 1991.

COELHO, Fábio Ulhoa. Para entender Kelsen. São Paulo: Saraiva, 2012.

DINIZ, Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência Jurídica. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito. Técnica, decisão e dominação. 3ª ed. São Paulo. Atlas, 2011.

REALE Miguel. Lições Preliminares do Direito. 23ª ed. São Paulo: Saraiva 1996. Santa Rosa, 32 págs., Ed. Moderna



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL I

CARGA HORÁRIA: 80h

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outras.

EMENTA

Ementário: O Sistema do Código Civil Brasileiro. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Pessoa Natural. Pessoa Jurídica. Domicílio. Capacidade. Bens. Fatos e Atos jurídicos. Defeitos, modalidades e formas de atos Jurídicos. Atos Ilícitos. Prescrição e Decadência: Conceito e Distinções.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Proporcionar ao aluno o conhecimento relativo ao curso de direito civil em sua fase introdutória.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 – Noções de direito.
- 2 - Código Civil Brasileiro
 - Estrutura do Código Civil;
 - Direito Civil e a Constituição de 1.988.
- 3 – Pessoa Natural.
 - Os sujeitos do Direito;



- Personalidade: aquisição e perda;
 - Comoriência;
 - Capacidade;
 - Incapacidade absoluta;
 - Incapacidade Relativa;
 - Maioridade – Emancipação;
 - Registro Civil
- 4 – Pessoa Jurídica.
- Teorias;
 - Classificação;
 - Representação;
 - Despersonificação;
 - Extinção;
 - Pessoa Jurídica de Direito Civil;
- 5 – Domicílio Civil.
- Conceito
 - A importância prática;
 - Elementos;
 - Requisitos;
 - Unidade;
 - Pluralidade de domicílios;
 - Falta de domicílio;
 - Domicílio voluntário;
 - Domicílio Necessário ou legal;
 - Domicílio de contrato;
 - Domicílio da Pessoa Jurídica.
- 6 – Bens.
- Classificação: móveis, imóveis, fungíveis, não fungíveis, consumíveis, não consumíveis, divisíveis e indivisíveis;
 - Coisas singulares e coisas coletivas;
 - Coisa principal e coisa acessória;
 - Benfeitorias e acessões;
 - Bens públicos e bens particulares;
 - Coisas fora do comércio;
 - Bens de família - Lei. 8.009/90.
- 7 – Fatos, Atos e Negócios Jurídicos.
- Fato jurídico;
 - Conceito;



- Classificação;
- Aquisição, modificação e perda do direito;
- Defesa judicial dos direitos;
- Perecimento;
- Ato Jurídico;
- Conceito;
- Elementos constitutivos;
- Pressupostos de validade.

8 – Negócios Jurídicos.

- Conceito;
- Elementos essenciais, naturais e acidentais;
- Classificação;
- Forma;
- Provas;
- Interpretação;
- Motivo e Causa;
- Defeitos dos Negócios Jurídicos;
- Vícios de vontade;
- Do erro;
- Teorias;
- Dolo;
- Coação;
- Lesão;
- Excludentes do dever de indenizar.

9 – Prescrição e Decadência.

- Distinção e conceito;
- Regras gerais;
- Prazos

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

A metodologia consiste em aulas expositivas. Propiciar o debate sobre temas da disciplina que despertem maior interesse entre os alunos, sobretudo atualidades, inovações de teses doutrinárias legislativas. Trabalho em grupo, na sala de aula para pesquisa doutrinária sucinta de temas propostos.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas e trabalhos.



REFERÊNCIAS BÁSICAS

RODRIGUES – Silvio – Direito Civil – Parte Geral, São Paulo, Ed. Saraiva. 2007.

Código Civil Brasileiro.

VENOSA- Sílvio de Salvo – Direito Civil – Parte Geral, Ed. Atlas.

LISBOA-Roberto Senise – Direito Civil – Parte Geral, Ed. Saraiva.



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO PENAL I

CARGA HORÁRIA: 80h

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outras.

EMENTA

Conceito de Direito Penal. Síntese histórica: Conceito, características, funções, relações com outras ciências jurídicas. A Lei Penal: princípio da reserva legal no tempo e no espaço. A norma penal: conceito, características, composição, espécies e aplicação. O Crime.

Pressupostos. Tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade: conceito, requisitos e exclusão.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Introduzir o aluno no estudo da lei penal, conduzindo-o à sua adequada interpretação e compreensão da sua aplicabilidade;

Posicionar a disciplina no universo jurídico, permitindo ao aluno perceber a sua importância, características, funções e relações com as outras disciplinas jurídicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O Direito Penal

1. Síntese histórica;



2. Conceito e denominação;
3. Função;
4. Fontes do Direito Penal;
5. Relações com as outras ciências jurídicas e outros ramos do Direito.

Aplicação da Lei Penal

1. Princípio da reserva legal;
2. Norma penal:
 - Conceito;
 - Características;
 - Classificação.
3. Concurso ou conflito aparente de normas;
4. Norma penal em branco.
5. Interpretação da lei penal: objetivo e espécies;
6. Integração da Lei Penal: Art. 4º da LICC;
7. Analogia e interpretação analógica;
8. Os costumes e os princípios gerais do Direito.
9. A lei penal no tempo:
 - Princípios: geral, retroatividade, irretroatividade, ultratividade, abolitio criminis, novatio legis incriminadora, in melius e in pejus;
 - Tempo do crime;
10. A lei penal no espaço:
 - Teorias;
 - Territorialidade e extraterritorialidade;
 - Lei excepcional e temporária;
 - Lugar do crime;
 - Sentença penal estrangeira.

O Crime

1. Conceitos material e formal;
2. Teorias do crime: posições das doutrinas clássica e moderna;
3. Pressupostos ou requisitos;
4. Das formas de conduta: ação ou omissão;
5. Teorias da ação;
6. Objetos jurídico e material;
7. Sujeitos ativo e passivo;
8. Tipos subjetivo e objetivo;
9. Crime e contravenção;
10. Crime instantâneo e permanente;
11. Crimes comuns, próprios e de mão própria;
12. Crimes simples e complexo;
13. Crimes comissivos, omissivos próprios e impróprios;



14. Agente garantidor;
15. Crimes de mão própria;
16. Fato típico: Do resultado, jurídico e naturalístico;
17. Crimes de dano, de perigo, materiais, formais e de mera conduta.

Relação de Causalidade.

1. Conceito;
2. Teorias;
3. Causas e concausas;
4. Interrupção do nexo causal;
5. Causas absoluta e relativamente independentes;
6. Causas anteriores, concomitantes e supervenientes;
7. Tentativa;
8. Conceito;
9. Inter criminis:
 - Fases;
 - Distinção entre atos preparatórios e executórios;
 - Formas;
 - Crime falho.
10. Consumação e exaurimento:
 - Conceitos;
 - Desistência voluntária e arrependimento eficaz;
 - Arrependimento posterior;
 - Crime impossível;
 - Caso fortuito.

Tipicidade

1. Tipo penal: conceito, estrutura, características, elementos, espécies do tipo penal;
2. Elementares e circunstâncias agravantes, atenuantes, causas de aumento e diminuição e qualificadoras;
3. Teorias da relação;
4. Teoria da adequação social;
5. Princípio da insignificância;
6. Tipo objetivo e subjetivo;
7. Princípio da reserva legal;
8. Adequação típica direta e indireta;
9. Atipicidade absoluta e relativa;
10. Conflitos ou concursos aparentes de tipos ou de normas penais:
 - Especialidade;
 - Subsidiariedade;



- Consunção;
- Alternatividade;
- 11. Tipo doloso;
- 12. Espécies de dolo;
- 13. Tipo culposo;
- 14. Espécies de culpa.

Antijuridicidade

1. Antijuridicidade formal e material;
2. Exclusão da antijuridicidade:
 - Conceito;
 - Discriminantes legais;
 - Discriminantes supralegais;
 - Estado de necessidade: conceito, natureza, fundamento jurídico, requisitos;
 - Excesso no estado de necessidade;
 - Legítima defesa: conceito, natureza, fundamento jurídico, requisitos;
 - Distinção entre legítima defesa e estado de necessidade;
 - Excesso na legítima defesa; - Estrito cumprimento do dever legal: conceito, natureza,
 - Fundamento jurídico, requisitos;
 - Excesso no cumprimento do dever legal;
 - Exercício regular de direito: conceito, natureza, fundamento jurídico, requisitos;
 - Excesso no exercício regular de direito;
 - Discriminante supralegal: consentimento do ofendido.
 - Culpabilidade
3. Conceito, natureza, fundamento jurídico, requisitos;
4. Pressuposto do crime ou da pena?;
5. Imputabilidade: potencial consciência da ilicitude e exigibilidade de conduta diversa;
6. Exclusão da imputabilidade:
 - Doença mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado;
 - Embriaguez;
 - Emoção e paixão;
 - Potencial conhecimento da ilicitude;
7. Exclusão da culpabilidade:
 - Ausência da potencial consciência da ilicitude e pela inexigibilidade de conduta diversa;
 - Coação moral irresistível;



- Obediência hierárquica;
8. Eximentes supralegais.

Erro

1. Erro de tipo;
2. Erro de tipo essencial;
3. Erro provocado por terceiro;
4. Erro acidental;
5. Erro sobre o objeto;
6. Erro sobre a pessoa;
7. Erro na execução (aberratio ictus);
8. Resultado diverso do pretendido (aberratio criminis);
9. Erro de proibição;
10. Erro de proibição escusável;
11. Erro de proibição inescusável;
12. Discriminantes putativas -Teorias;
13. Eximentes putativas decorrentes das circunstâncias de fato (erro de tipo);
14. Eximentes putativas decorrentes dos limites da excludente de ilicitude (erro de proibição).

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

A metodologia consiste em aulas expositivas e discussões de textos relacionados aos temas do Direito Constitucional. Propiciar o debate sobre temas da disciplina que despertem maior interesse entre os alunos, sobretudo atualidades, inovações de teses doutrinárias legislativas. Trabalho individual de pesquisa doutrinária sucinta de temas propostos.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

A avaliação realizada de duas formas distintas. Avaliação objetiva, com provas semestrais e trabalhos no intuito de aprofundar temas específicos, e, avaliação subjetiva, considerando o empenho do aluno, bem como sua participação em aula e discussões.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ANDREUCCI, R.A. Estudos e Pareceres de Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 1980.
ARANHA, J.Q.T.C. Crimes contra honra. São Paulo: Saraiva, 1995.
ARAUJO, Sergio Luis de Souza. Teoria geral do processo penal. Belo Horizonte: Mandamentos, 1999.



- AYDOS, Marco Aurélio Dutra. Ilustres Assassinos. São Paulo: Acadêmica, 1992.
- BATISTA, Nilo. Introdução crítica ao Direito Penal brasileiro. Rio de Janeiro: Renovar, 1993
- BRASIL. Código penal. 38 ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- BRUNO, A. Direito penal. Tomos I e II. São Paulo: Forense, 1995. T.1 e 2.
- CARVALHO, Márcia Dometila Lima. Fundamentação Constitucional do Direito Penal. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1992.
- COELHO, Walter. Teoria Geral do Crime. Porto Alegre: Sérgio Fabris. 1995.
- COSTA JUNIOR, P.J. & GREGORI, G. Direito Penal Ecológico. São Paulo, CETESB, 1981.
- COSTA JÚNIOR, P.J. Comentários ao Código Penal. 4ª ed... São Paulo: Saraiva, 1996.
- COSTA, J.P.J. Comentários ao Código Penal. 1º vol., 4ª ed. São Paulo: Saraiva 1996.
- COSTA, P.J. Curso de Direito Penal. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 1992.
- FRAGOSO, H.C. Lições de direito penal. Rio de Janeiro: Forense 2000.
- JESUS, Damásio E. Código Penal Anotado. 6ª ed., São Paulo: Saraiva, 1996.
- JESUS, Damásio. Direito penal. 18ª ed. São Paulo: Saraiva 1999. 4 v.



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: FILOSOFIA DA FELICIDADE

CARGA HORÁRIA: 40h

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outras.

EMENTA

Discussão do conceito sobre a felicidade e a promoção da felicidade. Dimensões humanas e fatores que podem influenciar no desenvolvimento e encontro com a felicidade. Psicologia positiva como forma de contribuir para a felicidade dos indivíduos. Atividades que podem estimular a felicidade e estratégias para a construção de hábitos melhores.

OBJETIVOS DO CURSO

O Curso de Engenharia Mecânica tem por objetivo formar profissionais capacitados a entender, criar e desenvolver tecnologias, em sua área de atuação, tendo como base uma sólida formação técnica, humanista e científica, implicando em ações éticas, justas e com responsabilidade social, as quais visam colaborar para o desenvolvimento da sociedade nos âmbitos tecnológico, científico, econômico e intelectual, buscando o bem-estar do indivíduo. Os principais meios para isto são: a formação de profissionais qualificados nestes quesitos, e a execução de projetos de pesquisa e extensão de forma conjunta com setores da sociedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO



1) A Felicidade e a humanidade:

- Histórico sobre a conceituação de felicidade até os dias atuais.
- Dimensão transcendental humana.
- As dimensões humanas.
- Transcendência.
- Meditação, concentração e práticas devocionais.

2) A ciência e a felicidade:

- Psicologia Positiva.
- Aceitação das emoções negativas.
- Como desfrutar a positividade e a alegria.
- Como perdoar nossas fraquezas e as fraquezas dos outros.
- Neurobiologia da felicidade.
- Mediadores químicos envolvidos na sensação de felicidade.
- Impacto do sono, atividade física e estresse no organismo.
- Qualidade de vida e alimentação.
- Arte.

3) A felicidade na sociedade:

- Lazer e relacionamento social.
- Amor verdadeiro.
- Relacionamentos interpessoais.
- Conexão social e redes sociais.
- Trabalho.
- A importância do trabalho e do dinheiro para qualidade de vida.
- Realização e reconhecimento profissional.

4) A Arte de Ser Feliz:

- Resiliência.
- Liberdade e Segurança.
- Exercício da Gratidão.
- Gratidão e bondade.
- Gentileza.
- Sonhos e Aspirações.
- A importância do estudo e desenvolvimento pessoal.
- Motivação e definição de novas metas.
- Estabelecimento de objetivos claros - identificação do importante.
- Capacidade de reciclar.
- Importância de um projeto de vida.

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

Vídeo aulas, e-books, leituras dirigidas e exercícios teóricos e práticos.



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O aluno deverá realizar os exercícios previstos nos quatro módulos do curso e as duas avaliações.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

HUTZ, Claudio Simon. Avaliação em Psicologia Positiva. Porto Alegre: Artmed, 2014 (Minha Biblioteca)

RASHID, Tayyab; SELIGMAN, Martin. Psicoterapia Positiva: manual do terapeuta. Porto Alegre> Artmed, 2019. (Minha biblioteca)

SELIGMAN, Martin. Florescer.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

COELHO JUNIOR, Achilles Gonçalves; MAHFOUD, Miguel. As dimensões espiritual e religiosa da experiência humana: distinções e inter-relações na obra de Viktor Frankl. **Psicol. USP**, São Paulo , v. 12, n. 2, p. 95-103, 2001.

CORBI, Raphael Bottura; MENEZES-FILHO, Naércio Aquino. Os determinantes empíricos da felicidade no Brasil. *Revista de Economia Política*, vol. 26, no 4 (104), pp. 518-536, outubro-dezembro/2006.

MORAES, Maria Regina Cariello. O desencantamento da meditação: da união mística ao fitness cerebral. **Relig. soc.**, Rio de Janeiro , v. 39, n. 1, p. 224-248, abr. 2019 .

MENEZES, Carolina Baptista; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Os efeitos da meditação à luz da investigação científica em Psicologia: revisão de literatura. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 29, n. 2, p. 276-289, jun. 2009.



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: ECONOMIA

CARGA HORÁRIA: 40h

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outras.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Apresentar conceitos e instrumentais básicos da Ciência Econômica a fim de compreender o comportamento do mercado e de seus agentes participantes. Discutir os conceitos e instrumentais básicos da Ciência Econômica, a fim de possibilitar aos acadêmicos que compreendam os objetivos das políticas econômicas implementadas e seus reflexos para a tomada de decisões no âmbito de uma empresa.

EMENTA

Introdução conceitual à Economia; Estudos dos conceitos e categorias econômicas; Análise e características gerais do sistema Capitalista; Noções de microeconomia e macroeconomia; Noções de Crescimento e Desenvolvimento; O processo de produção e circulação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução e princípios da Economia
 - 1.1. O que é Economia
 - 1.1.2. Divisões da Economia



- 1.1.3. Concepções da Economia
- 1.1.4. Fatores de Produção
- 2. Princípios da Economia
 - 2.1. Conceitos Chave da Economia
 - 2.2. Pensando como um Economista
 - 2.3. A Economia como Ciência
 - 2.3.1. Fronteiras de Possibilidade de Produção (ou Curva de Transformação)
 - 2.4. A Micro e a Macro Economia
 - 2.4.1. O Economista como Analista e como Conselheiro
- 3. Fronteiras da Economia
 - 3.1. Comércio, Vantagens e Oportunidades
 - 3.1.1. Custo de Oportunidades
 - 3.1.2. Importações e Exportações
- 4. Como Funciona o Mercado e As forças de Mercado, da Oferta e da Demanda
 - 4.1. Um Mercado Competitivo
 - 4.2. A Demanda
 - 4.2.1. A Curva de Demanda
 - 4.3. A Classificação dos Bens
 - 4.3.1. A Curva de Oferta
 - 4.4. O Equilíbrio
 - 4.4.1. Excesso de Oferta
 - 4.4.2. Excesso de Demanda
- 5. Teoria Keynesiana
 - 5.1. A Curva de Phillips
 - 5.1. Teoria Monetária

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

Aula expositiva com o uso de textos e DVDs; Pesquisa bibliográfica; Prática de redação; Referências bibliográficas de materiais impressos (livros, jornais, revistas); Laboratório de informática; Desenvolvimento/criação de textos e planejamentos.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Provas individuais escritas sobre o conteúdo apresentado durante o semestre. Trabalhos individuais e em grupo. Prova regimental. Todos os processos de avaliação têm peso 10.

REFERÊNCIAS BÁSICAS



GARCIA, Manuel Enriquez. Fundamentos de Economia. Saraiva, São Paulo, 2002.

ROSSETTI, Paschoal. Introdução à Economia. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

VASCONCELLOS, Marco Antonio. **Fundamentos de Economia**. Saraiva, São Paulo, 2002.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MAIMON, Dália. Ensaios sobre economia do meio ambiente. Rio de Janeiro: APED: UFRJ, 1992.

MAIMON, Dália. Passaporte verde: gerência ambiental e competitividade. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1996.

MOURA, L. Economia Ambiental – Gestão de custos e investimentos. 2ª ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: PSICOLOGIA

CARGA HORÁRIA: 40h

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outras.

EMENTA

Psicologia e relações sociais. Psicologia e Direito: noções gerais. Aplicação de conceitos da Psicologia na esfera judiciária. Psicologia Jurídica. Psicologia Judiciária no Direito Brasileiro: conceitos e alcance. A psicologia em diferentes campos do direito: exemplos de caso.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I — Psicologia x Relações Sociais x Comportamento Social.

- Conceito de psicologia, objeto de estudo e áreas de atuação • Principais teorias da Psicologia e comportamento social: Teoria Psicanalítica e a Teoria Behaviorista. •

Atitude preconceituosa, estereótipo e discriminação • Comportamento ante social: agressão x violência • Justiça nas relações sociais

- As psicopatologias.

II — Psicologia Judiciária.

- Psicologia e Direito: noções gerais • Psicologia Jurídica e Psicologia Forense.

Aplicação de conceitos da psicologia na esfera judiciária

III — Psicologia em diferentes campos do direito: estudos de casos.



- Psicologia e Tribunal de Júri: a) Depoimento de testemunhas oculares. b) Júris – processos grupais em ação. c). Por que as pessoas obedecem à lei. d) Estudos de casos.
- Psicologia no Direito de Família. a) Guarda, adoção, alimento, divórcio, b) Estudos de casos.
- Psicologia nas Instituições Penais. a) Readaptação do prisioneiro para a vida social. b) Reabilitação como um processo. c) Psicoterapia individual e de grupo.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

GONCALVES, Hebe Signorini (Org.), BRANDAO, Eduardo Ponte (Org.).

Psicologia jurídica no Brasil. Rio de Janeiro: NAU, 2004.

MIRANDA, Pontes de. **Margem do direito:** ensaios de psicologia jurídica. 2. ed. Campinas, SP: Bookseller, 2004.

RIGONATTI, Sérgio Paulo (Coord). **Temas de psiquiatria forense e psicologia jurídica.** São Paulo: Vetor, 2003.

SILVA, Denise Maria Perissini da. **Psicologia jurídica no processo civil brasileiro:** a interface da psicologia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BARROS, Célia Silva Guimarães. **Pontos de psicologia geral.** 15. ed. São Paulo: Ática, 1997.

BRITO, Leila Maria Torraca (Org.). **Jovens em conflito com a lei.** Rio de Janeiro: UERJ, 2000.

TELES, Antônio Xavier. **Psicologia moderna.** 35. ed. São Paulo: Ática, 2001



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: LINGUA PORTUGUESA II

CARGA HORÁRIA: 40h

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outras.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Aprofundar e/ou revisar estudos desenvolvidos no Segundo Grau, explorando aspectos mais complexos e específicos do conhecimento da língua portuguesa. Desenvolver a habilidade para a comunicação e a expressão em termos de recepção e produção adequada de textos dentro dos padrões gramaticais. Redigir textos de forma claros, diretos, objetivos, concisos, de acordo com as exigências contextuais. Liberar a linguagem e o pensamento através da prática das técnicas redacionais.

EMENTA

Produção e reescrita de diferentes tipos de texto usando corretamente as regras gramaticais da língua portuguesa, principalmente o sistema ortográfico e os recursos de pontuação, expressando-se de maneira adequada. Leitura e interpretação de textos para apreender a mensagem principal e para verificar as funções e elementos da teoria da comunicação. Adequação gramatical nas diferentes e variadas modalidades redacionais: argumentativa, reflexiva, narrativa e descritiva. Experiências de liberação da linguagem e pensamento em práticas de técnicas redacionais diversas.



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1-TEXTO: LEITURA E PRODUÇÃO

- 1.1- Noção de texto;
- 1.2- As várias possibilidades de leitura/compreensão dos textos
- 1.3- Adequação vocabular
- 1.4- Coesão e coerência (no item coerência: a incoerência entre as ideias, a progressão discursiva, clichê e lugar comum.
- 1.5- Fatores pragmáticos (intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade, intertextualidade
- 1.6- Funções da linguagem
- 1.7- Elementos da comunicação

2-ASPECTOS GRAMATICAIIS

- 2.1-Acentuação
- 2.2-Vícios de linguagem
- 2.3- Crase, pontuação, concordância.

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

Trabalhos em grupos;
Uso da biblioteca;
Uso de dicionários em sala de aula;
Uso de recursos audiovisuais de que a instituição dispõe;
Uso do datashow.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

As avaliações, duas ou três no semestre, conterão questões de múltipla escolha e dissertativas.

Obs.: Como nota suplementar, serão observadas as atividades solicitadas no cotidiano das aulas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CEGALLA, Domingos Paschoal; **novíssima gramática da língua portuguesa**; SP; Nacional; 1988.

FIORIN, José & SAIOLI, Platão; **para entender o texto: leitura e redação**; SP; Ática,1992.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BECHARA, Evanildo; **Moderna gramática Portuguesa**; SP;Nacional; 1987

BLIKSTEIN, Izidoro; **Técnicas de comunicação escrita**;SP; Ática; 1990.



CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO SALESIANO AUXILIUM

GARCIA, Othon M.; **Comunicação em prosa moderna**; RJ; Fundação Getúlio Vargas; 1996.

MEDEIROS, João Bosco; **Correspondência: técnicas de comunicação criativa**; SP; Atlas; 1996.

MESQUITA, Roberto Melo & MARTOS, Cloder Rivas; **Gramática pedagógica**; SP; Saraiva; 1990.



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO II

CARGA HORÁRIA: 40h

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outras.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Compreender a estrutura da relação jurídica e o manejo do direito subjetivo, bem como as técnicas de aplicação, interpretação e efetivação do Direito.

EMENTA

Relação jurídica e o direito subjetivo. Aplicação do Direito: hermenêutica jurídica e solução do caso concreto

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Relação jurídica

1. Conceito e conteúdo;
2. Relação jurídica e situação jurídica;
3. Elementos da relação jurídica: sujeitos, objeto, fato jurídico e vínculo - noções gerais;
4. Espécies de relações jurídicas: abstratas e concretas; simples e complexas; principais e acessórias; públicas e privadas; pessoais,



obrigacionais e reais. Relação jurídica civil, penal, processual, tributária - principais características;

5. Elementos externos da relação jurídica:

- Sujeitos ativo e passivo - pessoa natural e pessoa jurídica;
- Personalidade e capacidade jurídica;
- Capacidade de gozo e capacidade de exercício;
- Objeto. Conceito;
- Espécies de objeto - pessoas, prestações, coisas e direitos.
- Bens - conceito, distinção entre bem e coisa. Noção de patrimônio;
- Classificação dos bens;
- Fato e ato jurídico - noções fundamentais. Distinção entre ato jurídico e negócio jurídico;
- Nascimento e aquisição de direitos;
- Posições jurídicas dos indivíduos:
- Posições jurídicas ativas - poder jurídico e faculdade jurídica;
- Posições jurídicas passivas - dever jurídico, sujeição, obrigação e ônus.

Direito subjetivo

- Teorias subjetiva, objetiva e eclética;
- Conceito;
- Elementos;
- Direito objetivo e subjetivo;
- Direito e interesse;
- Direito e faculdades jurídicas;
- Qualidade jurídica;
- Direitos potestativos;
- Classificação dos direitos subjetivos: absolutos e relativos; patrimoniais e extrapatrimoniais; originários e derivados; principais e acessórios;
- Direitos subjetivos transmissíveis e intransmissíveis (absolutos e relativos); inalienabilidade; subrogação, alienação e sucessão.

Direitos subjetivos patrimoniais e direitos extrapatrimoniais.

- Conceito.
- Características.
- Subdivisão dos Direitos Patrimoniais: Pessoais e Reais.
- Subdivisão dos Direitos Extrapatrimoniais: Direitos da Personalidade e Direitos de Família.

Direitos Subjetivos Públicos



- Perspectivas históricas;
- Direitos subjetivos públicos;
- Direitos da personalidade na Constituição Brasileira de 1988.

Direito Adquirido

- Teorias;
- Requisitos;
- Conceito;
- Momento de sua constituição;
- O art. 6º, § 2º da Lei de Introdução do Código Civil c/c art. 74, III e parágrafo único e arts. 114, 118 126 do Código Civil.
- Tutela constitucional do direito adquirido;
- Direito adquirido e expectativa de direito;
- Leis de ordem pública e o direito adquirido.

Exercício, Defesa e Extinção dos Direitos

- Gozo e exercício dos direitos;
- Regras concernentes ao exercício do direito;
- Abuso de direito;
- Defesa dos direitos;
- Modificações e perda dos direitos.

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

A metodologia consiste em aulas expositivas e discussões de textos relacionados aos temas do Direito Constitucional. Propiciar o debate sobre temas da disciplina que despertem maior interesse entre os alunos, sobretudo atualidades, inovações de teses doutrinárias legislativas. Trabalho individual de pesquisa doutrinária sucinta de temas propostos.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

A avaliação realizada de duas formas distintas. Avaliação objetiva, com provas semestrais e trabalhos no intuito de aprofundar temas específicos, e, avaliação subjetiva, considerando o empenho do aluno, bem como sua participação em aula e discussões.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARNAUD, André-Jean (org.) Dicionário enciclopédico de Teoria e de Sociologia do Direito. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.
ASCENSÃO, José de Oliveira. O Direito. Introdução e Teoria Geral. Coimbra: Almedina, 1993.



BOBBIO, Norberto. O Positivismo Jurídico. Lições de Filosofia do Direito. São Paulo: Ícone. 1995.

BOBBIO, Norberto. Teoria do ordenamento jurídico. Brasília: UNB, 1991.

CAMARGO, Margarida Maria Lacombe. Hermenêutica e argumentação. Uma contribuição ao estudo do Direito. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

CANARIS, Claus Wilhelm. Pensamento sistemático e conceito de sistema na Ciência do Direito. Lisboa: Calouste Guebenkian, 1989.

COELHO, Fábio Ulhoa. Para entender Kelsen. São Paulo: Saraiva, 1997.



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL II

CARGA HORÁRIA: 80h

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outras.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Base teórica para o oferecimento de defesas e a complementação do estudo do processo no primeiro grau de jurisdição.

EMENTA

Resposta do réu. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Prova. Audiência de instrução e julgamento. Sentença. Tutelas dos arts. 461, CPC e 84, CDC. Coisa julgada.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Resposta do Réu

- Conceito. Atitudes que o réu citado pode assumir;
- Prazos;
- Contestação. Conceito. Princípios. Defesas relativas à ação e ao processo. Defesas direta e indireta de mérito. Tutela antecipada, abuso do direito de defesa;
- Exceções de incompetência, impedimento e suspeição;



- Reconvenção. Requisitos gerais e específicos;
- Reconhecimento jurídico do pedido;
- Respostas do réu no procedimento sumário e nos juizados especiais.

Revelia

- Conceito e efeito;
- Casos em que o efeito não se produz;
- A revelia no procedimento sumário e nos juizados especiais.

Providências Preliminares

- Conceito e enumeração das providências;
- Ação declaratória incidental. Conceito. Cabimento. Requisitos. Questão prejudicial. Momento da propositura pelo autor e pelo réu. Finalidade;
- Réplica;
- Correção de irregularidades ou de nulidades sanáveis.

Julgamento Conforme o Estado do Processo

- Extinção do processo;
- Julgamento antecipado da lide;
- Audiência preliminar e de conciliação.

Provas

- Teoria geral das provas;
- A produção das provas em espécie.

Audiência de Instrução e Julgamento

- Natureza jurídica. Princípios. Atividades preparatórias;
- Tentativa de conciliação;
- Atividades de instrução;
- Debate oral. Memoriais;
- Incidentes em audiência;
- Prolação da sentença.

Sentença

- Definição legal. Terminativas e definitivas e suas funções.
- Publicação e intimação;
- Requisitos essenciais;
- Correção e integração;
- Nulidades;
- Classificação e seus efeitos. Momento de eficácia;
- As tutelas dos arts. 461, CPC e 84, CDC.

A Coisa Julgada

- Conceito e natureza jurídica. Coisa julgada formal e material;



- Limites objetivos e subjetivos;
- A coisa julgada nas sentenças determinativas;
- A coisa julgada nas demandas coletivas.

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

A metodologia consiste em aulas expositivas. Propiciar o debate sobre temas da disciplina que despertem maior interesse entre os alunos, sobretudo atualidades, inovações de teses doutrinárias legislativas. Trabalho em grupo, na sala de aula para pesquisa doutrinária sucinta de temas propostos.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas e trabalhos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

RODRIGUES – Silvio – Direito Civil – Parte Geral, São Paulo, Ed. Saraiva. 2007.

Código Civil Brasileiro.

VENOSA- Sílvio de Salvo – Direito Civil – Parte Geral, Ed. Atlas.

LISBOA-Roberto Senise – Direito Civil – Parte Geral, Ed. Saraiva.



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO PENAL II

CARGA HORÁRIA: 80h

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outras.

EMENTA

Concurso de pessoas. Concurso de crimes. Pena criminal. Medidas de segurança. Incidentes da execução da pena. Extinção da punibilidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Concurso de Pessoas

1. Teorias;
2. Participação;
3. Cooperação dolosamente distinta;
4. Autoria direta e mediata;
5. Autoria incerta;
6. Coautoria;
7. Autoria colateral;
8. Participação impunível;
9. Circunstâncias comunicáveis;
10. Circunstâncias incommunicáveis.

Concurso de Crimes

1. Concurso material: requisitos, teorias e espécies;



2. Concurso formal: requisitos, teorias e espécies;
3. Crime continuado: requisitos, teorias e espécies;
4. Critérios para a incidência dos concursos de crimes na dosimetria da pena;
5. Limite das penas.

A Pena Criminal

1. Histórico, conceito, fundamento, finalidades e características;
2. Classificação das penas;
3. Penas privativas de liberdade: conceito, espécies, cabimento, conversão;
4. Reclusão e detenção;
5. Regimes prisionais;
6. Penas restritivas de direito: conceito, espécies, cabimento, conversão;
7. Pena pecuniária: conceito, espécies, cabimento, fixação;
8. Aplicação da pena criminal:
 - Etapas;
 - Fixação – fases;
 - A pena-base: circunstâncias judiciais;
9. Fixação da pena criminal:
 - Circunstâncias legais atenuantes;
 - Circunstâncias legais agravantes;
 - Circunstâncias legais qualificadoras;
 - Causas de aumento da pena;
 - Causas de diminuição da pena;
 - Substituição da pena;
 - Conversão da pena;
10. Medidas de Segurança:
 - Conceito;
 - Diferenças entre as penas criminais e as medidas de segurança;
 - Espécies;
 - Pressupostos;
 - Aplicação;
 - Execução;
 - Suspensão ou revogação;
 - Extinção;
 - A questão da periculosidade;
11. Suspensão condicional da execução da pena:
 - Conceito;



- Espécies;
 - Requisitos;
 - Condições;
 - Prazos;
 - Revogação;
 - Extinção.
12. Livramento condicional:
- Conceito;
 - Requisitos;
 - Concessão;
 - Revogação;
 - Efeitos;
 - Extinção;
13. Término.

Efeitos da Condenação

1. Penais secundários;
2. Extrapenais genéricos e específicos;
3. Reabilitação: natureza, consequências, requisitos, revogação.

Ação Penal

1. Conceito;
2. Classificação;
3. Ação penal pública: espécies e princípios;
4. Ação penal no crime complexo;
5. Ação penal privada: espécies e princípios. Extinção da Punibilidade
6. Punibilidade;
7. Condições objetivas de punibilidade;
8. Escusas absolutórias;
9. Causas não elencadas no art. 107 do Código Penal;
10. Causas elencadas no art. 107 do Código Penal;
11. Morte do agente;
12. Anistia;
13. Graça;
14. Indulto;
15. Abolitio Criminis;
16. Prescrição;
17. Decadência;
18. Perempção;
19. Perdão do ofendido;
20. Renúncia;



21. Perdão;
22. Retratação do agente;
23. Casamento do agente com a vítima;
24. Perdão judicial;
25. Não-extensão das causas de extinção da punibilidade. Prescrição
26. Conceito;
27. Espécies de prescrição;
28. Contagem do prazo;
29. Termo inicial para contagem do prazo;
30. Regra geral de contagem do prazo;
31. Regras especiais de contagem do prazo;
32. Causas interruptivas e impeditivas.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Avaliação realizada de duas formas distintas. Avaliação objetiva, com provas semestrais e trabalhos no intuito de aprofundar temas específicos, e, avaliação subjetiva, considerando o empenho do aluno, bem como sua participação em aula e discussões.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- ANDREUCCI, R.A. Estudos e Pareceres de Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 1980.
- ARANHA, J.Q.T.C. Crimes contra honra. São Paulo: Saraiva, 1995.
- ARAUJO, Sergio Luis de Souza. Teoria geral do processo penal. Belo Horizonte: Mandamentos, 1999.
- AYDOS, Marco Aurélio Dutra. Ilustres Assassinos. São Paulo: Acadêmica, 1992.
- BATISTA, Nilo. Introdução crítica ao Direito Penal brasileiro. Rio de Janeiro: Renovar, 1993
- BRASIL. Código penal. 38 ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- BRUNO, A. Direito penal. Tomos I e II. São Paulo: Forense, 1995. T.1 e 2.
- CARVALHO, Márcia Dometila Lima. Fundamentação Constitucional do Direito Penal. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1992.
- COELHO, Walter. Teoria Geral do Crime. Porto Alegre: Sérgio Fabris. 1995.
- COSTA JUNIOR, P.J. & GREGORI, G. Direito Penal Ecológico. São Paulo, CETESB, 1981.
- COSTA JÚNIOR, P.J. Comentários ao Código Penal. 4ª ed... São Paulo: Saraiva, 1996.



COSTA, J.P.J. Comentários ao Código Penal. 1º vol., 4ª ed. São Paulo: Saraiva 1996.

COSTA, P.J. Curso de Direito Penal. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 1992.

FRAGOSO, H.C. Lições de direito penal. Rio de Janeiro: Forense 2000.

JESUS, Damásio E. Código Penal Anotado. 6ª ed., São Paulo: Saraiva, 1996.

JESUS, Damásio. Direito penal. 18ª ed. São Paulo: Saraiva 1999. 4 v.

LUISI, L. Os princípios constitucionais penais. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1991



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: ANTROPOLOGIA

CARGA HORÁRIA: 40h

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outras.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Conhecer abordagens sobre a construção do campo disciplinar da antropologia e os principais conceitos da disciplina – como de cultura, etnocentrismo, relativismo e diversidade cultural. Apresentar a especificidade da metodologia de pesquisa antropológica, trazendo debates sobre pesquisa de campo e etnografia. Analisar e discutir textos que remetam a diferentes problemáticas de pesquisa sobre a diversidade cultural.

EMENTA

Conceito básico. Observação de padrões culturais em sua diversidade, explorando os valores do comportamento social e cultural sob uma visão antropológica – hábitos, costumes, condutas e preconceitos ditados pela formação dos grupos. Arquétipos, estereótipos, parentesco, arte, tabus, mitos, ritos. Percepções culturais dos fatos sociais. Antropologia Urbana. Diversidade cultural e mudanças históricas; masculinidades e feminilidades hegemônicas; Transformações nas relações de intimidade e nas relações humanas. Gênero e linguagem.



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Conceito básico.
- Observação de padrões culturais em sua diversidade, explorando os valores do comportamento social e cultural sob uma visão antropológica – hábitos, costumes, condutas e preconceitos ditados pela formação dos grupos.
- Arquétipos, estereótipos, parentesco, arte, tabus, mitos, ritos.
- Percepções culturais dos fatos sociais.
- Antropologia Urbana.
- Diversidade cultural e mudanças históricas; masculinidades e feminilidades hegemônicas;
- Transformações nas relações de intimidade e nas relações humanas.
- Gênero e linguagem.

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Trabalhos individuais e em grupo: esquema, resumo e relatório.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Prova dissertativa; Participação em sala; Trabalho escrito.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

KUPER, Adam. **Antropólogos e Antropologia**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1978

LAPLANTINE, François. 1988. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar ed., 2000.

MATTA, Roberto da. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CANEVACCI, Máximo. **Antropologia da comunicação visual**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

GEERTZ, Clifford. **Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

LARAIA, Roque. **Cultura: Um Conceito Antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1986



CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO SALESIANO AUXILIUM

TRAVANCAS, Isabel; FARIAS, Patrícia (Orgs.). **Antropologia e Comunicação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. 5ª ed. R.Janeiro: Zahar ed., 1999.



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: CIÊNCIA POLÍTICA

CARGA HORÁRIA: 40h

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outras.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Proporcionar ao aluno a compreensão global do fenômeno jurídico através da abordagem dos principais institutos da Teoria Geral do Estado e Ciência Política I, e oferecer subsídios para a solução das questões jurídicas fundamentais da área de sua atuação. Além disso, buscar-se-á desenvolver um espírito crítico diante das instituições políticas e da realidade jurídico-social.

EMENTA

Dinâmica das sociedades contemporâneas, tendo em vista a pluralidade de seus projetos: liberalismo, socialismo e social-democracia. Análise das transformações contemporâneas à luz do fenômeno da globalização. A evolução da cidadania na perspectiva do Estado Constitucional Reengenharia e Reforma do Estado. Teoria do Estado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Ciência Política e Teoria Geral do Estado;
- Introdução à Teoria do Estado e Ciência Política;



- Sociedade: Origem da Sociedade – Teorias;
- Sociedade: Elementos característicos da sociedade;
- Sociedade: Sociedades Políticas;
- Estado: Origem da Sociedade – Teorias;
- Estado: Elementos Constitucionais do Estado;
- Estado: Elemento formal/político, a soberania e governo;
- Estado: finalidade e funções do Estado;
- Estado: Teorias que explicam os fins do Estado;
- Estado: nascimentos e extinção;
- Território: Conceito, Princípio da Territorialidade e Limites Territoriais;
- Povo: Conceito, Noção Jurídica, Cidadania, Nacionais, Binacionais e Apátridas;
- Poder Soberano – Origem, Poder Social, Jurídico e Político;
- Soberania, Poder Constituinte e Mutação Constitucional.

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

Aulas expositivas, seminários, estudos dirigidos e requisição de fichas de leituras (fichamentos) para despertar o exame crítico dos alunos sobre o direcionamento das matérias lecionadas.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas bimestrais, participação em seminários ou estudos dirigidos em sala de aula, apresentação de fichamentos ou de trabalhos de pesquisas individuais ou em grupos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BOBBIO, Norberto. A teoria das formas de governo. Brasília: UNB, 1980.
BONAVIDES, Paulo. Teoria do Estado. 3ª Ed.. São Paulo: Mandamentos, 1995.
DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos da Teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 2000.



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL I

CARGA HORÁRIA: 80h

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outras.

EMENTA

O Curso de Direito Constitucional destina-se a encontrar uma conexão entre a doutrina ministrada e a realidade das ruas. A formação do Estado e a Teoria do Poder Constituinte tendo o homem como destinatário dos direitos e garantias: Reforma e Emenda Constitucionais no contexto das demandas sociais. Os princípios da República e as dimensões do Direito. Cidadania e nacionalidade no universo dos Direitos Políticos. Partidos Políticos como interlocutores do poder.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- O Direito como ciência da propriedade e o Homem como valor-fonte do Direito Constitucional.
- Constituição: conceito e natureza jurídica. O Constitucionalismo.
- Poder Constituinte, sua titularidade e exercício. Classificação: Poder Originário, Poder Derivado (Instituído e Decorrente).
- Classificação das Constituições, eficácia das normas constitucionais e os fenômenos decorrentes da mudança da Constituição.
- Distinção entre princípios e normas constitucionais.
- Os princípios constitucionais do Estado brasileiro.



- Os direitos de primeira dimensão: a idéia de liberdade e igualdade.
- Remédios Constitucionais.
- Os direitos de segunda geração: capital e trabalho no contexto dos direitos sociais.
- A distinção entre Cidadania e Nacionalidade.
- Direitos Políticos e cidadania como forma de intervenção popular no governo.
- Os Partidos Políticos e sua importância na democracia.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

A avaliação realizada de duas formas distintas. Avaliação objetiva, com provas semestrais e trabalhos no intuito de aprofundar temas específicos, e, avaliação subjetiva, considerando o empenho do aluno, bem como sua participação em aula e discussões

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ABREU, Sérgio França Adorno de. O que todo cidadão precisa saber sobre constituição. 3 ed. São Paulo: Global Editora, 1987.

AGRA, Walber de Moura. Curso de direito constitucional. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

ARAÚJO, Luiz Alberto David; NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. Curso de direito constitucional. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

ÁVILA, Humberto. Teoria dos princípios. Da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 4 ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2005.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito constitucional. São Paulo: Celso Bastos Editor, 2002.

BOBBIO, Norberto. Igualdade e liberdade. Trad Carlos Nelson Coutinho. 2 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

_____. A era dos direitos. Trad Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 18 ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2006.

CHIMENTI, Ricardo Cunha et. al. Curso de direito constitucional. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

DINIZ, Maria Helena. Norma constitucional e seus efeitos. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional. 32 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. O poder constituinte. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

_____. Direitos humanos fundamentais. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1998.



FERREIRA, Pinto. Curso de direito constitucional. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

GARCIA, Marília. O que é constituinte. 16 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. Cidadania e direitos do trabalho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GRECO FILHO, Vicente. Tutela constitucional das liberdades. São Paulo: Saraiva, 1989.

GRINBERG, Keila. Código civil e cidadania. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. A greve como direito fundamental. Curitiba: Juruá, 2005.

MEZZAROBBA, Orides. Partidos políticos. Princípios e garantias constitucionais. Lei 9096/95-Anotações e jurisprudências. Curitiba: Juruá, 2005.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

_____. Direitos humanos fundamentais: teoria geral, comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. Mandado de segurança. Ação popular. Ação civil pública. Mandado de in junção. Hábeas data. 15 ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 1994.

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Instrumentos de tutela e direitos constitucionais (Teoria, prática e jurisprudência). São Paulo: Saraiva, 1994.

QUIRINO, Célia Galvão; MONTES, Maria Lúcia. Constituições brasileiras e cidadania. São Paulo: Editora Ática, 1987.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2002.

_____. Aplicabilidade das normas constitucionais. 3 ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 1998.

SILVA, Volney Zamenhof de Oliveira. Lineamentos do mandado de in junção. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1993.

TEMER, Michel. Elementos de direito constitucional. 14 ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 1998.

WACHOWICZ, Marcos. Poder constituinte & transição constitucional. Perspectiva histórico-constitucional. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2005.



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL III

CARGA HORÁRIA: 80h

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outras.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Em harmonia com os objetivos gerais do curso, no sentido de formarem-se bacharéis em Direito com qualificação adequada para o exercício das múltiplas atividades oferecidas pelo mercado de trabalho comum. Especificamente, tem-se, como meta, fazer com que o aluno não só compreenda a matéria que lhe é ministrada como parte de um todo, mas, que, também, assimile-a como parte integrante de sua vida civil, nas suas relações diárias com suas obrigações pessoais, com seus vizinhos, seus pares, no lar, na rua e em todas atividades do seu dia a dia.

EMENTA

I – RESPONSABILIDADE CIVIL

1. Da responsabilidade contratual e extracontratual ou aquiliana; 2. Da responsabilidade subjetiva e objetiva; 3. Das excludentes de responsabilidade subjetiva; legítima defesa e exercício regular de direito reconhecido; estado de necessidade; abuso do direito; 4. Das excludentes de responsabilidade objetiva; culpa exclusiva da vítima; culpa por fato de terceiro; caso fortuito e motivo de força maior; cláusula de não indenizar



bilateral e unilateral; 5. Responsabilidade por fato de outrem; responsabilidade direta e indireta; responsabilidade dos pais pelos filhos menores; responsabilidade de tutores e curadores; responsabilidade do empregador e assemelhado; responsabilidade dos donos de hotéis e similares; responsabilidade dos estabelecimentos de ensino; responsabilidade pelo proveito do crime; responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado; 6. Responsabilidade pelo fato das coisas e pela guarda ou fato de animais; fato da coisa; responsabilidade pela ruína de edifício; responsabilidade por coisas caídas de edifícios; responsabilidade por fato ou guarda de animais; 7. Responsabilidade profissional; responsabilidade médica e odontológica; o médico nas relações de consumo; natureza da responsabilidade médica; relação médico-paciente; ética médica e responsabilidade; cirurgia plástica como obrigação de resultado; responsabilidade pela anestesia; complexidade da prova da culpa; responsabilidade médica no Código de Defesa do Consumidor; responsabilidade do dentista; 8. Responsabilidade civil nos transportes; responsabilidade das estradas de ferro; transporte gratuito; transporte aéreo e aplicação do Código de Defesa do Consumidor; 9. Responsabilidade por dano ambiental; dano ambiental; danos provenientes de atividades atômicas; reparação do dano ambiental; responsabilidade objetiva; teoria do risco; 10. Responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor; relação de consumo; reparação de danos; 11. Outras modalidades; responsabilidade pelo rompimento de noivado; responsabilidade do concubino pela ruptura do concubinato; responsabilidade dos estabelecimentos bancários; responsabilidade dos autores dos crimes contra a honra, etc.

II – DIREITO DAS COISAS

1. Conceito, classificação e conteúdo do Direito das Coisas; 2. Da posse – conceito – natureza jurídica – classificação – aquisição e perda; 3. Dos efeitos da posse; da proteção extrajudicial e judicial – do direito à percepção dos frutos – da responsabilidade pelos danos sobre a coisa possuída – do direito à indenização pelas benfeitorias; 4. Da propriedade – conceito – natureza jurídica – classificação; 5. Da aquisição da propriedade imóvel – do usucapião – do registro do título aquisitivo – da acessão natural e artificial; 6. Da aquisição da propriedade móvel; do usucapião – da ocupação – do achado e da descoberta – da tradição – da especificação – da confusão, comistão e adjunção; 7. Da perda da propriedade; 8. Do direito de vizinhança – do mau uso da propriedade – das árvores limítrofes – da passagem forçada – da passagem de cabos e tubulações – das águas – dos limites entre prédios e do direito de tapagem; do direito de construir; 9.



Do condomínio – do condomínio voluntário – do condomínio necessário – do condomínio edilício; 10. Da propriedade resolúvel; 11. Da propriedade fiduciária; 12. Da superfície; 13. Dos direitos reais sobre coisas alheias – dos direitos reais de gozo e fruição – dos direitos reais de aquisição – dos direitos reais de garantia; 14. Das servidões; 15. Do usufruto; 16. Do uso e da habitação; 17. Do direito do promitente comprador; 18. Dos direitos reais de garantia; 19. Do penhor; 20. Da hipoteca; 21. Da anticrese; 22. Dos direitos autorais – Lei 9.610/98.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I – RESPONSABILIDADE CIVIL

1. Da responsabilidade contratual e extracontratual ou aquiliana.
2. Da responsabilidade subjetiva e objetiva.
3. Das excludentes de responsabilidade subjetiva; legítima defesa e exercício regular de direito reconhecido; estado de necessidade; abuso do direito.
4. Das excludentes de responsabilidade objetiva; culpa exclusiva da vítima; culpa por fato de terceiro; caso fortuito e motivo de força maior; cláusula de não indenizar bilateral e unilateral.
5. Responsabilidade por fato de outrem; responsabilidade direta e indireta; responsabilidade dos pais pelos filhos menores; responsabilidade de tutores e curadores; responsabilidade do empregador e assemelhado; responsabilidade dos donos de hotéis e similares; responsabilidade dos estabelecimentos de ensino; responsabilidade pelo proveito do crime; responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado.
6. Responsabilidade pelo fato das coisas e pela guarda ou fato de animais; fato da coisa; responsabilidade pela ruína de edifício; responsabilidade por coisas caídas de edifícios; responsabilidade por fato ou guarda de animais.
7. Responsabilidade profissional; responsabilidade médica e odontológica; o médico nas relações de consumo; natureza da responsabilidade médica; relação médico-paciente; ética médica e responsabilidade; cirurgia plástica como obrigação de resultado; responsabilidade pela anestesia; complexidade da prova da culpa; responsabilidade médica no Código de Defesa do Consumidor; responsabilidade do dentista.
8. Responsabilidade civil nos transportes; responsabilidade das estradas de ferro; transporte gratuito; transporte aéreo e aplicação do Código de Defesa do Consumidor.



9. Responsabilidade por dano ambiental; dano ambiental; danos provenientes de atividades atômicas; reparação do dano ambiental; responsabilidade objetiva; teoria do risco.
10. Responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor; relação de consumo; reparação de danos.
11. Outras modalidades; responsabilidade pelo rompimento de noivado; responsabilidade do concubino pela ruptura do concubinato; responsabilidade dos estabelecimentos bancários; responsabilidade dos autores dos crimes contra a honra, etc.

II – DIREITOS REAIS

1. Conceito, classificação e conteúdo do direito das coisas; distinção entre direitos reais e pessoais; caracteres fundamentais e classificação dos direitos reais; objeto dos direitos reais; tipicidade estrita e normas de ordem pública.
2. Da posse; origem, conceito e seus elementos constitutivos; objeto da posse; natureza da posse; suas modalidades; posse direta e indireta; posse “ad interdicta” e posse “ad usucapionem”; posse nova e posse velha; posse de boa-fé e posse de má-fé modos aquisitivos da posse; fâmulos da posse; posse justa e injusta; posse violenta, clandestina e precária; composses; aquisição e perda.
3. Dos efeitos da posse; da proteção extrajudicial e judicial; juízo petitário e juízo possessório; legítima defesa da posse; desforço imediato; interditos possessórios; ações possessórias do Código de Processo Civil; fungibilidade das ações possessórias; aplicação das ações possessórias às coisas móveis; cumulação de pedidos; natureza dúplice da ação possessória; exceção de domínio; ações de força nova e de força velha; medida liminar nas ações possessórias; interdito proibitório; manutenção da posse; reintegração da posse; embargos de terceiro; nunciação de obra nova; ação de dano infecto; imissão de posse; servidões e proteção possessória; do direito à percepção dos frutos; da responsabilidade pelos danos sobre a coisa possuída; do direito à indenização pelas benfeitorias.
4. Da propriedade; conceito e elementos constitutivos da propriedade; natureza jurídica; classificação; características; objeto da propriedade; restrições ao direito de propriedade; aspectos da finalidade social da propriedade; Estatuto da Cidade.
5. Da aquisição da propriedade imóvel; classificação dos modos de adquirir; aquisição pelo registro do título; aquisição por acessão (conceito e modalidades, acessões naturais e artificiais); do usucapião (conceito e



fundamento, requisitos do usucapião e espécies; usucapião no Novo Código, usucapião especial na CF 88).

6. Da aquisição da propriedade móvel; modalidades aquisitivas e extintivas da propriedade mobiliária; modos originários de aquisição e perda da propriedade móvel; ocupação, usucapião, achado e descoberta; modos derivados de aquisição e perda da propriedade móvel; tradição; especificação; confusão; comistão e adjunção.

7. Da perda da propriedade imóvel; alienação; renúncia; abandono; perecimento do imóvel; desapropriação; requisição; posse “pro labore”.

8. Do direito de vizinhança – do mau uso da propriedade – das árvores limítrofes – da passagem forçada – da passagem de cabos e tubulações – das águas – dos limites entre prédios e do direito de tapagem; do direito de construir;

9. Do condomínio; conceito; classificação; direitos e deveres dos condôminos; administração do condomínio; extinção do condomínio; condomínios especiais (por meação de paredes, cercas, muros e valas, em edifício de apartamentos ou condomínio edilício, multipropriedade imobiliária e loteamento fechado.

10. Da propriedade resolúvel; conceito; efeitos.

11. Da propriedade fiduciária; alienação fiduciária em garantia; conceito; características; requisitos; direitos e obrigações das partes; execução do contrato; extinção da propriedade fiduciária.

12. Da superfície; conceito; direito de superfície no Estatuto da Cidade e no Código Civil; direitos das partes; pagamento; transmissão do direito; preferência; extinção.

13. Dos direitos reais sobre coisas alheias; conceito; espécies; constituição por atos “inter vivos”; dos direitos reais de gozo e fruição; dos direitos reais de aquisição; dos direitos reais de garantia.

14. Das servidões; conceito; finalidade; princípios fundamentais; natureza jurídica; classificação; modos de constituição; direitos e deveres dos proprietários dos prédios dominante e serviente; proteção jurídica; extinção.

15. Do usufruto; conceito; objeto; caracteres jurídicos; espécies de usufruto; modos constitutivos; analogia com outros institutos; direitos e obrigações das partes; extinção do usufruto.

16. Do uso e da habitação; conceito; características; objeto, modos de constituição; direitos e deveres das partes; extinção.

17. Do direito do promitente comprador; conceito de compromisso ou promessa irretratável de venda; requisitos; efeitos jurídicos; execução; extinção.



18. Dos direitos reais de garantia; conceito; requisitos; efeitos; vencimento; eficácia contra terceiros; excussão; especialização; preferência; garantia prestada por terceiros; indivisibilidade; remição; capacidade para instituir a garantia; proibição do pacto comissório; princípio da prioridade; antecipação de vencimento das obrigações; substituição e reforço da garantia real.

19. Do penhor; conceito e características; modo de constituição; direitos e deveres das partes; espécies de penhor; penhor legal; penhor rural; penhor industrial; penhor mercantil; penhor de direitos; penhor de títulos de crédito; penhor de veículos; extinção de penhor.

20. Da hipoteca; conceito e características; requisitos; efeitos; remição hipotecária; espécies de hipoteca; hipoteca convencional; hipoteca legal; hipoteca judicial; hipoteca censual; extinção da hipoteca.

21. Da anticrese; conceito e características; direitos e deveres do credor anticrético; direitos e obrigações do devedor anticrético; extinção da hipoteca.

22. Dos direitos autorais – Lei 9.610/98; natureza jurídica e conceito; conteúdo; direitos do autor; limitações aos direitos do autor; duração dos direitos do autor; cessão dos direitos do autor; sanções à violação dos direitos autorais; desapropriação de obras publicadas.

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

Exposição oral da matéria.

Seminário – Trabalho escrito e participação em aula. Pesquisas – Doutrina e Jurisprudência

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

A avaliação realizada de duas formas distintas. Avaliação objetiva, com provas semestrais e trabalhos no intuito de aprofundar temas específicos, e, avaliação subjetiva, considerando o empenho do aluno, bem como sua participação em aula e discussões.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, vol. 4. 2003.

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, vol. 7. 2003.

RODRIGUES, Sílvio. Direito civil. São Paulo: Saraiva, vol. 4 SP, 2003.



RODRIGUES, Sílvio. Direito civil. São Paulo: Saraiva, vol. 5, SP, 2003.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

GOMES, Orlando. Direitos reais. Rio de Janeiro: Forense, 2000. – 10 Ex.

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil. São Paulo: Saraiva, v. 3, 2003.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. Rio de Janeiro: Forense, v. IV, 2000.



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: TEORIA GERAL DO PROCESSO I

CARGA HORÁRIA: 40h

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outras.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Trabalhar as fundamentações histórica, teórica e constitucional do direito Processual brasileiro, acompanhadas de uma avaliação crítica dos paradigmas

Teórico, dogmático e prático vigentes.

- Estudar os conceitos básicos e os fundamentos históricos, políticos e epistemológicos do direito processual moderno;
- Discutir o tema acesso à justiça, como tema central do direito processual contemporâneo;
- Analisar os fundamentos constitucionais do direito processual brasileiro;
- Possibilitar a compreensão, fundamentada e crítica, dos institutos fundamentais do direito processual no âmbito do Estado Constitucional;
- Analisar as principais inovações e tendências do direito processual contemporâneo.
- Trabalhar as questões da interpretação e da aplicação do Direito Processual a luz da instrumentalidade do processo;



EMENTA

Humanidade e Direito. Técnica, ciência e crítica científica. Modalidades de solução de conflito. Mediação, arbitragem jurisdição, processo. Sociedades Político-Democráticas de Direito. O Estado, o processo, a tutela jurisdicional. O processo na pós-modernidade e a Jurisdição constitucional.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1. NOÇÕES INICIAIS E HISTÓRICAS

- Conceitos introdutórios
- Formas históricas de resolução de conflitos
- Evolução da teoria e da técnica processuais
- Fundamentos do direito processual moderno

2. ACESSO À JUSTIÇA

- Conceito e abrangência
- Entraves contemporâneos
- Acesso à justiça e efetividade do processo
- Acesso à justiça e reforma processual

3. DIREITO PROCESSUAL NO SÉCULO XXI

- Constitucionalização do direito processual
- Internacionalização do direito processual
- Alternativas ao processo estatal
- Processo eletrônico

4. PROCESSO E CONSTITUIÇÃO

- Direito processual e direito constitucional
- Princípios (garantias) constitucionais do direito processual
- Poder Judiciário e órgãos judiciários e auxiliares da justiça
- Funções essenciais à justiça: Ministério Público e advocacia

5. INSTITUTOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PROCESSUAL

- Objeto do direito processual e institutos fundamentais
- Jurisdição e competência
- Ação e defesa
- Processo e procedimento

6. A INTERPRETAÇÃO E A APLICAÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL

- A lei processual no tempo e no espaço
- A interpretação do direito processual e seus métodos
- A integração do direito processual, suas fontes e técnicas
- A resolução de antinomias no direito processual

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS



Aulas expositivas.

Esquemas e quadros sinópticos.

Seminários.

Pesquisas de doutrina e jurisprudência

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

A avaliação realizada de duas formas distintas. Avaliação objetiva, com provas semestrais e trabalhos no intuito de aprofundar temas específicos, e, avaliação subjetiva, considerando o empenho do aluno, bem como sua participação em aula e discussões.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CINTRA, Antônio Carlos A.; GRINOVER, Ada Pelegrini; DINAMARCO, Cândido R. Teoria geral do processo. 16.ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

GONÇALVES, Aroldo Plínio. Técnica processual e teoria do processo. Rio de Janeiro, Aide, 1992.

LEAL, Rosemiro P. Teoria geral do processo – primeiros estudos. 2.ed. Porto Alegre: Síntese, 1999

SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras linhas de direito processual civil. São Paulo: Saraiva, 1999. 3.v

ACOSTA, Walter P. O processo penal, da teoria, prática, jurisprudência, organogramas. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1979

ALVIM, J. E. Carreira. Elementos da teoria geral do processo. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

BARACHO, José A. Oliveira. Processo constitucional. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

BARBI, Celso Agrícola. Do mandado de segurança. Rio de Janeiro: forense, 1995.

JESUS, Damásio de. Código de processo penal anotado. São Paulo: Saraiva, 1999.

LEAL, Rosemiro P. (Coord.) Estudos continuados de teoria do processo. Porto Alegre: Síntese, 2000

MIRABETI, Julio Fabrini. Processo penal. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MIRABETI, Julio Fabrini. Manual de direito penal. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2001. 3 vols.

NERY JUNIOR, Nelson. Princípios do processo civil na constituição federal. 4.ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1997.

PINTO, Antônio Luiz de Toledo. WIND, Márcia Cristina Vaz dos Santos.,

SIQUEIRA, Luiz Eduardo Alves de. Código de processo penal. São Paulo: Saraiva, 2000.



RIBEIRO, Djanira M.Rdamés Sá. Teoria geral do direito processual civil. Rio de Janeiro: Aide, 1991.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CALAMANDREI, Piero. Studios sobre el processo civil. Buenos Aires: Ediciones Juridicas Europa-America, 1973. (Obra completa)

CASTILLO, Neceto Alcalá-Zamora. Estudios de teoria general e história del proceso. Mexico: UNAM, 1974. 2v.

CHIOVENDA, Giuseppe. Instituições de direito processual civil. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 1965 (obra completa)

COUTURE, Eduardo J. Introdução ao estudo do processo civil. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

FAZZALARI, Elio. Istituzioni di diritto procesuale. Padova: CDAM, 1996. (Obra completa)

LIEBMAN, Enrico Tulio. Manuale di diritto procesuale civile. Milano: Giuffrè, 1973. (Obra completa)



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO PENAL III

CARGA HORÁRIA: 80h

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outras.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Aplicação do conhecimento dos princípios gerais do Direito Penal na interpretação dos demais tipos penais incriminadores da Parte Especial do Código Penal, possibilitando a técnica adequação típica (ou juízo da tipicidade);

Estudo dos princípios especiais aplicados a cada um dos tipos penais incriminadores da Parte Especial (arts. 121 a 212 do CP);

Ensinar o aluno a consultar o Código Penal e a legislação correlata para possibilitar-lhe a identificação das várias ações penais relativas aos crimes.

EMENTA

Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Crimes contra a liberdade individual. Crimes contra a honra. Lesões corporais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Introdução



1. Parte especial: significação;
2. Sistema;
3. Classificação legal dos crimes;
4. Classificação doutrinária dos crimes:
 - Quanto aos destinatários;
 - Quanto aos sujeitos;
 - Quanto à conduta;
 - Quanto ao resultado;
 - Quanto aos elementos do tipo penal;
 - Quanto ao momento consumativo;
 - Quanto a modalidade de conduta;
 - Quanto à forma de execução;
 - Quanto ao conteúdo;
 - Quanto aos atos;
 - Outras classificações.

Crimes contra a Pessoa

1. Contra a vida: homicídio;
2. Contra a vida: infanticídio, aborto e participação em suicídio;
3. Contra a integridade física;
 - Lesões corporais;
 - Periclitação de vida ou da saúde;
1. Rixa;
2. Contra a honra: calúnia, difamação e injúria;
3. Contra a liberdade individual;
 - Constrangimento ilegal e ameaça;
 - Sequestro e redução a condição análoga a de escravo; - Violações: de domicílio, de correspondência, de segredo e da intimidade.

Crimes contra o Patrimônio

1. Furto;
2. Apropriação indébita;
3. Roubo;
4. Extorsão: mediante seqüestro e indireta;
5. Usurpação;
6. Dano;
7. Estelionato;
8. Cheque sem fundo;
9. Receptação e outras fraudes;
10. Disposições gerais sobre os crimes contra o patrimônio.

Crimes contra a Propriedade Imaterial



1. Contra a propriedade intelectual;
2. Contra o privilégio de invenção;
3. Crimes contra as marcas de indústria e comércio;
4. Crime de concorrência desleal.

Crimes contra o Sentimento Religioso e o Respeito aos Mortos

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

A metodologia consiste em aulas expositivas e discussões de textos relacionados aos temas do Direito Constitucional. Propiciar o debate sobre temas da disciplina que despertem maior interesse entre os alunos, sobretudo atualidades, inovações de teses doutrinárias legislativas. Trabalho individual de pesquisa doutrinária sucinta de temas propostos.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

A avaliação realizada de duas formas distintas. Avaliação objetiva, com provas semestrais e trabalhos no intuito de aprofundar temas específicos, e, avaliação subjetiva, considerando o empenho do aluno, bem como sua participação em aula e discussões.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ANDREUCCI, R.A. Estudos e Pareceres de Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 1980.

ARANHA, J.Q.T.C. Crimes contra honra. São Paulo: Saraiva, 1995.

ARAUJO, Sergio Luis de Souza. Teoria geral do processo penal. Belo Horizonte: Mandamentos, 1999.

AYDOS, Marco Aurélio Dutra. Ilustres Assassinos. São Paulo: Acadêmica, 1992.



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO I

CARGA HORÁRIA: 40h

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outras.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Propiciar ao acadêmico conhecimentos específicos iniciais sobre o Direito Administrativo e sua potencial utilização no exercício das carreiras jurídicas, capacitando-o à uma postura crítica sobre as normas que compreendem a Administração Pública Brasileira, a partir dos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais apresentados.

EMENTA

O estudo da disciplina Direito Administrativo- I objetiva conferir ao aluno o conhecimento das noções preliminares e elementares do direito público, atividades e funções do Estado, sujeitos do direito administrativo, os Poderes Administrativos, da Teoria Geral do Serviço Público (Agentes Administrativos), bem como da responsabilização do Estado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Noções preliminares. Atividades e funções do Estado – Metodologia. Conceito de Direito Administrativo.



Fontes do Direito Administrativo.
Princípios da administração
Direito Administrativo codificado.
Interpretação da Legislação Administrativa.
Sistemas administrativos: Contencioso administrativo e sistema judiciário.
Administração pública – Organização sujeitos administrativos.
Administração Pública Direita, Indireta e Fundacional
Administração pública – Entidades, órgãos, agentes, funções.
Espécies de agentes públicos.
Atividades administrativas.
Atos Administrativos.
Poderes e Deveres do administrador público. Espécies. Uso e abuso do poder.
Responsabilidade administrativa e civil da Administração Pública.
Reparação do dano.

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

Aulas expositivas; leituras dirigidas; discussão de casos em grupo; Atividades diárias de ensino, com aulas expositivas e realização de trabalhos individuais e em grupo, leituras dirigidas, seminários, estudos em biblioteca e com a utilização de material multimídia.

Seminários. Estudos Dirigidos em grupo e abordagem dos temas previstos no conteúdo programático.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Avaliação realizada de duas formas distintas: Avaliação objetiva, com duas provas no semestre e apresentação e exposição de trabalhos no intuito de aprofundar temas específicos; e, avaliação subjetiva, considerando o empenho do aluno, bem como sua participação em aula, exposições e discussões.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

AMARAL, Diogo Freitas do. Curso de Direito Administrativo. Coimbra: Almedina. 1995.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 1998.



BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 1995.

BRAZ, Petrônio. Processo de licitação. Contratos Administrativos e sanções penais. São Paulo: LED, 1995.

CARVALHO, MATEUS. Manual de direito administrativo. Salvador: Juspodium, 2019. . 6ª ed. **CRETELLA JUNIOR**, José. Tratado de direito administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 1966 – 1972. 10vols.

_____, José. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 1992.

_____, José. Manual de Direito Administrativo: curso moderno de graduação. 6ª ed. Rio de Janeiro:Forense, 1991.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2000.

GASPARINI, Diogenes. Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva,1992.

MEDAUAR, Odete. A processualidade no direito administrativo. São Paulo: Rev. dos Tribunais 1993

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo. Brasileiro. São Paulo: RT. 1993.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 5a ed. São Paulo:Dialética, 1998

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, Florivaldo Dutra de. Motivação e controle do ato administrativo. Belo Horizonte: Del Rey,1992

CIRNE LIMA, Ruy. Princípios de direito administrativo brasileiro. 3a ed. Porto Alegre: Sulina, 1954.



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: ÉTICA

CARGA HORÁRIA: 40h

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outras.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Enfatizar a formação ética dos profissionais do Direito;

EMENTA

Fundamentos teóricos da ética e análise da ética profissional

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Ética Geral

- Importância e utilidade do estudo da Ética;
- Conceito de Ética;
- A consciência e o dever moral;
- Ética e moral;
- Ética e Direito;
- Ética e Justiça;
- Ética e Sociedade
- Classificação da Ética;
- Fontes e relações com outras ciências;
- Ética nas profissões;



SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

A metodologia consiste em aulas expositivas e discussões de textos relacionados aos temas do Direito Constitucional. Propiciar o debate sobre temas da disciplina que despertem maior interesse entre os alunos, sobretudo atualidades, inovações de teses doutrinárias legislativas. Trabalho individual de pesquisa doutrinária sucinta de temas propostos.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

A avaliação realizada de duas formas distintas. Avaliação objetiva, com provas semestrais e trabalhos no intuito de aprofundar temas específicos, e, avaliação subjetiva, considerando o empenho do aluno, bem como sua participação em aula e discussões.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- AGUIAR, Roberto. A crise da advocacia no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1992.
- ARISTÓTELES. Ética a nicômacos. Brasília: UNB, 1992.
- LANGARO, Luiz Lima. Curso de deontologia jurídica. São Paulo: Saraiva, 1992.
- LOBO NETO, Paulo Luiz. Comentários ao novo Estatuto da OAB. Brasília: Brasília Jurídica, 1994.
- MAMEDE, Gladston. A advocacia e a ordem dos advogados do Brasil. Porto Alegre: Síntese, 1999.
- NALINI, José Renato (org.). Nova ética para o juiz. São Paulo: RT, 1994.
- NALINI, José Renato. Juiz e Acesso à Justiça. São Paulo: RT, 1994.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. Ética e Racionalidade Moderna. São Paulo: Loyola, 1993.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. Ética e Sociabilidade. São Paulo: Loyola, 1993.
- SODRÉ, R. de A. Estatuto do Advogado. São Paulo: LTr, 1995.
- VAZ, Henrique Cláudio de Limas. Escritos de filosofia II: ética e cultura. 2a ed. São Paulo: Loyola, 1993.



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: HISTÓRIA DO DIREITO

CARGA HORÁRIA: 40h

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outras.

EMENTA

História do Direito Ocidental. Introdução aos grandes sistemas jurídicos contemporâneos

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Direito primitivo.

2. História do Direito em Roma: Período do Direito Quiritário

- A Estrutura sócio-jurídica do Período Quiritário: a família, a gens e a Civitas.
- A jurística sacerdotal: o mos e o fas.
- As leges actiones.
- O jus receptur moribus e os jurisconsultos republicanos.
- A dicotomia Patrícios e Plebeus.
- A Lei da XII Tábuas e a obra de GNAEUS FLAVIUS: os Tripertita e a desmistificação da jurística sacerdotal

3. História do Direito em Roma: Período do Direito Romano Universal ou Clássico

- A racionalização do Direito.
- Desenvolvimento do processo formular: a actio.



- O jus honorarium.
- A atividade interpretativa dos jurisconsultos clássicos e a categorização do Direito: o jus prudentium.
- As escolas de interpretação: sabinianos e procurianos, o jus respondendi.

4. Direito Romano Oriental ou Romano-Helênico:

- Transição do processo p e r f o r m u l a para a consolidação da cognitio extraordinária.
- Hipertrofia do Império e a decadência da produção jurisprudencial: A Lei de Citações.
- Centralização da jurisprudência: constituições imperiais e interpretação autêntica.
- Influência helênica e movimento de Codificação: as compilações préjustinianéias e a busca pela certeza do Direito.
- A Codificação Justinianéia: O Corpus juris Civilis

5. História do Direito na Idade Média e na Renascença

- O Direito Bárbaro
- O Direito Canônico
- A recepção do Direito Romano
- Glosadores, Comentadores e Humanistas
- As Ordenações do Reino (Portugal)

6. História do Direito na Idade Moderna

- As grandes codificações do século XV ao século XVIII
- Centralização do Poder e Absolutismo
- O direito colonial brasileiro

7. História do Direito na Idade Contemporânea

- As codificações dos séculos XVIII e XIX
- O Código de Napoleão
- O Constitucionalismo do século XVIII ao século XXI
- O projeto do Estado de Direito
- O fenômeno das guerras mundiais no século XX
- Gerações de Direitos Fundamentais

8. História do direito brasileiro

- O império e a consolidação das bases jurídicas nacionais
- A República velha e as transformações sociais
- A codificação no Brasil
- A Era Vargas



- De 1946 à ditadura militar
- O processo de redemocratização e problemática concreta da experiência jurídica

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

Aulas expositivas, seminários, estudos dirigidos e requisição de fichas de leituras (fichamentos) para despertar o exame crítico dos alunos sobre o direcionamento das matérias lecionadas.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Provas bimestrais, participação em seminários ou estudos dirigidos em sala de aula, apresentação de fichamentos ou de trabalhos de pesquisas individuais ou em grupos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

WOLKMER, Antônio Carlos (org). Fundamentos de História do Direito. Belo

Horizonte: Del Rey, 1996.

WOLKMER, Antônio Carlos. História do Direito no Brasil. Rio de Janeiro: Forense, 1998.



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: FILOSOFIA

CARGA HORÁRIA: 40h

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outras.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Dotar o acadêmico de conhecimentos elementares sobre Filosofia; Proporcionar a compreensão das teorias filosóficas clássicas e pós-modernas; utilizar os fundamentos básicos da Filosofia para explicar o mundo; refletir criticamente sobre a utilidade da Filosofia para o exercício da Psicologia.

EMENTA

O que é filosofia? O problema do conhecimento para diversas tendências filosóficas; racionalismo, empirismo, fenomenologia e materialismo histórico. O homem e a realidade. Trabalho: realização e alienação. As concepções de sujeito e objeto em relação às posições da sociologia, da antropologia e da psicologia. Sobre a relação entre teoria e prática. Teoria e práxis. As ideias de homem e organismo e suas repercussões na Psicologia.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- O que é filosofia.
- As origens da filosofia.



- Problemas filosóficos: a razão, a verdade, o conhecimento.
- Estudos de filosofia: a lógica, a metafísica, as ciências.
- Filosofia política e ética.
- Estética.
- Estudos de filosofia contemporânea.

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

O curso constará de aulas teóricas a serem desenvolvidas em sala, além da proposição de trabalhos individuais e em grupo, permitindo assim que os acadêmicos elaborem o conhecimento e desenvolvam o senso crítico.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Prova (70%), Trabalho (30%)

MF=0,7 (MP) +0,3 (MT)

MF: MÉDIA FINAL

MP: MÉDIA DE PROVAS (DUAS PROVAS)

MT: MÉDIA DE TRABALHOS

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARANHA, M. L. A; MARTINS, M. H. P. Filosofando: introdução a Filosofia. 2. ed. São José do Rio Preto: Moderna, 2000.

CHAUÍ, M. Convite à filosofia. 11.ed. São Paulo: Ática, 2011.

COSSUTTA, F. Elementos para leitura de textos filosóficos. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PRADO FILHO, Kleber; MARTINS, Simone. A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s). Psicol. Soc., Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 14-19, dez. 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000300003&lng=pt&nrm=iso>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARISTÓTELES. Política. São Paulo: Martin Claret, 2002.

CHAUÍ, M. O que é ideologia. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

DESCARTES, R. Discurso do método - meditações. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

KANT, I. Crítica da razão pura. Rio de Janeiro: Edições de ouro, 1966.

PLATÃO. Diálogos: Eutifron ou da religiosidade, apologia de Sócrates, Criton ou do dever, Fedon ou da alma. São Paulo: Nova Cultural, 1999.



BIRMAN, Joel. Governabilidade, força e sublimação: Freud e a filosofia política. *Psicol. USP*, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 531-556, set. 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642010000300005&lng=pt&nrm=iso>



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA

CARGA HORÁRIA: 40h

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outras.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Analisar diferentes formas de conhecimento na atualidade, com ênfase nas diversas especialidades da ciência jurídica. Discutir relações entre ideologia e o discurso científico, especialmente o discurso jurídico: na legislação, na doutrina, e nas diferentes áreas em que atuam operadores do Direito. Desenvolver habilidades de raciocínio, reflexão crítica, expressão oral, compreensão textual e escrita, indispensáveis à produção científica, na área jurídica, segundo as normas técnicas vigentes. Formular artigos científicos e anteprojetos de pesquisa na área jurídica.

EMENTA

Conceitos fundamentais da Teoria Geral do Direito. Direito como objeto de conhecimento. Dogmática jurídica. Disciplinas zetéticas que estudam o



Direito. O método jurídico. Teoria da norma. Teoria do ordenamento jurídico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Delineamento da pesquisa

- Do tema da pesquisa à problematização;
- Revisão bibliográfica e elaboração do referencial teórico.

Aspectos técnicos e operacionais

- Tipos de pesquisa;
- Seleção das fontes de pesquisa;
- Elaboração dos instrumentos de coleta de dados;
- A coleta das informações;
- Organização e análise dos dados.

Redação da monografia

- Características do relatório científico;
- Estrutura do texto e aspectos formais de apresentação.

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

A metodologia consiste em aulas expositivas e discussões de textos relacionados aos temas do Direito Constitucional. Propiciar o debate sobre temas da disciplina que despertem maior interesse entre os alunos, sobretudo atualidades, inovações de teses doutrinárias legislativas. Trabalho individual de pesquisa doutrinária sucinta de temas propostos.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

A avaliação realizada de duas formas distintas. Avaliação objetiva, com provas semestrais e trabalhos no intuito de aprofundar temas específicos, e, avaliação subjetiva, considerando o empenho do aluno, bem como sua participação em aula e discussões.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 1991.
FRANÇA, Júnia Lessa et al. Manual para normalização de publicações técnico-científicas. 5a ed. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
GALUPPO, Marcelo Campos. Da idéia à defesa. Roteiro prático para a elaboração de monografias jurídicas. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002 (no prelo).
NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. Manual da monografia jurídica. São Paulo: Saraiva, 1999.



CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO SALESIANO AUXILIUM

RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científico. 19a ed/
Petrópolis: Vozes, 1995.



PLANO DE ENSINO

CURSO : DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL II

CARGA HORÁRIA: 80h

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outras.

EMENTA

A separação de funções no Estado brasileiro. A estrutura e funcionamento do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. As funções essenciais à justiça. Os direitos fundamentais. As gerações de direitos fundamentais no constitucionalismo brasileiro. Análise do conjunto de direitos

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

- **Gerais:** Compreender o funcionamento do Estado Brasileiro e analisar a eficácia e efetividade dos direitos fundamentais elencados na Constituição Federal de 1988.
- **Específicos:** Desenvolver o raciocínio crítico do aluno, estabelecendo bases sólidas para o exercício das carreiras jurídicas tendo como orientação a efetividade das normas constitucionais referentes aos direitos fundamentais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

– SEPARAÇÃO DE FUNÇÕES DO ESTADO



- – Introdução histórica – as teorias dos contratualistas a oposição ao Estado absolutista
- – A tripartição de funções na Constituição brasileira
- – Funções típicas e atípicas do cada órgão
- – Independência E harmonia entre órgãos
- – Indelegabilidade de atribuições e impossibilidade do exercício simultâneo de funções

2 – O PODER LEGISLATIVO

2.1 – Definição; estrutura e funcionamento; funções típicas e atípicas. Garantias dos parlamentares, elegibilidade e perda do mandato

2.2 – A função fiscalizatória do Legislativo e os Tribunais de Contas

2.3 – Espécies normativas – Ementas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos, resoluções

2.4 – O processo legislativo – Ordinário: Iniciativa, discussão, votação, sanção ou veto, promulgação e publicação

2.5 – Especiais: Emendas Constitucionais; Leis complementares; medida provisória, leis delegadas, decretos legislativos e resoluções

3 – O PODER EXECUTIVO

3.1 – Definição; funções típicas e atípicas. Chefia de Estado e Chefia de Governo. O Chefe do Executivo Federal, Estadual e Municipal. Eleições, requisitos e vedações

3.2 – O Presidente da República. Atribuições. O poder regulamentar

3.3 – Os Ministros de Estado. Definição. Requisitos para o exercício da função. Atribuições

- 3.4 – Crimes de responsabilidade – do Presidente da República e de outras autoridades.

- Definição. Aspectos históricos. Processo

4 – O PODER JUDICIÁRIO

- 4.1 – Funções típicas e atípicas. Estrutura do Judiciário. O Supremo Tribunal Federal

- 4.2 – A escolha dos dirigentes dos tribunais. As garantias do Judiciário e dos magistrados

5 – FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

- 5.1 – Ministério Público



- 5.2 – Advocacia Geral da União
- 5.3 – Advocacia e Defensoria Pública
- **6 – DOS DIREITO E GARANTIAS FUNDAMENTAIS**
- 6.1 – O problema terminológico na Constituição Federal de 1988
- 6.2 – Os destinatários dos direitos e garantias fundamentais
- 6.3 – Diferença entre direitos e garantias
- 6.4 – As características dos direitos e garantias fundamentais
- 6.5 – Direitos e garantias fundamentais na Constituição Federal de 1988
- 6.6 – Da 1ª à 5ª geração de direitos fundamentais
- 6.7 – A autoaplicabilidade dos direitos fundamentais
- 6.8 – Os direitos fundamentais decorrentes de tratados
- **7 – O DIREITO À VIDA**
- 7.1 – Conceito constitucional de Vida
- 7.2 – A proteção tradicional da Vida
- 7.3 – A integridade físico-corporal do indivíduo
- 7.4 – A proteção integral da vida: o enfoque totalizador
- 7.5 – A genética, os direitos de 4ª geração e a proteção da vida humana
- **8 – O DIREITO À EXISTÊNCIA**
- 8.1 – A pena de morte
- 8.2 – O aborto
- 8.3 – A eutanásia
- 8.4 – A tortura
- 8.5 – Clonagem e manipulação genética
- **9 – DIREITO À INTIMIDADE, VIDA PRIVADA E IMAGEM**
- 9.1 – Conceito de intimidade
- 9.2 – Conceito de vida privada
- 9.3 – Conceito de imagem
- 9.4 – A proteção constitucional destes bens jurídicos
- 9.5 – O sigilo bancário
- 9.6 – A inviolabilidade de domicílio
- 9.7 – A interceptação telefônica
- 9.8 – Análise de casos concretos: doutrina e jurisprudência pertinente
- **10 – DIREITO E IGUALDADE**



- 10.1 – Isonomia formal e isonomia material
- 10.2 – Âmbitos jurídicos e expressão do princípio da igualdade
- 10.3 – Discriminações e inconstitucionalidade
- 10.4 – Análise de casos concretos: doutrina e jurisprudência pertinente

- **– O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE**

- 11.1 – Legalidade e legitimidade
- 11.2 – Controle da legalidade
- 11.3 – Âmbitos jurídicos de expressão do princípio da legalidade: aspecto civil, penal, administrativo, tributário
- 11.4 – Princípios complementares
- 11.5 – Análise dos casos concretos: doutrina e jurisprudência pertinente

- **12 – LIBERDADES DA PESSOA FÍSICA**

- 12.1 – Liberdade de expressão do pensamento
- 12.2 – Liberdade de comunicação
- 12.3 – Liberdade de informação jornalística
- 12.4 – Televisão e Constituição
- 12.5 – Liberdade de expressão intelectual e artística
- 12.6 – Censura e anonimato: tratamento constitucional
- 12.7 – Liberdade religiosa. Os cultos e a Constituição Federal
- 12.8 – A objeção de consciência
- 12.9 – A liberdade de escolha de profissão ou ofício
- 12.10 – Doutrina e jurisprudência pertinente

- **13 – O DIREITO DE PROPRIEDADE**

- 13.1 – Propriedade pública
- 13.2 – Propriedade rural
- 13.3 – Propriedade urbana
- 13.4 – Propriedade intelectual
- 13.5 – Doutrina e jurisprudência pertinente

- **14 – LIBERDADES COLETIVAS**

- 14.1 – Liberdade de reunião
- 14.2 – Liberdade de manifestação
- 14.3 – As liberdades coletivas e a desobediência civil
- 14.4 – Doutrina e jurisprudência pertinente



- **15 – DIREITOS SOCIAIS**

- 15.1 – O rol dos direitos sociais
- 15.2 – Direito à segurança no emprego
- 15.3 – Liberdade de associação profissional e sindical
- 15.4 – Direito de greve
- 15.5 – A educação na Constituição Federal
- 15.6 – A saúde na Constituição Federal
- 15.7 – A segurança pública
- 15.8 – O direito ao lazer
- 15.9 – O direito de brincar
- 15.10 – Os direitos constitucionais da gestante
- 15.11 – A previdência social
- 15.12 – A criança e o adolescente

- **16 – A NACIONALIDADE**

- 16.1 – Nacionalidade primária e secundária
- 16.2 – Critérios de determinação da nacionalidade
- 16.3 – Perda da nacionalidade
- 16.4 – Reaquisição da nacionalidade
- 16.5 – A naturalização
- 16.6 – A deportação
- 16.7 – A expulsão de estrangeiro
- 16.8 – A extradição
- 16.9 – Doutrina e jurisprudência pertinente

- **17 – OS DIREITOS POLÍTICOS**

- 17.1 – Direito de sufrágio
- 17.2 – As inelegibilidades
- 17.3 – O sistema eleitoral brasileiro
- 17.4 – Perda e suspensão dos direitos políticos
- 17.5 – O debate eleitoral: as regras e os direitos políticos
- 17.6 – Doutrina e jurisprudência pertinente

- **18 – OS PARTIDOS POLÍTICOS**

- 18.1 – A possibilidade de criação de partidos políticos
- 18.2 – Os princípios de organização partidária
- 18.3 – A fidelidade partidária
- 18.4 – Os partidos e a representação política no Brasil
- 18.5 – Doutrina e jurisprudência pertinente



- 19 – OS INTERESSES DIFUSOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

- 19.1 – Conceito de interesse difuso
- 19.2 – Conceito de interesse coletivo
- 19.3 – O meio ambiente na Constituição Federal
- 19.4 – O meio ambiente como “bem de uso comum do povo”
- 19.5 – Os direitos do consumidor na Constituição Federal
- 19.6 – A publicidade na Constituição Federal
- 19.7 – Doutrina e jurisprudência pertinente

- 20 – AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DAS PESSOAS NOS PROCESSOS

- 20.1 – Igualdade processual
- 20.2 – Acesso à jurisdição
- 20.3 – O juiz natural
- 20.4 – O promotor natural
- 20.5 – O contraditório e a ampla defesa
- 20.6 – O direito à prova
- 20.7 – A motivação e publicidade dos atos processuais

- 21 – O MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO

- 21.1 – Origem
- 21.2 – Ilegalidade e abuso de poder
- 21.3 – Direito líquido e certo
- 21.4 – Autoridades responsáveis
- 21.5 – Processamento do mandado de segurança
- 21.6 – Súmulas do Supremo Tribunal federal

- A AÇÃO POPULAR

- 22.1 – Princípio republicano e ação popular
- 22.2 – Legitimidade
- 22.3 – A lesividade ao patrimônio público
- 22.4 – A moralidade administrativa
- 22.5 – O patrimônio histórico e cultural
- 22.6 – O processamento da ação popular
- 22.7 – A ação popular e a ação civil pública

- 23 – O DIREITO DE PETIÇÃO

- 23.1 – Conceito
- 23.2 – Objeto
- 23.3 – Finalidade



- 23.4 – A obtenção de certidões
- **24 – O MANDADO DE INJUNÇÃO**
- 24.1 – Origem
- 24.2 – Objeto
- 24.3 – Requisitos
- 24.4 – As decisões do Supremo Tribunal Federal
- 24.5 – Doutrina e jurisprudência pertinente
- **25 – “ HABEAS CORPUS ”**
- 25.1 – Origem
- 25.2 – Hipóteses e espécies
- 25.3 – Finalidade
- 25.4 – Jurisprudência e doutrina pertinente
- **26 - “ HABEAS DATA ”**
- 26.1 – Origem
- 26.2 – Finalidade
- 26.3 – Habeas data e sigilo bancário
- 26.4 – Jurisprudência e doutrina pertinente
- **27 – ENCERRAMENTO DO CURSO**
- **27.1 – A perspectiva do constitucionalismo**
- 27.2 – A necessidade da efetividade constitucional
- 27.3 – A Constituição Federal de 1988 e o Estado Democrático de Direito

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

A metodologia consiste em aulas expositivas e discussões de textos relacionados aos temas do Direito Constitucional. Propiciar o debate sobre temas da disciplina que despertem maior interesse entre os alunos, sobretudo atualidades, inovações de teses doutrinárias legislativas. Trabalho individual de pesquisa doutrinária sucinta de temas propostos.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação realizada de duas formas distintas. Avaliação objetiva, com provas semestrais e trabalhos no intuito de aprofundar temas específicos, e, avaliação subjetiva, considerando o empenho do aluno, bem como sua participação em aula e discussões.



REFERÊNCIAS BÁSICAS

- ABREU, Sérgio França Adorno de. **O que todo cidadão precisa saber sobre constituição**. 3 ed. São Paulo: Global Editora, 1987.
- AGRA, Walber de Moura. **Curso de direito constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
- ARAÚJO, Luiz Alberto David; NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. **Curso de direito constitucional**. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- ÁVILA, Humberto. **Teoria dos princípios**. Da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 4 ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2005.
- BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Celso Bastos Editor, 2002.
- BOBBIO, Norberto. **Igualdade e liberdade**. Trad Carlos Nelson Coutinho. 2 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.
- _____. **A era dos direitos**. Trad Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.
- BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 18 ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2006.
- CHIMENTI, Ricardo Cunha et. al. **Curso de direito constitucional**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- DINIZ, Maria Helena. **Norma constitucional e seus efeitos**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1992.
- DORNELLES, João Ricardo W. **O que são direitos humanos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 32 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- _____. **O poder constituinte**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- _____. **Direitos humanos fundamentais**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1998.
- FERREIRA, Pinto. **Curso de direito constitucional**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 1996.
- GARCIA, Marília. **O que é constituinte**. 16 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- GOMES, Ângela de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- GRECO FILHO, Vicente. **Tutela constitucional das liberdades**. São Paulo: Saraiva, 1989.
- GRINBERG, Keila. **Código civil e cidadania**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **A greve como direito fundamental**. Curitiba: Juruá, 2005.



MEZZAROBÀ, Orides. **Partidos políticos**. Princípios e garantias constitucionais. Lei 9096/95-Anotações e jurisprudências. Curitiba: Juruá, 2005.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

_____. **Direitos humanos fundamentais**: teoria geral, comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Mandado de segurança. Ação popular. Ação civil pública. Mandado de in junção. Hábeas data**. 15 ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 1994.

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. **Instrumentos de tutela e direitos constitucionais** (Teoria, prática e jurisprudência). São Paulo: Saraiva, 1994.

QUIRINO, Célia Galvão; MONTES, Maria Lúcia. **Constituições brasileiras e cidadania**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2002.

_____. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. 3 ed. São Paulo: Malheiros Editores

SILVA, Volney Zamenhof de Oliveira. **Lineamentos do mandado de injunção**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1993.

TEMER, Michel. **Elementos de direito constitucional**. 14 ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 1998.

WACHOWICZ, Marcos. **Poder constituinte & transição constitucional**. Perspectiva histórico-constitucional. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2005.



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL IV

CARGA HORÁRIA: 80h

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outras.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Em harmonia com os objetivos gerais do curso, no sentido de formarem-se bacharéis em Direito com qualificação adequada para o exercício das múltiplas atividades oferecidas pelo mercado de trabalho comum. Especificamente, tem-se, como meta, fazer com que o aluno não só compreenda a matéria que lhe é ministrada como parte de um todo, mas, que, também, assimile-a como parte integrante de sua vida civil, nas suas relações diárias com suas obrigações pessoais, com seus vizinhos, seus pares, no lar, na rua e em todas atividades do seu dia a dia.

EMENTA

I – RESPONSABILIDADE CIVIL

1. Da responsabilidade contratual e extracontratual ou aquiliana; 2. Da responsabilidade subjetiva e objetiva; 3. Das excludentes de responsabilidade subjetiva; legítima defesa e exercício regular de direito reconhecido; estado de necessidade; abuso do direito; 4. Das excludentes de responsabilidade objetiva; culpa exclusiva da vítima; culpa por fato de terceiro; caso fortuito e motivo de força maior; cláusula de não indenizar



bilateral e unilateral; 5. Responsabilidade por fato de outrem; responsabilidade direta e indireta; responsabilidade dos pais pelos filhos menores; responsabilidade de tutores e curadores; responsabilidade do empregador e assemelhado; responsabilidade dos donos de hotéis e similares; responsabilidade dos estabelecimentos de ensino; responsabilidade pelo proveito do crime; responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado; 6. Responsabilidade pelo fato das coisas e pela guarda ou fato de animais; fato da coisa; responsabilidade pela ruína de edifício; responsabilidade por coisas caídas de edifícios; responsabilidade por fato ou guarda de animais; 7. Responsabilidade profissional; responsabilidade médica e odontológica; o médico nas relações de consumo; natureza da responsabilidade médica; relação médico-paciente; ética médica e responsabilidade; cirurgia plástica como obrigação de resultado; responsabilidade pela anestesia; complexidade da prova da culpa; responsabilidade médica no Código de Defesa do Consumidor; responsabilidade do dentista; 8. Responsabilidade civil nos transportes; responsabilidade das estradas de ferro; transporte gratuito; transporte aéreo e aplicação do Código de Defesa do Consumidor; 9. Responsabilidade por dano ambiental; dano ambiental; danos provenientes de atividades atômicas; reparação do dano ambiental; responsabilidade objetiva; teoria do risco; 10. Responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor; relação de consumo; reparação de danos; 11. Outras modalidades; responsabilidade pelo rompimento de noivado; responsabilidade do concubino pela ruptura do concubinato; responsabilidade dos estabelecimentos bancários; responsabilidade dos autores dos crimes contra a honra, etc.

II – DIREITO DAS COISAS

2. Conceito, classificação e conteúdo do Direito das Coisas; 2. Da posse – conceito – natureza jurídica – classificação – aquisição e perda; 3. Dos efeitos da posse; da proteção extrajudicial e judicial – do direito à percepção dos frutos – da responsabilidade pelos danos sobre a coisa possuída – do direito à indenização pelas benfeitorias; 4. Da propriedade – conceito – natureza jurídica – classificação; 5. Da aquisição da propriedade imóvel – da usucapião – do registro do título aquisitivo – da acessão natural e artificial; 6. Da aquisição da propriedade móvel; da usucapião – da ocupação – do achado e da descoberta – da tradição – da especificação – da confusão, comissão e adjunção; 7. Da perda da propriedade; 8. Do direito de vizinhança – do mau uso da propriedade – das árvores limítrofes – da passagem forçada – da passagem de cabos e tubulações – das águas – dos limites entre prédios e do direito de tapagem; do direito de construir; 9. Do



condomínio – do condomínio voluntário – do condomínio necessário – do condomínio edilício; 10. Da propriedade resolúvel; 11. Da propriedade fiduciária; 12. Da superfície; 13. Dos direitos reais sobre coisas alheias – dos direitos reais de gozo e fruição – dos direitos reais de aquisição – dos direitos reais de garantia; 14. Das servidões; 15. Do usufruto; 16. Do uso e da habitação; 17. Do direito do promitente comprador; 18. Dos direitos reais de garantia; 19. Do penhor; 20. Da hipoteca; 21. Da anticrese; 22. Dos direitos autorais – Lei 9.610/98.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I – RESPONSABILIDADE CIVIL

12. Da responsabilidade contratual e extracontratual ou aquiliana.
13. Da responsabilidade subjetiva e objetiva.
14. Das excludentes de responsabilidade subjetiva; legítima defesa e exercício regular de direito reconhecido; estado de necessidade; abuso do direito.
15. Das excludentes de responsabilidade objetiva; culpa exclusiva da vítima; culpa por fato de terceiro; caso fortuito e motivo de força maior; cláusula de não indenizar bilateral e unilateral.
16. Responsabilidade por fato de outrem; responsabilidade direta e indireta; responsabilidade dos pais pelos filhos menores; responsabilidade de tutores e curadores; responsabilidade do empregador e assemelhado; responsabilidade dos donos de hotéis e similares; responsabilidade dos estabelecimentos de ensino; Responsabilidade pelo proveito do crime; responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado.
17. Responsabilidade pelo fato das coisas e pela guarda ou fato de animais; fato da coisa; responsabilidade pela ruína de edifício; responsabilidade por coisas caídas de edifícios; responsabilidade por fato ou guarda de animais.
18. Responsabilidade profissional; responsabilidade médica e odontológica; o médico nas relações de consumo; natureza da responsabilidade médica; relação médico-paciente; ética médica e responsabilidade; cirurgia plástica como obrigação de resultado; responsabilidade pela anestesia; complexidade da prova da culpa; responsabilidade médica no Código de Defesa do Consumidor; responsabilidade do dentista.
19. Responsabilidade civil nos transportes; responsabilidade das estradas de ferro; transporte gratuito; transporte aéreo e aplicação do Código de Defesa do Consumidor.



20. Responsabilidade por dano ambiental; dano ambiental; danos provenientes de atividades atômicas; reparação do dano ambiental; responsabilidade objetiva; teoria do risco.

21. Responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor; relação de consumo; reparação de danos.

22. Outras modalidades; responsabilidade pelo rompimento de noivado; responsabilidade do concubina pela ruptura do concubinato; responsabilidade dos estabelecimentos bancários; responsabilidade dos autores dos crimes contra a honra, etc.

II – DIREITOS REAIS

23. Conceito, classificação e conteúdo do direito das coisas; distinção entre direitos reais e pessoais; caracteres fundamentais e classificação dos direitos reais; objeto dos direitos reais; tipicidade estrita e normas de ordem pública.

24. Da posse; origem, conceito e seus elementos constitutivos; objeto da posse; natureza da posse; suas modalidades; posse direta e indireta; posse “ad interdicta” e posse “ad usucapionem”; posse nova e posse velha; posse de boa-fé e posse de má-fé modos aquisitivos da posse; fâmulos da posse; posse justa e injusta; posse violenta, clandestina e precária; composesse; aquisição e perda.

25. Dos efeitos da posse; da proteção extrajudicial e judicial; juízo petitório e juízo possessório; legítima defesa da posse; desforço imediato; interditos possessórios; ações possessórias do Código de Processo Civil; fungibilidade das ações possessórias; aplicação das ações possessórias às coisas móveis; cumulação de pedidos; natureza dúplice da ação possessória; exceção de domínio; ações de força nova e de força velha; medida liminar nas ações possessórias; interdito proibitório; manutenção da posse; reintegração da posse; embargos de terceiro; nunciação de obra nova; ação de dano infecto; imissão de posse; servidões e proteção possessória; do direito à percepção dos frutos; da responsabilidade pelos danos sobre a coisa possuída; do direito à indenização pelas benfeitorias.

26. Da propriedade; conceito e elementos constitutivos da propriedade; natureza jurídica; classificação; características; objeto da propriedade; restrições ao direito de propriedade; aspectos da finalidade social da propriedade; Estatuto da Cidade.

27. Da aquisição da propriedade imóvel; classificação dos modos de adquirir; aquisição pelo registro do título; aquisição por acessão (conceito e modalidades, acessões naturais e artificiais); do usucapião (conceito e fundamento, requisitos do usucapião e espécies; usucapião no Novo Código, usucapião especial na CF 88).



28. Da aquisição da propriedade móvel; modalidades aquisitivas e extintivas da propriedade mobiliária; modos originários de aquisição e perda da propriedade móvel; ocupação, usucapião, achado e descoberta; modos derivados de aquisição e perda da propriedade móvel; tradição; especificação; confusão; comistão e adjunção.

29. Da perda da propriedade imóvel; alienação; renúncia; abandono; perecimento do imóvel; desapropriação; requisição; posse “pro labore”.

30. Do direito de vizinhança – do mau uso da propriedade – das árvores limítrofes – da passagem forçada – da passagem de cabos e tubulações – das águas – dos limites entre prédios e do direito de tapagem; do direito de construir;

31. Do condomínio; conceito; classificação; direitos e deveres dos condôminos; administração do condomínio; extinção do condomínio; condomínios especiais (por meação de paredes, cercas, muros e valas, em edifício de apartamentos ou condomínio edilício, multipropriedade imobiliária e loteamento fechado).

32. Da propriedade resolúvel; conceito; efeitos.

33. Da propriedade fiduciária; alienação fiduciária em garantia; conceito; características; requisitos; direitos e obrigações das partes; execução do contrato; extinção da propriedade fiduciária.

34. Da superfície; conceito; direito de superfície no Estatuto da Cidade e no Código Civil; direitos das partes; pagamento; transmissão do direito; preferência; extinção.

35. Dos direitos reais sobre coisas alheias; conceito; espécies; constituição por atos “inter vivos”; dos direitos reais de gozo e fruição; dos direitos reais de aquisição; dos direitos reais de garantia.

36. Das servidões; conceito; finalidade; princípios fundamentais; natureza jurídica; classificação; modos de constituição; direitos e deveres dos proprietários dos prédios dominante e serviente; proteção jurídica; extinção.

37. Do usufruto; conceito; objeto; caracteres jurídicos; espécies de usufruto; modos constitutivos; analogia com outros institutos; direitos e obrigações das partes; extinção do usufruto.

38. Do uso e da habitação; conceito; características; objeto, modos de constituição; direitos e deveres das partes; extinção.

39. Do direito do promitente comprador; conceito de compromisso ou promessa irretratável de venda; requisitos; efeitos jurídicos; execução; extinção.

40. Dos direitos reais de garantia; conceito; requisitos; efeitos; vencimento; eficácia contra terceiros; excussão; especialização;



preferência; garantia prestada por terceiros; indivisibilidade; remição; capacidade para instituir a garantia; proibição do pacto comissório; princípio da prioridade; antecipação de vencimento das obrigações; substituição e reforço da garantia real.

41. Do penhor; conceito e características; modo de constituição; direitos e deveres das partes; espécies de penhor; penhor legal; penhor rural; penhor industrial; penhor mercantil; penhor de direitos; penhor de títulos de crédito; penhor de veículos; extinção de penhor.

42. Da hipoteca; conceito e características; requisitos; efeitos; remição hipotecária; espécies de hipoteca; hipoteca convencional; hipoteca legal; hipoteca judicial; hipoteca cedular; extinção da hipoteca.

43. Da anticrese; conceito e características; direitos e deveres do credor anticrético; direitos e obrigações do devedor anticrético; extinção da hipoteca.

44. Dos direitos autorais – Lei 9.610/98; natureza jurídica e conceito; conteúdo; direitos do autor; limitações aos direitos do autor; duração dos direitos do autor; cessão dos direitos do autor; sanções à violação dos direitos autorais; desapropriação de obras publicadas.

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

Exposição oral da matéria.

Seminário – Trabalho escrito e participação em aula. Pesquisas – Doutrina e Jurisprudência

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação realizada de duas formas distintas. Avaliação objetiva, com provas semestrais e trabalhos no intuito de aprofundar temas específicos, e, avaliação subjetiva, considerando o empenho do aluno, bem como sua participação em aula e discussões.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, vol. 4. 2003.

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, vol. 7. 2003.

RODRIGUES, Sílvio. Direito civil. São Paulo: Saraiva, vol. 4 SP, 2003.

RODRIGUES, Sílvio. Direito civil. São Paulo: Saraiva, vol. 5, SP, 2003.



REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

GOMES, Orlando. Direitos reais. Rio de Janeiro: Forense, 2000. – 10 Ex.

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil. São Paulo: Saraiva, v. 3, 2003.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. Rio de Janeiro: Forense, v. IV, 2000.



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: TEORIA GERAL DO PROCESSO II

CARGA HORÁRIA: 40h

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outras.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Analisar os fundamentos constitucionais do direito processual brasileiro;
Possibilitar a compreensão, fundamentada e crítica, dos institutos fundamentais do direito processual no âmbito do Estado Constitucional;
Analisar as principais inovações e tendências do direito processual contemporâneo.
Trabalhar as questões da interpretação e da aplicação do Direito Processual a luz da instrumentalidade do processo;

EMENTA

O Estado, o processo, a tutela jurisdicional. O processo na pós-modernidade e a Jurisdição constitucional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

. PROCESSO E CONSTITUIÇÃO

1. Direito processual e direito constitucional
2. Princípios (garantias) constitucionais do direito processual
3. Poder Judiciário e órgãos judiciários e auxiliares da justiça



4. Funções essenciais à justiça: Ministério Público e advocacia
5. INSTITUTOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PROCESSUAL
 - 5.1. Objeto do direito processual e institutos fundamentais
 - 5.2. Jurisdição e competência
 - 5.3. Ação e defesa
 - 5.4. Processo e procedimento
6. A INTERPRETAÇÃO E A APLICAÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL
 - 6.1. A lei processual no tempo e no espaço
 - 6.2. A interpretação do direito processual e seus métodos
 - 6.3. A integração do direito processual, suas fontes e técnicas
 - 6.4. A resolução de antinomias no direito processual

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

Aulas expositivas.

Esquemas e quadros sinópticos.

Seminários.

Pesquisas de doutrina e jurisprudência

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação realizada de duas formas distintas. Avaliação objetiva, com provas semestrais e trabalhos no intuito de aprofundar temas específicos, e, avaliação subjetiva, considerando o empenho do aluno, bem como sua participação em aula e discussões.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- CINTRA, Antônio Carlos A.; GRINOVER, Ada Pelegrini; DINAMARCO, Cândido R. Teoria geral do processo. 16.ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
- GONÇALVES, Aroldo Plínio. Técnica processual e teoria do processo. Rio de Janeiro, Aide, 1992.
- LEAL, Rosemiro P. Teoria geral do processo – primeiros estudos. 2.ed. Porto Alegre: Síntese, 1999
- SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras linhas de direito processual civil. São Paulo: Saraiva, 1999. 3.v
- ACOSTA, Walter P. O processo penal , da teoria, prática, jurisprudência, organogramas. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1979
- ALVIM, J. E. Carreira. Elementos da teoria geral do processo. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- BARACHO, José A. Oliveira. Processo constitucional. Rio de Janeiro: Forense, 1981.



BARBI, Celso Agrícola. Do mandado de segurança. Rio de Janeiro: forense, 1995.

JESUS, Damásio de. Código de processo penal anotado. São Paulo: Saraiva, 1999.

LEAL, Rosemiro P. (Coord.) Estudos continuados de teoria do processo. Porto Alegre: Síntese, 2000

MIRABETI, Julio Fabrini. Processo penal. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MIRABETI, Julio Fabrini. Manual de direito penal. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2001. 3 vol.

NERY JUNIOR, Nelson. Princípios do processo civil na constituição federal. 4.ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1997.

PINTO, Antônio Luiz de Toledo. WIND, Márcia Cristina Vaz dos Santos., SIQUEIRA, Luiz Eduardo Alves de. Código de processo penal. São Paulo: Saraiva, 2000.

RIBEIRO, Djanira M. Rdamés Sá. Teoria geral do direito processual civil. Rio de Janeiro: Aide, 1991.

CALAMANDREI, Piero. Studios sobre el processo civil. Buenos Aires: Ediciones Juridicas Europa-America, 1973. (Obra completa)

CASTILLO, Neceto Alcalá-Zamora. Estudios de teoria general e historia del proceso. Mexico: UNAM, 1974. 2v.

CHIOVENDA, Giuseppe. Instituições de direito processual civil. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 1965 (obra completa)

COUTURE, Eduardo J. Introdução ao estudo do processo civil. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

FAZZALARI, Elio. Istituzioni di diritto procesuale. Padova: CDAM, 1996. (obra completa)

LIEBMAN, Enrico Tulio. Manuale di diritto procesuale civile. Milano: Giuffrè, 1973. (obra completa)



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO PENAL IV

CARGA HORÁRIA: 80h

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outras.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Analisar as penalidades aplicáveis aos crimes contra os costumes, a família, a incolumidade pública, a segurança dos serviços públicos, a administração pública e a administração da justiça.

EMENTA

Crimes contra os costumes. Crimes contra a família. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a administração pública. Crimes contra a administração da justiça. Crimes contra a saúde pública.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Crimes contra os Costumes

- Crimes contra a liberdade sexual;
- Sedução e corrupção de menores;
- Rapto;
- Disposições gerais;
- Lenocínio e tráfico de mulheres;
- Ultraje público ao pudor.



Crimes contra a Família

- Crimes contra o casamento;
- Crimes contra o estado de filiação;
- Crimes contra a assistência familiar;
- Crimes contra o pátrio poder, tutela ou curatela.

Crimes contra a Incolumidade Pública

- Crimes de perigo comum;
- Crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos;
- Crimes contra a saúde pública.

Crimes contra a Paz Pública

- Incitação ao crime;
- Apologia de crime ou criminoso;
- Quadrilha ou bando;
- Moeda falsa;
- Falsidade de títulos e outros papéis públicos.

Crimes contra a Fé Pública

- Falsidade documental: Material ou ideológica;
- Outras falsidades.

Crimes contra a Administração Pública

- Praticados por funcionário público;
- Praticados por particular.

Crimes contra a Administração da Justiça

- Reingresso de estrangeiro expulso;
- Denúncia caluniosa;
- Comunicação falsa de crime ou de contravenção;
- Auto acusação falsa;
- Falso testemunho ou falsa perícia;
- Coação no curso do processo;
- Exercício arbitrário das próprias razões;
- Fraude processual;
- Favorecimento pessoal;
- Favorecimento real;
- Exercício arbitrário ou abuso de poder;
- Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança;
- Evasão mediante violência contra a pessoa;
- Arrebatamento de preso;
- Motim de presos;
- Patrocínio infiel;
- Patrocínio simultâneo ou tergiversação;



- Sonegação de papel ou objeto de valor probatório;
- Exploração de prestígio;
- Violência ou fraude em arrematação judicial;
- Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito.

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

A metodologia consiste em aulas expositivas e discussões de textos relacionados aos temas do Direito Constitucional. Propiciar o debate sobre temas da disciplina que despertem maior interesse entre os alunos, sobretudo atualidades, inovações de teses doutrinárias legislativas. Trabalho individual de pesquisa doutrinária sucinta de temas propostos.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação realizada de duas formas distintas. Avaliação objetiva, com provas semestrais e trabalhos no intuito de aprofundar temas específicos, e, avaliação subjetiva, considerando o empenho do aluno, bem como sua participação em aula e discussões

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- ANDREUCCI, R.A. Estudos e Pareceres de Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 1980.
- ARANHA, J.Q.T.C. Crimes contra honra. São Paulo: Saraiva, 1995.
- ARAUJO, Sergio Luis de Souza. Teoria geral do processo penal. Belo Horizonte: Mandamentos, 1999.
- AYDOS, Marco Aurélio Dutra. Ilustres Assassinos. São Paulo: Acadêmica, 1992.
- BATISTA, Nilo. Introdução Crítica ao Direito Penal brasileiro. Rio de Janeiro: Renovar, 1993
- BRASIL. Código penal. 38 ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- BRUNO, A. Direito penal. Tomos I e II. São Paulo: Forense, 1995. T.1 e 2.
- CARVALHO, Márcia Dometila Lima. Fundamentação Constitucional do Direito Penal. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1992.
- COELHO, Walter. Teoria Geral do Crime. Porto Alegre: Sérgio Fabris. 1995.
- COSTA JUNIOR, P.J. & GREGORI, G. Direito Penal Ecológico. São Paulo, CETESB, 1981.
- COSTA JÚNIOR, P.J. Comentários ao Código Penal. 4ª ed.. . São Paulo: Saraiva, 1996.
- COSTA, J.P.J. Comentários ao Código Penal. 1º vol., 4ª ed.. São Paulo: Saraiva 1996.



- COSTA, P.J. Curso de Direito Penal. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 1992.
- FRAGOSO, H.C. Lições de direito penal. Rio de Janeiro: Forense 2000.
- JESUS, Damásio E. Código Penal Anotado. 6ª ed., São Paulo: Saraiva, 1996.
- JESUS, Damásio. Direito penal. 18ª ed. São Paulo: Saraiva 1999. 4 v.
- LUISI, L. Os princípios constitucionais penais. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 1991
- MARQUES, J.F. Curso de Direito Penal. São Paulo: Saraiva. 1995.
- MONTEIRO, A.L. Crimes Hediondos. 4ª ed., São Paulo: Saraiva, 1996.
- MUNÕZ CONDE, Francisco. Teoria Geral do Delito. Trad. Juarez Tavares e Luis Regis Prado. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1987.
- NORONHA, E.M. Direito penal. 32ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999. 4v.
- PALAZZO, F. Valores constitucionais e direito penal. Trad. Gérson Pereira dos Santos. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1989.
- PRADO, Luis Sergio. Curso de direito brasileiro. 2ed. São Paulo: RT, 2000.
- SALLES, J.R.A. Curso completo de Direito Penal. 5ª ed., São Paulo: Saraiva 1996.
- SANTOS, Juarez Cirino. Teoria do Crime. São Paulo: Acadêmica.1993.
- TOLEDO, Francisco de Assis. Princípios básicos de direito penal. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2000



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO II

CARGA HORÁRIA: 40h

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outras.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Propiciar conhecimentos específicos sobre o Direito Administrativo e sua potencial utilização no exercício das carreiras jurídicas, capacitando-o à uma postura crítica sobre as normas que compreendem a Administração Pública Brasileira.

EMENTA

Agentes Públicos. Serviços Públicos. Licitação e Contratos Administrativos. Espécies de Contratos Administrativos. Concessões e Permissões. Organizações Sociais e contratos de gestão. Desapropriação e Requisição. Servidão Administrativa. Domínio Público. Intervenção na Propriedade e no domínio Econômico. Responsabilidade civil do Estado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

Considerações Gerais.

A responsabilidade do Estado e o Estado de Direito.

Evolução da teoria da responsabilidade por atos administrativos.

A responsabilidade civil da Administração na legislação.



- Fundamentos da responsabilidade do Estado.
- Caracteres da conduta lesiva ensejadora de responsabilidade.
- A reparação do dano. Ação de Indenização e Ação Regressiva.
- 2. LICITAÇÕES
 - Regime Jurídico Administrativo.
 - Conceito e princípios da licitação pública.
 - Perspectiva constitucional.
 - Obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade de licitação.
 - Procedimento, anulação e revogação da licitação.
 - Modalidades de licitação.
 - Pregão.
- 3. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
 - Considerações Gerais.
 - Conceito, peculiaridades e interpretação dos contratos administrativos.
 - Formalização do contrato administrativo.
 - Execução do contrato administrativo.
 - Equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
 - Inexecução, revisão e rescisão do contrato administrativo.
 - Principais contratos administrativos.
 - Contratos de concessão e Contratos de Gestão
- 4. INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE E NO DOMÍNIO ECONÔMICO
 - Considerações gerais: propriedade e domínio econômico, bem-estar social, competência e meios de intervenção.
 - Desapropriação.
 - Servidão administrativa.
 - Requisição.
 - Ocupação temporária.
 - Limitações administrativas.
 - Atuação no domínio econômico.
- 5. SERVIDORES PÚBLICOS
 - Considerações gerais.
 - Agentes públicos.
 - Classificação dos agentes públicos.
 - Regime jurídico constitucional dos servidores públicos.
 - Deveres e direitos dos servidores públicos.
 - Responsabilidades dos servidores públicos.
- 6. SERVIÇOS PÚBLICOS
 - Considerações gerais.
 - Competência para prestação de serviço.



Regulamentação e controle.
Formas e meios de prestação do serviço.
Serviço Centralizado.
Serviço Descentralizado.
Concessões.
Permissões.
Organizações Sociais.

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

A metodologia consiste em aulas expositivas e discussões de textos relacionados aos temas do Direito Administrativo. Propiciar o debate sobre temas da disciplina que despertem maior interesse entre os alunos, sobretudo atualidades, inovações de teses doutrinárias legislativas. Trabalho individual de pesquisa doutrinária sucinta de temas propostos.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

A avaliação realizada de duas formas distintas. Avaliação objetiva, com provas semestrais e trabalhos no intuito de aprofundar temas específicos, e, avaliação subjetiva, considerando o empenho do aluno, bem como sua participação em aula e discussões.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

AMARAL, Diogo Freitas do. Curso de Direito Administrativo. Coimbra: Almedina. 1995.
ARAÚJO, Florivaldo Dutra de. Motivação e controle do ato administrativo. Belo Horizonte: Del Rey, 1992.
BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 1998.
BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 1995.
BRAZ, Petrônio. Processo de licitação. Contratos Administrativos e sanções penais. São Paulo: LED, 1995.
CIRNE LIMA, Ruy. Princípios de direito administrativo brasileiro. 3a ed. Porto Alegre: Sulina, 1954.
CRETELLA JUNIOR, José. Tratado de direito administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 1966 – 1972. 10 vols.
CRETELLA JÚNIOR, José. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 1992.
CRETELLA JUNIOR, José. Manual de Direito Administrativo: curso moderno de graduação. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1991.



PLANO DE ENSINO

CURSOS:

DISCIPLINA: Projeto Comunitário

SEMESTRE: **TURNO:**

CARGA HORÁRIA: 20 h

PROFESSORA RESPONSÁVEL: Claudia Lopes Ferreira

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

A disciplina de Projeto Comunitário é constituinte da Política Institucional de Extensão do UniSALESIANO e assume, como uma de suas finalidades, desenvolver atividades em sintonia com as aspirações e necessidades da comunidade, promovendo a relação entre a Instituição e a Comunidade, necessariamente com a participação dos acadêmicos. O Projeto Comunitário (PC) é um componente curricular de caráter extensionista, o qual concretiza, de forma prática, a natureza e identidade comunitárias salesianas. Pedagogicamente, a participação dos acadêmicos em projetos comunitários contribui para aprofundar a formação humanista proporcionando uma aprendizagem integral e significativa, uma vez que a formação universitária não se faz apenas pelo acesso a um conjunto de conhecimentos e tecnologias específicas, mas também, por meio da construção de valores e de atitudes éticas e socialmente comprometidas, favorecendo a troca de saberes e a aprendizagem humanística, e desenvolvendo a cultura da solidariedade e da prática da cidadania, intervindo na sociedade de forma crítica, criativa e propositiva, fundamentada em reflexão filosófico-teológica, promovendo a solidariedade, os direitos humanos, a sustentabilidade e o respeito à diversidade.



EMENTA

Desenvolver competências sociais por meio de experiência vivencial solidária de participação acadêmica em projetos sociais comunitários, propiciando ao acadêmico vivências que envolvam a empatia nas relações sociais e possibilitem reflexão acerca de seus valores pessoais, favorecendo a inserção da universidade na comunidade, possibilitando a troca de saberes e proporcionando ao acadêmico uma formação integral humanística voltada para o bem comum.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – Valores humanos, Solidariedade e cidadania

- 1.1– Conceito dos valores humanos e da solidariedade na sociedade contemporânea.
- 1.2– Relação entre solidariedade, cidadania e responsabilidade social.
- 1.3– A responsabilidade social do cidadão como integrante do contexto social no qual está inserido.
- 1.4– A importância do protagonismo na construção de uma sociedade democrática e inclusiva.

UNIDADE II – Caracterização do Projeto Comunitário do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium

- 2.1 – Conhecimento da missão institucional do UniSALESIANO, seus valores e diretrizes para a educação do século XXI.
- 2.2 – Apresentação do Projeto Comunitário: objetivos e processos de operacionalização.
- 2.3 – Exposição dos conteúdos, conceitos, procedimentos e atitudes pertinentes ao PC.

UNIDADE III – O acadêmico como transformador social

- 3.1 – A visita institucional:
 - 3.1.1. Identificação das instituições e possibilidades de realização da visita.
 - 3.1.2. O planejamento da visita: contatos e acordos com a instituição.
 - 3.1.3. O papel do estudante-agente na construção de uma sociedade democrática e inclusiva.



III – A vivência comunitária na formação integral do acadêmico

- 4.1 – As experiências vividas e ao papel do Projeto Comunitário na formação humana e acadêmica.
- 4.2 – O Relatório de Visita Institucional.
- 4.3 – A autoavaliação.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Pela natureza do Projeto Comunitário, os acadêmicos serão avaliados:

Média da B1: somatória das notas obtidas nas atividades das Unidades 1 e 2.

Média da B2 : somatória das notas obtidas nas atividades das Unidades 3 e 4.

OBS: a média final será obtida a partir da somatória das médias B1 e B2.

ATIVIDADES EXTRACLASSE / PROJETOS ESPECIAIS

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CUNHA, Márcia Pereira. Os andaimes do novo voluntariado. São Paulo: Cortez, 2023. [Disponível em:](#)

[https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555599619/epubcfi/6/6%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright_3-0.xhtml%5D!/4/12/8/1:31%5Bess%2Co%5E\)%5D](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555599619/epubcfi/6/6%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright_3-0.xhtml%5D!/4/12/8/1:31%5Bess%2Co%5E)%5D)

[PIOVESAN, Flávia Temas de direito humanos. 2.ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023.](#) Disponível em<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555553932/epubcfi/6/6%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml02%5D!/4/18/14>

SILVA, Domício W. P. Solidariedade no direito das obrigações. São Paulo: Almedina, 2022. Disponível em<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556276724/pageid/4>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CAVALCANTI, A.E.L.W.; LEITE, F.P.A.; LISBOA, R.S. Direito da infância, juventude, idoso e pessoas com deficiência. São Paulo: Atlas, 2014. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522486021/pageid/2>

BES, Pablo; et.al. Sociedade, cultura e cidadania. Porto Alegre: SAGAH, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522486021/pageid/2>



SIQUEIRA JR., Paulo H.; OLIVEIRA, Miguel A. M. Direito humanos: liberdades públicas e cidadania. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502636514/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcapa.html%5D!/4/2/2%4051:2>

LOPES FILHO. Artur R. I.; et.al. Ética e cidadania. 2.ed. Porto Alegre: Sagah, 2018. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595024816/pageid/1>

PINSKY, Jaime; et.al. Práticas de cidadania. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572445375/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcapa.xhtml%5D!/4/2%5Bcover-image%5D/2%4051:2>



DIREITO

DIREITO DO TRABALHO I

CARGA HORÁRIA 80h

EMENTA

Formação do direito do trabalho. Fontes do direito do trabalho. Princípios do direito do trabalho. Relação de trabalho e contrato de trabalho. Sujeitos do contrato de trabalho. Salário e remuneração. Suspensão, interrupção e terminação do contrato de trabalho.

OBJETIVO

Analisar o Direito do Trabalho em conexão com a realidade social, a partir dos preceitos constitucionais. Verificar a relação de emprego como objeto de estudo do Direito do Trabalho. Estudar o contrato individual de trabalho, analisando os seus principais aspectos, bem como as posições dos sujeitos, considerando a tendência de flexibilização das regras do Direito do Trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 - História de trabalho
- 1.2 - Origem e evolução do Direito do Trabalho
- 1.3 – Evolução Constitucional dos Direitos Sociais
- 1.4 - Conceito do Direito do trabalho
- 1.5 - Natureza jurídica
- 1.6 - Autonomia do Direito do trabalho
- 1.7 - Relação com os demais ramos
- 1.8 – Fontes

1.9 – Princípios

1.10 – Aplicação das Normas

UNIDADE 2 - DA RELAÇÃO DE EMPREGO

2.1 – Distinção entre relação de emprego e relação de trabalho

2.2 – Caracterização

2.3 - Natureza jurídica

2.4 – Sujeitos

2.5 – Empregado

2.6 - Espécies de Trabalhadores

2.6 – Empregador

2.7 – Espécies de Empregadores

UNIDADE 3 - TRABALHADOR TEMPORÁRIO

3.1 – Compreensão

3.2 - Conceito: Trabalho Temporário e Trabalhador Temporário

3.3 – Pressupostos

3.4 – Efeitos

UNIDADE 4 – ESTAGIÁRIO

4.1. – Compreensão

4.2. - Natureza Jurídica da relação

4.3. – Pressupostos

4.4. – Efeitos

UNIDADE 5 - CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO

5.1 - Conceito

5.2 - Natureza jurídica

5.3 - Características

5.4 - Objeto

5.5 - Requisitos

5.6 - Forma

5.7 - Conteúdo

5.8 - Prazo

5.9 – Prorrogação

5.10 - Espécies de Contratos

UNIDADE 6 - DO SALÁRIO

6.1 - Conceito

6.2 - Composição

6.3 - Natureza Jurídica

6.4 - Características

6.5 - Formas de Estipulação e Fixação

UNIDADE 7 - DA REMUNERAÇÃO

7.1 - Conceito

7.2 - Composição

7.3 – Da Distinção entre Remuneração e Salário

UNIDADE 8 - PROTEÇÃO AO SALÁRIO

8.1 – Política Salarial

8.2 - Princípios constitucionais

8.3 – Direito Adquirido e Irredutibilidade Salarial

UNIDADE 9 - GRATIFICAÇÃO DE NATAL

9.1 - Origem

9.2 - Conceito

9.3 - Pagamento

9.4 - Valor

9.5 - Efeitos da Rescisão contratual.

UNIDADE 10 - EQUIPARAÇÃO SALARIAL

10.1 - Compreensão

10.2 - Pressupostos

10.3 - Efeitos

10.4 - Restrições

UNIDADE 11 – ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

11.1 – Princípio da imodificabilidade e *Ius Variandi*

11.2 – Transferência de Empregados

11.3 – Transferência de empregados para o exterior

UNIDADE 12 - INTERRUPTÃO E SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

12.1 – Conceito dos institutos

12.2 - Efeitos

12.3 - Hipóteses

METODOLOGIA

A metodologia consiste em aulas expositivas. Propiciar o debate sobre temas da disciplina que despertem maior interesse entre os alunos, sobretudo atualidades, inovações de teses doutrinárias legislativas. Trabalho em grupo, na sala de aula para pesquisa doutrinária sucinta de temas propostos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será efetuada através de prova escrita com questões objetivas e dissertativas, bem como, com a realização de trabalhos, com a finalidade de proporcionar pesquisa doutrinária e jurisprudencial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 5 ed. São Paulo: LTr, 2006.

GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, Elson. **Curso de Direito do Trabalho**. 17 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. 21 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho**. 19 ed. São Paulo: LTr, 2004.

SÜSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANA, Segadas; TEIXEIRA, Lima. **Instituições de Direito do Trabalho**. 22 ed. São Paulo: LTr, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMARAL, Lúcia Miranda de Lima. **Mediação e arbitragem: uma solução para os conflitos trabalhistas no Brasil**. São Paulo: LTR, 1994.

ANDRADE, Vasco de . **Atos Unilaterais no Contrato de Trabalho**. São Paulo: LTr, 1996

BARROS, Alice Monteiro de (org.). **Curso de direito do Trabalho. Estudos em Memória de Célio Goyatá**. 3a ed. São Paulo: LTR, 1997. 2 vols.

BATALHA, Wilson de Souza Campos. **Tratado de Direito Judiciário do Trabalho**. São Paulo: LTr, 1995.

BERNARDES, Hugo Gueiros. **Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 1989.

BERTOLINS, Patrícia Tuma Martins. **Reformulação do Processo do Trabalho**. São Paulo: LTR 1996.

CARRION, Valentin. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho – legislação suplementar e jurisprudência**. São Paulo: RT, 1997.

CARRION, Valentin. **Nova Jurisprudência em Direito do Trabalho**. São Paulo. Sarava, 1998.

CAVALCANTE JÚNIOR.,Ophir. **A Terceirização das Relações Laborais**. São Paulo: LTr, 1996.

CESARINO JÚNIOR, Antônio Fonseca. **Direito Social**. São Paulo: LTr. 1980.

FURTADO, Emmanuel Teófilo. **Alteração do Contrato de Trabalho**. São Paulo: LTr, 1994.

GENRO, Tarso. **Introdução crítica do Direito do Trabalho**. Porto Alegre: LP&M, 1979.

JUCÁ, Francisco Pedro. **A Constitucionalização dos direitos dos Trabalhadores e a hermenêutica das Normas infraconstitucionais**. São Paulo: Ltr. 1997

LYRA FILHO, Roberto. **Direito do Capital, Direito do Trabalho**. Porto Alegre: Fabris. 1990.

MARANHÃO, Délio. **Direito do Trabalho**. Rio de Janeiro: FGV, 1992.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **A seguridade social na constituição federal**. 2a ed. São Paulo: LTR, 1992.

MORAES FILHO, Evaristo de. **Apontamentos de direito operário**. São Paulo: LTr, 1993.

MORAES FILHO, Evaristo de. **Introdução ao Direito do Trabalho**. São Paulo: LTR. 1971.

OLIVEIRA, José de. **Acidentes do Trabalho**. 3ªed. São Paulo: Saraiva, 1997.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Prescrição Trabalhista - Questões Controvertidas**. São Paulo: LTr, 1996.

PAULON, Carlos Artur. **Direito Alternativo do Trabalho**. São Paulo: LTR, 1994.

PEDROTI, Irineu Antônio. **Comentário as Leis de Acidentes do Trabalho**. Ed. Universitária de Direito, 1986.

RODRIGUES, Américo Plá. **Princípios de Direito do Trabalho**. São Paulo: Ltr, 1995. RUPRECHT, Afredo J. **Direito da Seguridade Social**. São Paulo: LTr, 1996.

VILHENA, Paulo Emílio Ribeiro de. **Relação de Emprego**. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.



CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL V

SEMESTRE: **TURNO:**

CARGA HORÁRIA: 80 h

PROFESSOR RESPONSÁVEL: Dra. Cibele Rodrigues

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria, e outras.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Compreender o Direito de Família através das relações entre os textos legais vigentes as transformações sociais e as interpretações jurisprudenciais, capacitando o aluno para interpretação dos artigos e a aplicação desta teoria nas várias situações vivenciais, utilizando dos referenciais teóricos e principiológicos, analisando, discutindo e apresentando soluções para situações-problemas envolvendo o Direito de Família.

EMENTA

Direito de Família. Noções gerais, conceito e evolução. Tipos de família; Casamento: promessa; capacidade para o casamento, processo de habilitação, impedimentos e causas suspensivas. Celebração, provas e espécies do casamento; da inexistência da invalidade e da eficácia do casamento. Da dissolução da Sociedade e do vínculo conjugal: da Separação consensual e litigiosa; do divórcio e da proteção dos filhos. Das relações de parentesco: disposições gerais, filiação e reconhecimento dos filhos, da adoção e do poder familiar. Alienação parental: Conceito e aspectos da Lei 12318/2010. Do Direito Patrimonial: Regime de Bens entre os cônjuges. Do Usufruto e da Administração dos bens dos menores; dos alimentos e do bem de Família. Da União Estável e do Concubinato. Da tutela e Curatela. Lei n.º 11.441/07: Separação e Divórcio Consensual pela via administrativa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução ao Direito de Família.

- 1.1 Conceito
- 1.2 Conteúdo
- 1.3 Objeto e Interesse Estatal Entidade Estatal
- 1.4 Tipos de Família

2. Do casamento.

- 2.1 Esponsais, promessa de casamento.
- 2.2 Capacidade para o casamento e Processo de habilitação.
- 2.3 Dos Impedimentos e causas suspensivas.
- 2.4 Provas do Casamento.
- 2.5 Da Invalidade e Eficácia do casamento.
- 2.6 Da dissolução da sociedade e do vínculo conjugal.
- 2.7 Emenda Constitucional 66/2010
- 2.8 Lei n.º 11.441/07: Separação e Divórcio pela via administrativa.
- 2.9 Da proteção da pessoa dos filhos.

3. Das relações de Parentesco.

- 3.1 Conceitos.
- 3.2 Espécie.
- 3.3 Conteúdo.
- 3.4 Filiação e reconhecimento dos filhos.
- 3.5 Família socioafetiva
- 3.6 Da adoção e do poder familiar
- 3.7 Do exercício, suspensão e extinção do Poder Familiar
- 3.8 Alienação Parental- Lei nº 12.318/2010

4. Do Direito Patrimonial.

- 4.1 Regime de Bens entre os cônjuges, conceito e espécies.
- 4.2 Pacto Antenupcial.
- 4.3 Usufruto e Administração dos bens dos filhos menores.
- 4.5 Dos Alimentos.
- 4.6 Do bem de Família.
- 4.7 Da União Estável.

5. Do usufruto e da administração dos bens dos filhos menores

- 5.1 Análise dos artigos 1689 a 1693 do Código Civil
- 5.2 Do usufruto e da administração dos bens dos filhos menores
- 5.3 Análise dos artigos 1689 a 1693 do Código Civil

6. Dos alimentos

6.1 Conceito, espécies e requisitos

6.2 Análise dos artigos 1694 a 1710 do Código Civil

7. Do Bem de Família e da União Estável

7.1 Conceito e características do Bem de Família

7.2 Análise e interpretação dos artigos 1711 a 1722 do Código Civil

7.3 Conceito e caracterização da União Estável

7.4 Análise e interpretação dos artigos 1723 a 1727 do Código Civil

8. Da tutela e da Curatela.

8.1 Análise da Lei 13.146 de 6 de julho de 2015 abrangendo o conceito dos termos utilizados.

8.2 Tutores e tutelados, Curadores e curatelados: parte legítima.

8.3 Do exercício, escusa e incapacidade de exercer a tutela

8.4 Dos bens do tutelado e da prestação de contas.

8.5 Cessação da tutela, exercício e interditos

8.6 Da decisão apoiada

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

- Aulas expositivas e recursos audiovisuais.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Para a avaliação do aluno, serão utilizados vários métodos, dentre os quais, trabalho individual com aplicação prática do conteúdo e prova teórica; além da observação diária do rendimento e participação do aluno através das seguintes atividades desenvolvidas:

- leitura, análise e compreensão da legislação, doutrina e outras fontes de direito;
- interpretação do direito e sua aplicação no âmbito individual e social;
- correta utilização da linguagem, raciocínio lógico, argumentação, persuasão e reflexão crítica.

Será considerado aprovado o aluno que evidenciar ter alcançado o objetivo da disciplina, demonstrando competência e habilidades relacionados aos conteúdos programáticos desenvolvidos mediante trabalhos em grupo e avaliações individuais escritas.

ATIVIDADES EXTRACLASSE / PROJETOS ESPECIAIS

-

REFERÊNCIAS BÁSICAS

DINIZ, M. H. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito de Família**, 34 ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

GONÇALVES, C.R. **Direito Civil Brasileiro: Direito de Família**. Ed.17 São PAULO: SARAIVA, 2019. Vol.06
NEGRÃO, T, et al, GOUVÊA, J. R.F.et al, BON-DIOLI, L.G. A.et al, FONSECA, J.F.N. **Código Civil e legislação civil em vigor**. 38. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020.

VENOSA, S.de S. **Direito Civil- Direito de Família**. ed.20. São Paulo: Atlas, 2020.

TARTUCE, F. **Direito Civil: direito de família** v. 5, 15. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CALDERÓN, R. **Princípio da afetividade no direito de família**. 2. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.

DIAS, M.B. **Manual de Direito das Famílias**. 13 ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2019.

GAGLIANO, P. S; Pamplona Filho, R. Novo Curso de Direito Civil: Direito de Família. Vol.6. ed.10. São Paulo: Saraiva, 2020.

LÔBO, P. **Direito Civil Famílias- Vol. 5-** 10ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2020

MONTEIRO, W.B; TAVARES DA SILVA, R.B. Curso de Direito Civil - Vol. 2 - **Direito de Família** - 43ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

PEREIRA, R. D. C. **Princípios Fundamentais Norteadores do Direito de Família**. 3. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2016.



DIREITO

DIREITO PENAL V

CARGA HORÁRIA 80h

EMENTA

Participação em atividades e cursos extracurriculares que complementem a formação jurídica do acadêmico de direito, com iniciativas de natureza social, cultural e artística; com aplicação de conhecimentos em torno de aspectos da realidade em que se insere o UNISALESIANO com divulgação de conhecimentos e técnicas de trabalho à comunidade.

OBJETIVO

Analisar as penalidades aplicáveis aos crimes contra os costumes, a família, a incolumidade pública, a segurança dos serviços públicos, a administração pública e a administração da justiça.

O Direito Penal

1. Moeda falsa, Crimes Assimilados ao de Moeda Falsa;
 2. Da falsidade de títulos e outros papéis públicos;
 3. Da falsidade documental. Falsidade material;
 4. De outras falsidades.
 5. Dos Crimes praticados por Funcionário contra a Administração em Geral;
- Dos Crimes Praticados por Particular contra a Administração em Geral;

METODOLOGIA

A metodologia consiste em aulas expositivas e discussões de textos relacionados aos temas do Direito Penal. Propiciar o debate sobre temas da disciplina que

despertem maior interesse entre os alunos, sobretudo atualidades, inovações de teses doutrinárias legislativas. Trabalho individual de pesquisa doutrinária sucinta de temas propostos.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação realizada de duas formas distintas. Avaliação objetiva, com provas semestrais e trabalhos no intuito de aprofundar temas específicos, e, avaliação subjetiva, considerando o empenho do aluno, bem como sua participação em aula e discussões.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

JESUS, Damásio Evangelista. **Direito Penal** São Paulo: Saraiva.

MARQUES, José Frederico. **Tratado de Direito Penal**: volume I: propedêutica penal e norma penal. 1 ed. Campinas: Bookseller, 1997.

MIRABETE, Júlio Fabrini. **Manual de Direito Penal**. São Paulo: Atlas

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DELMANTO, Celso, DELMANTO, Roberto, DELMANTO JUNIOR, Roberto, DELMANTO, Fabio Machado de Almeida. **Código Penal comentado**: acompanhado de comentários, jurisprudência, súmulas em matéria penal e legislação complementar. 5.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Dos crimes contra os costumes aos crimes contra a administração**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

NUCCI, Guilherme de Souza (coord.). **Código Penal comentado**. São Paulo : RT, 2000.

OLIVER, Paulo. Direito autoral e sua tutela penal: lei n. 9.609/98, lei n. 9.610/98, decreto-lei n. 2.556/98. São Paulo Ícone, 1998.



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO.

DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO.

SEMESTRE:

TURNO:

CARGA HORÁRIA: 80 h/a.

PROFESSOR RESPONSÁVEL: Doutor RAPHAEL HERNANDES PARRA FILHO.

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

O objetivo da disciplina é proporcionar aos acadêmicos, noções gerais e específicas sobre o direito de empresa com temas voltados para a realidade cotidiana do estudante e do futuro profissional, para torná-lo competente a evitar e solucionar os conflitos de interesses surgidos a sua frente, principalmente no meio empresarial.

EMENTA

A – Noções gerais e introdutórias do direito administrativo. B – LICITAÇÕES. C – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A – LICITAÇÃO:

- Principais mudanças e aspectos importantes para CONCURSOS/OAB.
- ÂMBITO DE APLICAÇÃO DESTA LEI;
- DOS PRINCÍPIOS;
- DAS DEFINIÇÕES;
- DOS AGENTES PÚBLICOS;
- DO PROCESSO LICITATÓRIO;
- DAS FASES.

B – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

Vídeo aulas gravadas de cada tópico.

Livros didáticos digitais.

Leituras dirigidas e atividades online.
Interação através de chats e fóruns programados.
Encontros para tirar dúvidas usando software de videoconferência ('Lives').
Encontro presencial para aula esquemática e apresentação da disciplina.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia do curso na modalidade a distância está baseada na tríade: "Autonomia orientada";

"Acompanhamento/Orientação do professor" e Utilização de materiais didáticos.

O ambiente virtual de aprendizagem (AVA) adotado disponibiliza canais de interatividade (Fórum de discussão; email; Chat e videoconferências) para serem utilizados efetivamente, favorecendo o processo de aprendizagem, da construção e reconstrução do conhecimento. A colaboração e a cooperação, palavras-chave nesta concepção de educação, são valorizadas no ambiente virtual por levarem ao aprofundamento do conteúdo, à reflexão, à avaliação de diversos pontos de vista, à aplicação de conceitos e à reconstrução do conhecimento.

A disciplina é ofertada totalmente a distância, utilizando o ambiente virtual de aprendizado (AVA) e as tecnologias de informação e comunicação (TICs), a interação entre professores e alunos será obrigatória através de programação de cronograma de chats, videoconferências e fóruns.

O material didático da disciplina será organizado no AVA de acordo com os tópicos

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

EA (Exercícios avaliativos) – Atividades semanais a serem realizadas individualmente e submetidas no AVA + Participação em Fóruns: 10 pontos

Prova primeiro Bimestre (B1) – Avaliação online: 10 pontos

$$\text{Média PB1} = \frac{\text{B1} + (\text{EA} + \text{Fóruns})}{2}$$

EA (Exercícios avaliativos) – Atividades semanais a serem realizadas individualmente e submetidas no AVA + Participação em Fóruns: 10 pontos

Prova regimental (B2) – Avaliação presencial: 10 pontos

$$\text{Média PB2} = \frac{\text{B2} + (\text{EA} + \text{Fóruns})}{2}$$

Cálculo da média semestral

$$\text{Média: } \frac{\text{PB1} + \text{PB2}}{2}$$

ATIVIDADES EXTRACLASSE / PROJETOS ESPECIAIS

Pesquisas e elaboração de artigos sobre os temas constantes do conteúdo programático.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

AMARAL, Diogo Freitas do. Curso de Direito Administrativo. Coimbra: Almedina. 1995.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 1998.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 1995.

BRAZ, Petrônio. Processo de licitação. Contratos Administrativos e sanções penais. São Paulo: LED, 1995.

CARVALHO, MATEUS. Manual de direito administrativo. Salvador: Juspodium, 2019. . 6ª ed.

CRETELLA JUNIOR, José. Tratado de direito administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 1966 – 1972. 10 vols.

, José. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 1992.

, José. Manual de Direito Administrativo: curso moderno de graduação. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2000.

GASPARINI, Diogenes. Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 1992.

MEDAUAR, Odete. A processualidade no direito administrativo. São Paulo: Rev. dos Tribunais 1993

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo. Brasileiro. São Paulo: RT. 1993.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 5a ed. São Paulo: Dialética, 1998

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, Florivaldo Dutra de. Motivação e controle do ato administrativo. Belo Horizonte: Del Rey, 1992

CIRNE LIMA, Ruy. Princípios de direito administrativo brasileiro. 3a ed. Porto Alegre: Sulina, 1954. FARIA, Edimur Ferreira de. Curso de Direito Administrativo positivo. Belo Horizonte: Del Rey, 1997 FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Controle da Administração Pública. São Paulo: Revista dos Tribunais 1991.

, LúciaValle. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 1994.

FREITAS, Juarez. Estudos de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros. 1995.

LINARES, Juan Francisco. Derecho Administrativo. Argentina, Buenos Aires: Editorial Astrea, 1990.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Eficácia nas licitações e contratos. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

SEABRA FAGUNDES, Miguel. Controle dos atos administrativos pelo poder judiciário. 6a ed. São Paulo: Saraiva, 1984.



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

SEMESTRE: 5º

TURNO: 1

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

PROFESSOR RESPONSÁVEL: Francisco Antonio de Sousa

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

Formação humanístico–cristã, técnica e científica, generalista para atuar na área do direito. Competências, habilidades, atitudes e valores para atuar no mercado de trabalho em consonância com as demandas mundiais, nacionais e regionais. Interação com a comunidade local e regional, prestando serviços de assessoramento jurídico

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Esta disciplina tem como objetivo fornecer aos alunos uma compreensão abrangente dos conceitos, princípios e práticas fundamentais de Segurança da Informação, com foco nos desafios jurídicos, legais e éticos relacionados à proteção de dados e à segurança de informações em organizações públicas e privadas.

Os alunos serão capacitados a reconhecer, avaliar e compreender riscos em ambientes digitais, analisando seus impactos jurídicos, incluindo a proteção de dados pessoais, a privacidade, a responsabilidade civil e administrativa, o compliance regulatório e a atuação dos órgãos de controle.

Objetivos Específicos:

1. **Compreensão dos Fundamentos de Segurança da Informação:** Os alunos serão capazes de compreender os princípios fundamentais da segurança da informação, incluindo confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade dos dados.
2. **Identificação e Avaliação de Ameaças e Vulnerabilidades:** Os alunos aprenderão a identificar e avaliar as ameaças e vulnerabilidades comuns em sistemas de informação, incluindo ataques cibernéticos, malware, engenharia social e outras formas de exploração.
3. **Implementação de Medidas de Segurança Adequadas:** Os alunos serão capazes de propor medidas sob a ótica jurídica adequadas para proteger a informação, quer em sistemas informacionais ou outro tipo de armazenamento.
4. **Aspectos Legais e Éticos da Segurança da Informação:** Os alunos serão introduzidos aos aspectos legais e éticos relacionados à segurança da informação, incluindo legislação de proteção de dados,



direitos autorais, privacidade e responsabilidade legal.

5. **Aplicação Jurídica dos Conceitos de Segurança da Informação:** Analisar e aplicar os conceitos estudados em cenários práticos do campo jurídico, considerando implicações legais, regulatórias, éticas e institucionais relacionadas à segurança da informação.

Ao final desta disciplina, os alunos deverão estar aptos a desenvolver uma visão crítica e abrangente da segurança da informação, integrando os princípios e práticas aprendidos em suas futuras atividades profissionais em organizações públicas e privadas.

EMENTA

A disciplina de Segurança da Informação proporciona aos alunos a compreensão dos princípios, conceitos e práticas essenciais para a proteção de dados e informações em ambientes digitais, sob a perspectiva jurídica. Aborda a identificação e análise de ameaças, medidas de segurança, aspectos legais e éticos, legislação aplicável, privacidade, responsabilidade jurídica e aplicação dos conceitos em contextos profissionais do Direito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade 1

1. Introdução à Segurança da Informação

- Conceitos básicos de segurança da informação
- Objetivos e importância da segurança da informação em organizações públicas e privadas sob a ótica jurídica

2. Ameaças e Vulnerabilidades

- Tipos de ameaças cibernéticas: malware, phishing, ataques de força bruta, entre outros
- Identificação e avaliação de vulnerabilidades em sistemas de informação

Unidade 2

3. Medidas de Segurança

- Políticas de segurança da informação
- Criptografia e técnicas de proteção de dados
- Controle de acesso e autenticação de usuários
- Monitoramento e detecção de atividades suspeitas

Unidade 3

4. Aspectos Legais e Éticos

- Legislação de proteção de dados: GDPR, LGPD, entre outras
- Direitos autorais e propriedade intelectual
- Privacidade e confidencialidade de dados pessoais
- Responsabilidade legal e ética em incidentes de segurança da informação

Unidade 4

5. Aplicações Práticas

- Estudos de caso de incidentes de segurança da informação relevantes para organizações públicas e privadas, analisados sob a perspectiva jurídica.
- Desenvolvimento de políticas de segurança da informação considerando requisitos legais,



regulatórios, éticos e institucionais, com foco na proteção de dados, privacidade, compliance e responsabilidade jurídica.

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

A disciplina será ministrada por meio de um ambiente virtual de aprendizagem estruturado em quatro unidades, distribuídas ao longo do semestre. Cada unidade contará com aulas expositivas online, videoaulas, estudos de caso, atividades práticas e fóruns de discussão para promover a interação entre os alunos e o professor. Além disso, serão aplicadas avaliações individuais e em grupo para consolidar o aprendizado. Os alunos serão incentivados a aplicar os conceitos aprendidos em contextos reais do campo jurídico, especialmente na proteção de dados, privacidade, compliance e responsabilidade civil, desenvolvendo uma visão crítica sobre os desafios da Segurança da Informação. O material didático incluirá leituras direcionadas, vídeos complementares e questões reflexivas para ampliar a compreensão do conteúdo.

As atividades práticas terão caráter analítico e interpretativo, com foco na análise de casos, normas, incidentes e responsabilidades jurídicas, não envolvendo a execução técnica de ataques ou ferramentas de segurança.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

As atividades realizadas pela disciplina (Fóruns, pesquisas, estudos de caso e avaliações) terão o seguinte peso para a composição da média final:

<i>Parte I (UC 1 e UC 2)</i>		<i>Parte II (UC 3 e UC 4)</i>	
Atividades	4,00	Atividades de Pesquisa / Exercícios	5,00
B1	6,00	B2	5,00
Total	10,00	Total	10,00

Média Final: (Parte I + Parte II) / 2

ATIVIDADES EXTRACLASSE / PROJETOS ESPECIAIS

Para complementar o aprendizado na disciplina de Segurança da Informação, serão desenvolvidas atividades extraclasse que permitirão aos alunos aplicar os conceitos teóricos a **cenários práticos do campo jurídico**, especialmente relacionados à proteção de dados, privacidade, compliance e responsabilidade legal em organizações públicas e privadas.

Estudos de Caso:

Análise de incidentes reais ou simulados de segurança da informação, explorando vulnerabilidades, impactos legais e éticos. Os alunos devem identificar riscos e propor soluções para mitigação.

Análise de incidentes de segurança da informação:

Atividades interativas nas quais os alunos assumem diferentes papéis (Papéis de controlador, operador, autoridade reguladora e Judiciário) para compreender como ocorrem ataques cibernéticos e como preveni-



los, utilizando medidas preventivas e respostas institucionais a incidentes.

Desenvolvimento de Políticas de Segurança:

Trabalho em grupo para elaboração de políticas de segurança da informação voltadas a organizações públicas e privadas, considerando requisitos legais, boas práticas, privacidade, compliance e responsabilidade jurídica.

Exercícios de Análise de Riscos:

Aplicação de metodologias de análise de riscos para identificação e priorização de ameaças em cenários específicos, com a proposição de medidas corretivas e preventivas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

1. BARRETO, Jeanine S.; ZANIN, Aline; MORAIS, Izabelly S.; et al. Fundamentos de segurança da informação. [S.l.]: Grupo A, 2018. eBook.
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595025875>.
Acesso em: 01 fev. 2025.
2. MACHADO, Felipe Nery Rodrigues. Segurança da informação: princípios e controle de ameaças. 1. ed. [S.l.]: Grupo GEN, 2014. eBook.
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536531212>.
Acesso em: 01 fev. 2025.
3. TERADA, Routo. Segurança de dados. 2. ed. [S.l.]: Editora Blucher, 2008. eBook.
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788521215400>.
Acesso em: 01 fev. 2025.
4. OLIVEIRA, Ricardo. LGPD: como evitar as sanções administrativas. [S.l.]: Grupo GEN, 2021. eBook.
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553623262>.
Acesso em: 01 fev. 2025.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

1. Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). *Guia Orientativo sobre a LGPD*. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/anpd/pt-br>.
2. CERT.br (Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança). *Cartilha de Segurança para Internet*. 2024. Disponível em: <https://cartilha.cert.br/>.
3. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). *Boas Práticas em Segurança da Informação*. 2021. Disponível em: <https://www.ibgc.org.br>.
4. NIST em Português. Framework de Segurança Cibernética. Tradução não oficial. Disponível em: <https://csrc.nist.gov/publications/detail/sp/800-53/rev-5/final>.
5. Serpro. Cartilha de Criptografia para Iniciantes. 2023.



CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO SALESIANO AUXILIUM

RECREDECENCIADO PELA PORTARIA Nº 358 DE 01/06/2021 - D.O.U. 02/06/2021 - SEÇÃO 1 - PÁG. 59

Disponível em: <https://www.serpro.gov.br>.

6. GARCIA, Lara Rocha. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD): guia de implantação. [S.l.]: Editora Blucher, 2020. eBook.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555060164>.

Acesso em: 01 fev. 2025.

7. SOLER, Fernanda Galera. Proteção de dados: reflexões práticas e rápidas sobre a LGPD. [S.l.]: Grupo GEN, 2022. eBook.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553622500>.

Acesso em: 01 fev. 2025.



CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO SALESIANO AUXILIUM

RECREDECENCIADO PELA PORTARIA Nº 358 DE 01/06/2021 - D.O.U. 02/06/2021 - SEÇÃO 1 - PÁG. 59

8. EDITORA SARAIVA. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e Marco Civil da Internet. [S.l.]: Grupo GEN, 2022. eBook.
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620384>.
Acesso em: 01 fev. 2025.
9. MARINHO, Fernando. Os 10 mandamentos da LGPD: como implementar a Lei Geral de Proteção de Dados em 14 passos. [S.l.]: Grupo GEN, 2020. eBook.
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026009>.
Acesso em: 01 fev. 2025.



Curso: Direito			
Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL I			
Professor:			
Termo: 5º	Período Letivo: 1º Semestre	Aulas Semanais: 04 h	Carga Horária: 80 h

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outras.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Dar a base teórica para a confecção da petição inicial, que vai desde a aprendizagem dos sujeitos participantes do processo, os atos que o compõem e as consequências jurídicas, positivas ou negativas, que esta peça processual pode gerar.

EMENTA

Formação, suspensão e extinção do Processo – Processo de conhecimento – Procedimento Ordinário

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (ARTIGO 312 AO 368 CPC)

1. Da formação, suspensão e extinção do Processo – Da formação do processo – da suspensão do processo – da extinção do processo.
2. Do processo de conhecimento
3. Petição Inicial – Do pedido – Do indeferimento da Petição inicial – Indeferimento da petição inicial – Improcedência liminar do pedido – Audiência de mediação e conciliação
4. audiência de conciliação e mediação
5. Das defesas do réu – Da contestação – da reconvenção – das exceções
6. Da revelia e seus efeitos - Da não incidência da revelia

METODOLOGIA E SISTEMA DE AVALIAÇÃO

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (3 títulos)

DIDIER, Fredie; ZANETI JR., Hermes. Curso de Direito Processual Civil. Salvador: Juspodivm. v. 4.

MARCATO, Antonio Carlos. Procedimentos Especiais. São Paulo: Atlas.

THEODORO JR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Forense. v. 2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (5 títulos)

DONIZETTI, Elpídio; CERQUEIRA, Marcelo Malheiros. Curso de Processo Coletivo São Paulo: Atlas.

LEONEL, Ricardo de Barros. Manual do processo coletivo. São Paulo: RT.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade. Código de processo civil comentado e legislação extravagante. São Paulo: RT.

SCARPINELLA BUENO, Cassio. Novo Código de Processo Civil Anotado. São Paulo: Saraiva.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de Processo Civil. Procedimentos especiais e juizados especiais. São Paulo: RT

.....
Professor

Prof. Dra. Cibeles Rodrigues
Coordenadora do Curso

PLANO DE ENSINO

Curso: Direito Noturno

Disciplina:

Direito Processual Penal – I

Professor (a):

Alessander Lopes Dias

Termo:

Período Letivo:

2020

Aulas Semanais:

02 Aulas

Carga Horária:

40 horas/aulas

1 – EMENTA

Introdução ao Direito Processual Penal. Princípios do Processo Penal. Investigação Criminal. Inquérito Policial. Imunidades. Interpretação da Lei Processual. Analogia. Fontes do Direito Processual Penal. Tipos de processo penal. Ação Penal Pública e Privada. Princípios da Ação Penal. Denúncia e Queixa Crime. Prescrição e Decadência. Ação Penal ex delicto. Sujeitos do Processo.

2 – OBJETIVOS

Compreender os princípios, as noções fundamentais e estruturas do Direito Processual Penal. Identificar e conhecer os mecanismos da persecução penal. Diferenciar as ações penais: pública e de iniciativa privada. Distinguir jurisdição e competência, identificando as causas de fixação e modificação.

3 – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Introdução ao Direito Processual Penal

- Bibliografia – apresentação e sugestões
- Introdução ao Direito Processual Penal
- Instrumentalidade
- *Jus puniendi ET jus accusationi*;
- Finalidade;
- As regras do processo penal constitucional;
- Princípios informadores do direito processual penal brasileiro
- Aplicação da lei processual penal no tempo e no espaço
- A nova lei e o princípio constitucional do devido processo legal
- Interpretação extensiva
- Aplicação analógica
- Outras formas de interpretação
- Analogia
- Imunidades

Unisaiesiano Fontes de direito processual penal

- **Investigação Criminal**

- conceito, fundamentos, finalidades;
- natureza jurídica e características;
- polícia judiciária: atribuições, objetivos e área de atuação;
- inquérito policial;
- natureza jurídica;
- informalidade;
- dispensabilidade;
- *noticia criminis* e/ou *delatio criminis*;
- formas de instauração do inquérito policial;
- portaria (ex ofício), requisição e requerimento;
- inquérito policial nos crimes dependentes de iniciativa do ofendido;
- instauração por portaria da autoridade policial;
- desenvolvimento (diligências e providências);
- conceito de indício. Garantias constitucionais do indiciado;
- inquéritos por crimes conexos de ação pública e privada;
- instauração por auto de flagrante;
- estados flagranciais (próprios e impróprios);
- flagrante preparado e flagrante esperado;
- local de lavratura do auto de flagrante;
- - ilustrações com exemplos práticos;
- inquérito policial por auto de flagrante;
- formalidades e efeitos;
- a nota de culpa e a presunção de inocência;
- prazos conclusivos do inquérito policial;
- arquivamento. Conceito. Formas;
- arquivamento e ação penal privada exclusiva e/ou subsidiária da pública;
- exemplos práticos;
- Desarquivamento.
- **Ação Penal**
- conceito;
- classificação (quanto a iniciativa);
- condições gerais especiais;

Unisaiesiano

- pressupostos de existência e validade do processo;

- princípios e regras;
- da ação penal pública;
- espécies (incondicionada e condicionada)
- titularidade;
- princípios específicos;
- da ação penal privada;
- espécies (exclusiva, personalíssima e subsidiária da pública);
- princípios específicos;
- Titularidade;
- Causas extintivas do exercício do direito da ação:
- renúncia;
- desistência;
- decadência;
- perempção;
- perdão;
- abolitio criminis;

Ação Civil Ex Delicto

- O efeito da sentença condenatória no cível;
- O ressarcimento do dano e a suspensão do processo (Lei 9.099/95)

Denúncia e Queixa – Crime

- Conceitos;
- Requisitos (art.41, CPP)
- Prazos;
- Aditamento;
- Rejeição;

Sujeitos Processuais

- Juiz;
- Ministério Público;
- Acusado;
- Defensor;
- Curador;
- Assistente de acusação;
- Auxiliares da justiça;

UniSALESIANO**4 – METODOLOGIA**

A metodologia consiste em aulas expositivas e discussões de textos relacionados aos temas do direito processual penal. Propiciar o debate sobre temas da disciplina que despertem maior interesse entre os alunos, sobretudo atualidades, inovações de teses doutrinárias legislativas. Trabalho individual de pesquisa doutrinária sucinta de temas propostos. Seminários realizados em sala de aula com a participação dos alunos em grupos.

5 – AVALIAÇÃO

A avaliação realizada de duas formas distintas. Avaliação objetiva, com provas bimestrais e trabalhos com intuito de aprofundar temas específicos, e, avaliação subjetiva, considerando o empenho do aluno, bem como sua participação em aula e discussões.

6 – BIBLIOGRAFIA**Bibliografia básica:**

REIS, Alexandre Cebrian Araújo, et al. Direito processual penal esquematizado. 15ª ed.- São Paulo: Saraiva, 2026.

LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de processo penal. 15ª ed.rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed.JusPodivm, 2026.

AVENA, Norberto Claudio Pancaro. Processo Penal: esquematizado.- 15ªed.- Rio de Janeiro : Forense; São Paulo: Metodo, 2023.

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal.- 18ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2011.

MARCÃO, Renato. Curso de processo penal. – São Paulo: Saraiva, 2014.

ARAÚJO, Sérgio Luiz Souza. Teoria geral do processo penal. Belo Horizonte: Mandamentos, 1999.

CÂMARA, Luiz Antônio. Prisão e liberdade provisória: lineamentos e princípios do processo penal cautelar. Curitiba : Juruá, 1997. (03)

GOMES, Luiz Flávio. Suspensão condicional da processa penal: o novo modelo consensual de justiça criminal. São Paula : RI, 1995. (03)

GOMES, Luiz Flávio. Suspensão condicional da processa penal: o novo modelo consensual de justiça criminal. São Paula : RI, 1995. (03)

GRINOVER, Ada Pellegrini et alli. As nulidades no processo penal. 6ª ed., São Paulo: RT, 1997.

GRINOVER, Ada Pellegrini et alli. As nulidades no processo penal. 6ª ed., São Paulo: RT, 1997.

Bibliografia complementar:

MIRABETE, Júlio Fabbrini. Processo penal. 4ª ed., São Paulo: Atlas, 1995.

TORNAGHI, Hélio. Curso de processo penal. 6ª ed., São Paulo: Saraiva, 1989.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo penal. 18ª ed.. São Paulo: Saraiva 1997.

TUCCI, Rogério Lauria. Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro. São Paulo: Saraiva, 1993.

TUCCI, Rogério Lauria. Jurisdição, ação e processo penal. Belém: CEJUP, 1984.



UniSALESIANO

Araçatuba, 01 de fevereiro de 2026.

Prof. Ms. Alessandro Lopes Dias



CURSO : DIREITO

DISCIPLINA: Direito Civil VI

CARGA HORÁRIA 80h

PERÍODO

EMENTA

Direito de sucessão. Sucessão em geral. Direito de testar. Transmissão de herança. Herança jacente e vacante. Dos que não sucedem. Vocação hereditária. Direito de representação. Sucessão testamentária. Codicilos. Disposições testamentárias. Nulidades. Legados. Caducidade. Porção disponível. Redução testamentária. Substituições: conceitos e espécies. Deserdação. Revogação do testamento, testamenteiro. Inventário, partilha e arrolamentos. Direito do menor: conceito, características, importância. Lei n.º 11.441/07: Do inventário pela via administrativa.

OBJETIVO

Compreender o Direito das Sucessões através das relações entre os textos legais vigentes as transformações sociais e as interpretações jurisprudenciais, capacitando o aluno para interpretação dos artigos e a aplicação desta teoria nas várias situações vivenciais, utilizando dos referenciais teóricos e principiológicos, analisando, discutindo e apresentando soluções para situações-problemas envolvendo o Direito das Sucessões

CONTEUDO PROGRAMÁTICO

- 1. Introdução ao Direito das Sucessões.**
 - 1.1 Conceito.
 - 1.2 Fundamento.
 - 1.3 Conteúdo.
- 2. Da sucessão em Geral.**
 - 2.1 Espécies.**
 - 2.2 Abertura da Sucessão.**
 - 2.3 Transmissão da Herança.**
- 3. Aceitação da Herança.**
 - 3.1 Conceitos.
 - 3.2 Espécie.
 - 3.3 Conteúdo.
 - 3.4 Irretratabilidade.
 - 3.5 Anulação e revogação.
- 4. Renúncia da Herança.**

- 4.1 Conceito.
- 4.2 Efeitos.
- 4.3 Requisitos.
- 5. Cessão de Herança. Excluídos da Sucessão. Herança Jacente e Vacante
- 6. **Sucessão Legítima.**
 - 6.1 Ordem da Vocação Hereditária.
 - 6.2 Herdeiros Necessários.
 - 6.3 Direito de Representação.
- 7. Sucessão Testamentária.
 - 7.1 Testamentos.
 - 7.2 Capacidade.
 - 7.3 Formas.
 - 7.4 Testemunhas testamentária.
 - 7.5 Disposições.
- 8. **Codicílio.**
 - 8.1 Conceito.
 - 8.2 Forma.
 - 8.3 Revogação.
- 9. **Legado.**
 - 9.1 Conceito.
 - 9.2 Objeto.
 - 9.3 Espécies.
 - 9.4 Caducidade
- 10. **Direito de Acrescer entre Herdeiros e Legatários. Substituições. Deserdação. Redução das Disposições. Revogação. Rompimento. Testamenteiro.**
- 11. **Liquidação da Herança.**
- 12. **Inventário.**
 - 12.1 Definição.
 - 12.2 Processo.
 - 12.3 Pagamento das Dívidas.
 - 12.4 Arrolamento.
 - 12.5 Inventário Negativo.
 - 12.6 Sonegados.
 - 12.7 Lei n.º 11.441/07: Do inventário pela via administrativa.



MÉTODOLOGIA

- Aulas expositivas;
- Discussões de textos;
- Estudos de caso e exercícios;
- Provocação de debates sobre os temas abordados;
- Discussões interdisciplinares;
- Pesquisas em fontes diversas

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia básica:

MONTEIRO, WASHINGTON DE BARROS; Curso de Direito Civil, 41 ed. Saraiva, 2007.

GONÇALVES, CARLOS ROBERTO; Direito Civil Brasileiro, 4 ed. Saraiva – 2007.

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito civil. Ed.7 São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia complementar:

ABREU. F. J. O negócio jurídico e sua teoria geral. 3. ed. São Paulo: Saraiva. 1995.

BITTAR. C. A. Responsabilidade Civil Teoria e Prática. 2. ed., Rio de Janeiro Forense, 1990

BRASIL. Código civil. 51. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

CAHALI, Yussef Saíd. Divórcio e Separação. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995.

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil - Vol. VII - Direito das Sucessões - 12ª Ed. São Paulo. 2012 .

DIREITO

DIREITO DO TRABALHO II

CARGA HORÁRIA 80h

EMENTA

Jornada de trabalho. Estabilidade e proteção contra a despedida arbitrária. Segurança e medicina do trabalho. Prescrição no direito do trabalho. Direito sindical. Greve. Convenção, acordo e dissídio coletivo. Poder Normativo da justiça do trabalho. Greve.

OBJETIVO

Concluir o estudo acerca da relação de emprego, a partir do exame do assunto sob uma visão crítica e reflexiva. Analisar aspectos relativos ao Direito Coletivo do Trabalho.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE 1 - JORNADA NORMAL

- 1.1 - Compreensão
- 1.2 - Origem
- 1.3 - Limites
- 1.4 - Excluídos
- 1.5 - Fixação de Jornada
- 1.6 - Alteração da Jornada

UNIDADE 2 - HORAS SUPLEMENTARES

2.1 - Entendimento

2.2 - Origem

2.3 - Efeitos no Contrato de Trabalho

UNIDADE 3 - PRORROGAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO.

3.1 - Espécies de prorrogação

3.2 - Pressupostos legais e formais

3.3 - Limites

3.4 - Remuneração

UNIDADE 4 - DO TRABALHO NOTURNO

4.1 - Compreensão

4.2 - Duração da Jornada Noturna

4.3 - Remuneração

4.4 - Efeitos no Contrato

4.5 - Supressão do Trabalho Noturno

UNIDADE 5 - INTERVALOS OU PERÍODOS DE DESCANSO

5.1 - Objetivos

5.2 - Natureza

5.3 - Espécies

5.4 - Duração

5.5 - Descumprimento

5.6 - Jornada Ininterrupta

UNIDADE 6 - REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

- 6.1 - Compreensão
- 6.2 - Imposições legais
- 6.3 - Remuneração
- 6.4 - Pressupostos
- 6.5 - Perda de remuneração

UNIDADE 7 - DAS FÉRIAS ANUAIS REMUNERADAS

- 7.1 - Objetivos
- 7.2 - Natureza jurídica do instituto
- 7.3 - Aquisição de direitos
- 7.4 - Gozo de férias
- 7.5 - Formalização
- 7.6 - Remuneração
- 7.7 - Indenização de férias
- 7.8 - Prescrição do direito

UNIDADE 8 – MEIO AMBIENTE DO TRABALHO

- 8.1 - Compreensão
- 8.2 - Segurança e Higiene no trabalho.
- 8.3 – Trabalho em condições agressoras da saúde e segurança do empregado.
- 8.4 – Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais.
- 8.5 – Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego sobre Medicina e Segurança no trabalho.
- 8.6 – Comissões Internas de prevenção de acidentes.

8.7 – Responsabilidades decorrentes de acidente do trabalho

UNIDADE 9 - ESTABILIDADE

9.1 - Compreensão

9.2 - Espécies

9.3 - Requisitos

9.4 - Efeitos

9.5 – Extinção

UNIDADE 10 - FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

10.1 - Sistema: compreensão e abrangência

UNIDADE 5 - INTERVALOS OU PERÍODOS DE DESCANSO

5.1 - Objetivos

5.2 - Natureza

5.3 - Espécies

5.4 - Duração

5.5 - Descumprimento

5.6 - Jornada Ininterrupta

UNIDADE 6 - REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

6.1 - Compreensão

6.2 - Imposições legais

6.3 - Remuneração

6.4 - Pressupostos

6.5 - Perda de remuneração

UNIDADE 7 - DAS FÉRIAS ANUAIS REMUNERADAS

- 7.1 - Objetivos
- 7.2 - Natureza jurídica do instituto
- 7.3 - Aquisição de direitos
- 7.4 - Gozo de férias
- 7.5 - Formalização
- 7.6 - Remuneração
- 7.7 - Indenização de férias
- 7.8 - Prescrição do direito

UNIDADE 8 – MEIO AMBIENTE DO TRABALHO

- 8.1 - Compreensão
- 8.2 - Segurança e Higiene no trabalho.
- 8.3 – Trabalho em condições agressoras da saúde e segurança do empregado.
- 8.4 – Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais.
- 8.5 – Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego sobre Medicina e Segurança no trabalho.
- 8.6 – Comissões Internas de prevenção de acidentes.
- 8.7 – Responsabilidades decorrentes de acidente do trabalho

UNIDADE 9 - ESTABILIDADE

- 9.1 - Compreensão
- 9.2 - Espécies
- 9.3 - Requisitos
- 9.4 - Efeitos
- 9.5 – Extinção

UNIDADE 10 - FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

10.1 - Sistema: compreensão e abrangência

10.2 - Dos depósitos

10.3 - Contas

10.4 - Efeitos da rescisão

10.5 - Movimentação de contas

UNIDADE 11 - AVISO PRÉVIO

11.1 - Conceito

11.2 - Natureza jurídica

11.3 - Fontes

11.4 - Efeitos: principais e acessórios

11.5 - Forma e prova

11.6 – Reconsideração

UNIDADE 12 – TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO – MODALIDADES E EFEITOS

12.1 – Término do contrato por ato lícito das partes – dispensa sem justa causa e comunicado de dispensa do empregado.

12.2 – Término do contrato por ato culposo do empregado – Dispensa por justa causa

12.3- Término do contrato por ato culposo do empregador – Rescisão indireta

12.4- Término do contrato por culpa recíproca das partes

12.5 – Término do contrato por desaparecimento de uma das partes: morte do empregado, morte do empregador pessoa física, extinção da empresa.

12.6 – Término do contrato por mútuo acordo entre as partes.

12.7 - Término do contrato pelo advento do termo.

12.8 – Término do contrato por força maior.

12.9 – Término do contrato por “factum principis”.

UNIDADE 13– PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO DIREITO DO TRABALHO

13.1 – Introdução.

13.2 – Distinções.

13.3 – Prescrição trabalhista – causas interruptivas, impeditivas e suspensivas.

13.4 – Normas específicas à prescrição trabalhista.

UNIDADE 14 - DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

14.1 Compreensão

14.2 Abrangência

14.3 Objetivos

14.4 Fontes

UNIDADE 15- LIBERDADE SINDICAL

15.1 Conceito

15.2 Fundamentos

15.3 Fontes

15.4 Compreensão e tratamento da questão

15.4.1 A nível internacional

15.4.2 A nível interno

UNIDADE 16 - ORGANIZAÇÃO SINDICAL

16.1 Compreensão

16.2 Modelo Sindical Brasileiro

16.3 Critérios e diretrizes

16.3.1 – Unicidade x pluralidade sindical

16.3.2 – Enquadramento: por categorias e categorias profissionais diferenciadas

16.4 Estruturação sindical brasileira: sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais

UNIDADE 17 - ENTIDADES SINDICAIS

17.1 Compreensão

17.2 Conceito

17.3 Natureza jurídica

17.4 Constituição e legalização

17.5 Estruturação Interna

17.6 Garantias sindicais

17.7 Funções

17.8 Receitas

UNIDADE 18 - CONFLITOS COLETIVOS

18.1 Compreensão

18.2 Natureza

18.3 Conceito

18.4 Classificação

18.5 Formas de solução

UNIDADE 19 - CONVENÇÃO COLETIVA

19.1 Introdução

19.2 Natureza jurídica

19.3 Definição e compreensão

19.4 Diretrizes

19.5 Parte, conteúdo forma

19.6 Vigência

UNIDADE 20 - ACORDO COLETIVO

20.1 Introdução

20.2 Natureza jurídica

20.3 Definição e compreensão

20.4 Parte, conteúdo, forma

20.5 Vigência

UNIDADE 21 - AUTO DEFESA

- GREVE

21.1.1 Origem e evolução

21.1.2 Tratamento internacional

21.1.3 Definições

21.1.4 Fundamentos

21.1.5 Modalidades

21.1.6 Tratamento legal atual no Brasil

21.2 LOCKOUT

21.2.1 Compreensão

21.2.2 Tratamento legal

METODOLOGIA

A metodologia consiste em aulas expositivas. Propiciar o debate sobre temas da disciplina que despertem maior interesse entre os alunos, sobretudo atualidades, inovações de teses doutrinárias legislativas. Trabalho em grupo, na sala de aula para pesquisa doutrinária sucinta de temas propostos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será efetuada através de prova escrita com questões objetivas e dissertativas, bem como, com a realização de trabalhos, com a finalidade de proporcionar pesquisa doutrinária e jurisprudencial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 5 ed. São Paulo: LTr, 2006.

GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, Elson. **Curso de Direito do Trabalho**. 17 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. 21 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho**. 19 ed. São Paulo: LTr, 2004.

SÜSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANA, Segadas; TEIXEIRA, Lima. **Instituições de Direito do Trabalho**. 22 ed. São Paulo: LTr, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMARAL, Lúcia Miranda de Lima. **Mediação e arbitragem: uma solução para os conflitos trabalhistas no Brasil**. São Paulo: LTR, 1994.

ANDRADE, Vasco de . **Atos Unilaterais no Contrato de Trabalho**. São Paulo: LTr, 1996

ARAÚJO, João Carlos de. **Ação Coletiva do Trabalho**. São Paulo: LTR, 1993.

BARROS, Alice Monteiro de (org.). **Curso de direito do Trabalho. Estudos em Memória d**

Célio Goyatá. 3a ed. São Paulo: LTR, 1997. 2 vols.

BATALHA, Wilson de Souza Campos. **Tratado de Direito Judiciário do Trabalho**. São Paulo: LTr, 1995.

BERNARDES, Hugo Gueiros. **Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 1989.

BERTOLINS, Patrícia Tuma Martins. **Reformulação do Processo do Trabalho**. São Paulo: LTR 1996.

CARRION, Valentin. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho – legislação suplementar e jurisprudência**. São Paulo: RT, 1997.

CARRION, Valentin. **Nova Jurisprudência em Direito do Trabalho**. São Paulo. Sarava, 1998.

CAVALCANTE JÚNIOR.,Ophir. **A Terceirização das Relações Laborais**. São Paulo: LTr, 1996.

CESARINO JÚNIOR, Antônio Fonseca. **Direito Social**. São Paulo: LTr. 1980.

FURTADO, Emmanuel Teófilo. **Alteração do Contrato de Trabalho**. São Paulo: LTr, 1994.

GENRO, Tarso. **Introdução crítica do Direito do Trabalho**. Porto Alegre: LP&M, 1979.

GONÇALVES, Edwar Abreu. **Manual de segurança e saúde no trabalho**. São Paulo: LTr, 2000.

JUCÁ, Francisco Pedro. **A Constitucionalização dos direitos dos Trabalhadores e a hermenêutica das Normas infraconstitucionais**. São Paulo: Ltr. 1997

LYRA FILHO, Roberto. **Direito do Capital, Direito do Trabalho**. Porto Alegre: Fabris. 1990.

MARANHÃO, Délio. **Direito do Trabalho**. Rio de Janeiro: FGV, 1992.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **A seguridade social na constituição federal**. 2a ed. São Paulo: LTR, 1992.

MARTINS, Sergio Pinto. **Flexibilização das condições de trabalho**. São Paulo: Atlas, 2000.

MORAES FILHO, Evaristo de. **Apontamentos de direito operário**. São Paulo: LTr, 1993.

MORAES FILHO, Evaristo de. **Introdução ao Direito do Trabalho**. São Paulo: LTR. 1971.

OLIVEIRA, José de. **Acidentes do Trabalho**. 3ªed. São Paulo: Saraiva, 1997.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Prescrição Trabalhista - Questões Controvertidas**. São Paulo: LTr, 1996.

PAULON, Carlos Artur. **Direito Alternativo do Trabalho**. São Paulo: LTR, 1994.

PEDROTI, Irineu Antônio. **Comentário as Leis de Acidentes do Trabalho**. Ed. Universitária de Direito, 1986.

RODRIGUES, Américo Plá. **Princípios de Direito do Trabalho**. São Paulo: Ltr, 1995. RUPRECHT, Afredo J. **Direito da Seguridade Social**. São Paulo: LTr, 1996.

SADY, João José. **Direito do meio ambiente do trabalho**. São Paulo: LTr, 2000.

VILHENA, Paulo Emílio Ribeiro de. **Relação de Emprego**. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

DIREITO

DIREITO PENAL VI

CARGA HORÁRIA 80h

EMENTA

Crimes contra a sexualidade, a família, a incolumidade e administração pública, crimes de trânsito e estatuto do desarmamento.

OBJETIVOS

Objetivos Gerais: Analisar a estrutura do sistema penal e as espécies criminais definidas Código Penal.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I - CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL: 1.1 Estupro. 1.2. Violência

sexual mediante fraude. 1.3. Assédio Sexual. 1.4. Favorecimento a prostituição ou

outra forma de exploração sexual. 1.5. Tráfico internacional de pessoas para fim de

exploração sexual. 1.6. Estupro de vulnerável. 1.7. Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente gerais. 1.8. Favorecimento a prostituição ou outra

forma de exploração sexual de vulnerável.

UNIDADE II – CRIMES CONTRA A FAMÍLIA: 2.1 Crimes contra a assistência familiar.

2.2. Crimes contra o poder familiar, tutela e curatela.

UNIDADE III - CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA: 3.1. crimes contra a saúde pública.

UNIDADE IV – CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: 4.1. Crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral. 4.2 Crimes praticados por particular contra a administração em geral. 4.3 Crimes contra a administração da justiça. 4.4. Crimes contra as finanças públicas.

LEIS PENAS ESPECIAIS:

UNIDADE V – CRIMES DE TRÂNSITO.

UNIDADE VI – ESTATUTO DO DESARMAMENTO.

METODOLOGIA

Aulas expositivas, seminários, estudos dirigidos e requisição de fichas de leituras (fichamentos) para despertar o exame crítico dos alunos sobre o direcionamento das matérias lecionadas.

AVALIAÇÃO

Provas bimestrais, participação em seminários ou estudos dirigidos em sala de aula, apresentação de fichamentos ou de trabalhos de pesquisas individuais ou em grupos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Parte Especial 11ª ed., v. II,III São Paulo: Saraiva, 2007. (341.5 B624t)

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. Parte Especial. 7ª ed., V II São Paulo: Saraiva, 2007. (34. 5 C241C)

GRECCO, Rogério. Curso de Direito Penal. Parte especial. 10ª ed., v. II. Rio de Janeiro: Impetus, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA JR., Paulo José da. Comentários ao Código Penal. São Paulo: Saraiva, 2000.

GOMES, Luiz Flávio; CERVINI, Raul. Crime organizado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995. (341.55611 G633c).

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Dos crimes contra a pessoa 4ª ed., São Paulo: Saraiva, 2001.(341.566 G635d).

MAIA, Rodolfo Tigre. Lavagem de dinheiro. Anotações às disposições criminais da Lei 9.613/98. 1ª ed., São Paulo: Malheiros, 2004.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de Direito Penal. Parte Especial. 25ª ed., v. II. São Paulo: Atlas, 2007. (341.5 m671m)

PRADO, Luis Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro. Parte Especial. 8ª ed., V. II e III. São Paulo: RT, 2008. (341.50981 P896c)



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO, ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO

SEMESTRE: ° **TURNO:** DIURNO E NOTURNO

PROFESSOR RESPONSÁVEL: Daniel Barile da Silveira

CARGA HORÁRIA: h

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO:

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO:

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outros.

O curso de Administração tem por objetivo a formação de profissionais que organizam, planeja e orientam o uso de recursos financeiros, físicos, tecnológicos e humanos das empresas, buscando soluções para todo o tipo de problemas administrativos.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Capacitar o discente para atuação prática em Direito Tributário, desenvolvendo habilidades para identificar, analisar e aplicar normas tributárias na resolução de problemas concretos, com ênfase na interpretação da legislação, elaboração de peças processuais e consultivas, bem como na compreensão das repercussões fiscais sobre a atividade empresarial.

EMENTA

Estudo dos fundamentos constitucionais e legais do Direito Tributário. Análise do Sistema Tributário Nacional, competências tributárias e limitações ao poder de tributar. Obrigação tributária: hipótese de incidência, sujeito ativo e passivo, responsabilidade e crédito tributário. Tributos em espécie: impostos, taxas, contribuições e empréstimos compulsórios. Administração e fiscalização tributária: obrigações principais e acessórias, infrações e penalidades. Processo administrativo e judicial tributário: impugnações, recursos, execução fiscal e defesas do contribuinte. Planejamento tributário e justiça fiscal, com enfoque nos aspectos práticos da tributação e nos desafios contemporâneos do sistema tributário brasileiro.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I – Introdução ao Direito Tributário

1. Noções gerais de Direito Tributário e sua autonomia científica.
2. Relação entre Direito Constitucional, Financeiro e Tributário.
3. Fontes do Direito Tributário: Constituição, leis, tratados, jurisprudência e doutrina.
4. Princípios constitucionais tributários.

Unidade II – Sistema Tributário Nacional

1. Competência tributária: União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
2. Limitações constitucionais ao poder de tributar.
3. Espécies tributárias: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais.

Unidade III – Obrigação Tributária

1. Hipótese de incidência e fato gerador.
2. Sujeito ativo e sujeito passivo da obrigação tributária.
3. Responsabilidade tributária: direta, indireta, solidária e subsidiária.
4. Crédito tributário: constituição, lançamento e suspensão da exigibilidade.

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

- **Discussão oral e dialogada:** análise crítica de casos concretos com base na jurisprudência atual do STJ e TJ's, explorando decisões relevantes.
- **Estudos de caso :** avaliação de casos reais

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

P1: 10 pts

P2: 10 pts

Nota do semestre: média das duas provas.

Total: **10,0 pontos**

REFERÊNCIAS BÁSICAS

SABBAG, Eduardo. **Manual de direito tributário**. 015 ed. Editora Saraiva, 2023.

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. 025 ed. Editora Saraiva, 2023.

MAZZA, Alexandre. **Manual de direito tributário**. 010 ed. Editora Saraiva, 2024.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CAPARROZ, Roberto. **Direito tributário**. 007. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023.

CASSONE, Vitorino. **Direito tributário**. 028. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

COSTA, Regina Helena. **Curso de direito tributário**. 014. ed. São Paulo: Saraiva, 2024.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de direito tributário brasileiro**. 018. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

HARADA, Kiyoshi. **Direito tributário e financeiro**. 030. ed. São Paulo: Atlas, 2021.



PLANO DE ENSINO

CURSOS: E A D

DISCIPLINA: METODOLOGIAS ÁGEIS DE GESTÃO

SEMESTRE: **TURNO:** **CARGA HORÁRIA:** 40

PROFESSOR RESPONSÁVEL: CLEIDE HENRIQUE AVELINO

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

O Centro Universitário Católico Auxilium – UniSALESIANO, fundado em princípios éticos, cristãos e da pedagogia salesiana, e em consonância com suas funções de ensino, pesquisa e extensão, inspirado nos princípios e fins da Educação Nacional, tem por missão **contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão, através da produção e difusão do conhecimento e da cultura.**

Esta Missão se expressa na seguinte afirmação de Dom Bosco: formar bons cristãos, honestos cidadãos e profissionais competentes.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

A disciplina Metodologias Ágeis de Gestão tem como objetivo apresentar aos acadêmicos os principais conceitos e fundamentos relacionados aos métodos ágeis aplicados à gestão ágil de projetos das organizações, proporcionando aos alunos a formação de um conhecimento específico no desenvolvimento de habilidades para avaliação dos melhores modelos a serem utilizados pelas organizações.

EMENTA

Ferramentas de Gestão Ágil. Scrum. Kanban. OKR. Design Thinking. Cultura Lean. Liderança Antifrágil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Introdução às Metodologias Ágeis de Gestão;
Abordagem de Frameworks de Metodologias Ágeis; Scrum; Kanban; OKR; Smart; Design Thinking;
Ferramentas para a gestão ágil de projetos;
Principais aspectos da Cultura Lean e Liderança Antifrágil.

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

- 1) Videoaulas Expositivas EAD com apresentação do conteúdo através de slides e textos
- 2) Tarefas e Fóruns para assimilação do conteúdo, integradas com Metodologias Ativas.
- 3) Chats



ATIVIDADES EXTRACLASSE / PROJETOS ESPECIAIS

Propostas atividades a serem realizadas pelos alunos e anexadas nas tarefas.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Primeiro Bimestre

Prova Primeiro Bimestre (B1/P1) – Avaliação = **5,0 pontos**

Participação em 2 Fóruns = **2,0 pontos** (1 ponto cada Fórum)

Envio dentro do Prazo, de 3 Tarefas = **3,0 pontos** (1 ponto cada tarefa)

1º Bimestre = 10,0 Pontos

Segundo Bimestre

Prova Regimental (B2/P2) – Avaliação = **5,0 pontos**

Participação em 2 Fóruns = **2,0 pontos** (1 ponto cada Fórum)

Envio, dentro do Prazo, de 3 Tarefas = **3,0 pontos** (1 ponto cada tarefa)

2º Bimestre = 10,0 Pontos

MÉDIA FINAL TOTAL = (Média 1 + Média 2) / 2 = 10,0 Pontos

*Média mínima para aprovação no semestre = **7,0**

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ADKINS, Lyssa. **Treinamento de Equipes Ágeis**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020. Disponível em: <https://minhabiblioteca.com.br/>

CAMARGO, Robson; RIBAS, Thomaz. **Gestão Ágil de Projetos** – As melhores soluções para suas necessidades. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Disponível em: <https://minhabiblioteca.com.br/>

WERKEMA, Cristina. **Lean Seis Sigma** - Introdução às Ferramentas do Lean Manufacturing. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2024. Disponível em: <https://minhabiblioteca.com.br/>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BROWN, Tim. **Design Thinking** – Uma Metodologia Poderosa para Decretar o Fim das Velhas Ideias. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020. Disponível em: <https://minhabiblioteca.com.br/>



DENNIS, Paascal; SIMON, Laurent. **Dominando a Disrupção Digital:** Como as Empresas Vencem com *Design Thinking, Agile e Lean Startup*. Tradução de Mariana Belloli Cunha. Porto Alegre: Bookman, 2022. Disponível em: <https://minhabiblioteca.com.br/>

DOERR, John. **Avalie o que importa** – Como o Google, Bono Vox e a Fundação Gates sacudiram o mundo com os OKRs. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019. Disponível em: <https://minhabiblioteca.com.br/>

KIM, Gene *et al.* **Manual de DevOps** – Como obter agilidade, confiabilidade e segurança em organizações tecnológicas. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018. Disponível em: <https://minhabiblioteca.com.br/>

WERKEMA, Cristina. **Criando a Cultura Lean Seis Sigma**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2021. Disponível em: <https://minhabiblioteca.com.br/>

Araçatuba/Lins - SP, 05 de agosto de 2024.

Prof^ª. Cleide Henrique Avelino



Curso: Direito			
Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL II			
Professor:			
Termo:	Período Letivo:	Aulas Semanais: 04 h	Carga Horária: 80 h

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outras.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Base teórica para o oferecimento de defesas e a complementação do estudo do processo no primeiro grau de jurisdição.

EMENTA

Resposta do réu. Providências preliminares. julgamento conforme o estado do processo. Prova. Audiência de instrução e julgamento. Sentença. Tutelas dos arts. 461, CPC e 84, CDC. Coisa julgada.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (ARTIGO 369 AO 495 CPC):

1. Das Providências Preliminares – do julgamento conforme o estado do processo - saneamento do processo – julgamento antecipado parcial de mérito
2. Do fato Impeditivo, extintivo e modificativo
3. Audiência de instrução e julgamento
4. Das provas – Produção antecipada de provas – ata notarial – depoimento pessoal – confissão – prova documental – documentos eletrônicos – Prova testemunhal – Prova pericial – Inspeção judicial –
5. Da sentença e coisa julgada.

METODOLOGIA E SISTEMA DE AVALIAÇÃO

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (3 títulos)

DIDIER, Fredie; ZANETI JR., Hermes. Curso de Direito Processual Civil. Salvador: Juspodivm. v. 4.

MARCATO, Antonio Carlos. Procedimentos Especiais. São Paulo: Atlas.

THEODORO JR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Forense. v. 2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (5 títulos)

DONIZETTI, Elpídio; CERQUEIRA, Marcelo Malheiros. Curso de Processo Coletivo São Paulo: Atlas.

LEONEL, Ricardo de Barros. Manual do processo coletivo. São Paulo: RT.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade. Código de processo civil comentado e legislação extravagante. São Paulo: RT.

SCARPINELLA BUENO, Cassio. Novo Código de Processo Civil Anotado. São Paulo: Saraiva.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de Processo Civil. Procedimentos especiais e juizados especiais. São Paulo: RT

.....
Professor

Prof. Dra. Cibeles Rodrigues
Coordenadora do Curso

PLANO DE ENSINO

Curso: Direito Noturno

Disciplina:

Direito Processual Penal – II

Professor (a):

Alessander Lopes Dias

Termo:

6º Termo B

Período Letivo:

Aulas Semanais:

02 Aulas

Carga Horária:

40 horas/aulas

1 – EMENTA

Introdução ao Direito Processual Penal. Princípios do Processo Penal. Investigação Criminal. Inquérito Policial. Imunidades. Interpretação da Lei Processual. Analogia. Fontes do Direito Processual Penal. Tipos de processo penal. Ação Penal Pública e Privada. Princípios da Ação Penal. Denúncia e Queixa Crime. Prescrição e Decadência. Ação Penal ex delicto. Sujeitos do Processo.

2 – OBJETIVOS

Compreender os princípios, as noções fundamentais e estruturas do Direito Processual Penal. Identificar e conhecer os mecanismos da persecução penal. Diferenciar as ações penais: pública e de iniciativa privada. Distinguir jurisdição e competência, identificando as causas de fixação e modificação.

3 – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Introdução ao Direito Processual Penal

- Bibliografia – apresentação e sugestões
- Introdução ao Direito Processual Penal
- Instrumentalidade
- *Jus puniendi ET jus accusationi*;
- Finalidade;
- As regras do processo penal constitucional;
- Princípios informadores do direito processual penal brasileiro
- Aplicação da lei processual penal no tempo e no espaço
- A nova lei e o princípio constitucional do devido processo legal
- Interpretação extensiva
- Aplicação analógica
- Outras formas de interpretação
- Analogia
- Imunidades

Unisa Salesiano Fontes de direito processual penal

- **Investigação Criminal**

- conceito, fundamentos, finalidades;
- natureza jurídica e características;
- polícia judiciária: atribuições, objetivos e área de atuação;
- inquérito policial;
- natureza jurídica;
- informalidade;
- dispensabilidade;
- *noticia criminis* e/ou *delatio criminis*;
- formas de instauração do inquérito policial;
- portaria (ex ofício), requisição e requerimento;
- inquérito policial nos crimes dependentes de iniciativa do ofendido;
- instauração por portaria da autoridade policial;
- desenvolvimento (diligências e providências);
- conceito de indício. Garantias constitucionais do indiciado;
- inquéritos por crimes conexos de ação pública e privada;
- instauração por auto de flagrante;
- estados flagranciais (próprios e impróprios);
- flagrante preparado e flagrante esperado;
- local de lavratura do auto de flagrante;
- - ilustrações com exemplos práticos;
- inquérito policial por auto de flagrante;
- formalidades e efeitos;
- a nota de culpa e a presunção de inocência;
- prazos conclusivos do inquérito policial;
- arquivamento. Conceito. Formas;
- arquivamento e ação penal privada exclusiva e/ou subsidiária da pública;
- exemplos práticos;
- Desarquivamento.

- **Ação Penal**

- conceito;
- classificação (quanto a iniciativa);
- condições gerais especiais;

Unisaiesiano

- pressupostos de existência e validade do processo;

- princípios e regras;
- da ação penal pública;
- espécies (incondicionada e condicionada)
- titularidade;
- princípios específicos;
- da ação penal privada;
- espécies (exclusiva, personalíssima e subsidiária da pública);
- princípios específicos;
- Titularidade;
- Causas extintivas do exercício do direito da ação:
- renúncia;
- desistência;
- decadência;
- preempção;
- perdão;
- abolição criminis;

Ação Civil Ex Delicto

- O efeito da sentença condenatória no cível;
- O ressarcimento do dano e a suspensão do processo (Lei 9.099/95)

Denúncia e Queixa – Crime

- Conceitos;
- Requisitos (art.41, CPP)
- Prazos;
- Aditamento;
- Rejeição;

Sujeitos Processuais

- Juiz;
- Ministério Público;
- Acusado;
- Defensor;
- Curador;
- Assistente de acusação;
- Auxiliares da justiça;

Unisaiesiano**4 – METODOLOGIA**

A metodologia consiste em aulas expositivas e discussões de textos relacionados aos temas do direito processual penal. Propiciar o debate sobre temas da disciplina que despertem maior interesse entre os alunos, sobretudo atualidades, inovações de teses doutrinárias legislativas. Trabalho individual de pesquisa doutrinária sucinta de temas propostos. Seminários realizados em sala de aula com a participação dos alunos em grupos.

5 – AVALIAÇÃO

A avaliação realizada de duas formas distintas. Avaliação objetiva, com provas bimestrais e trabalhos com intuito de aprofundar temas específicos, e, avaliação subjetiva, considerando o empenho do aluno, bem como sua participação em aula e discussões.

6 – BIBLIOGRAFIA**Bibliografia básica:**

REIS, Alexandre Cebrian Araújo, et al. Direito processual penal esquematizado. 15ª ed.- São Paulo: Saraiva, 2026.

LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de processo penal. 15ª ed.rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed.JusPodivm, 2026.

AVENA, Norberto Claudio Pancaro. Processo Penal: esquematizado.- 15ªed.- Rio de Janeiro : Forense; São Paulo: Metodo, 2023.

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal.- 18ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2011.

MARCÃO, Renato. Curso de processo penal. – São Paulo: Saraiva, 2014.

ARAÚJO, Sérgio Luiz Souza. Teoria geral do processo penal. Belo Horizonte: Mandamentos, 1999.

CÂMARA, Luiz Antônio. Prisão e liberdade provisória: lineamentos e principias do processo penal cautelar. Curitiba : Juruá, 1997. (03)

GOMES, Luiz Flávio. Suspensão condicional da processa penal: o novo modelo consensual de justiça criminal. São Paula : RI, 1995. (03)

GOMES, Luiz Flávio. Suspensão condicional da processa penal: o novo modelo consensual de justiça criminal. São Paula : RI, 1995. (03)

GRINOVER, Ada Pellegrini et alli. As nulidades no processo penal. 6ª ed., São Paulo: RT, 1997.

GRINOVER, Ada Pellegrini et alli. As nulidades no processo penal. 6ª ed., São Paulo: RT, 1997.

Bibliografia complementar:

MIRABETE, Júlio Fabbrini. Processo penal. 4ª ed., São Paulo: Atlas, 1995.

TORNAGHI, Hélio. Curso de processo penal. 6ª ed., São Paulo: Saraiva, 1989.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo penal. 18ª ed.. São Paulo: Saraiva 1997.

TUCCI, Rogério Lauria. Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro. São Paulo: Saraiva, 1993.

TUCCI, Rogério Lauria. Jurisdição, ação e processo penal. Belém: CEJUP, 1984.



Unisalessiano

Araçatuba, 01 de fevereiro de 2026.

Prof. Ms. Alessandro Lopes Dias



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: ÉTICA PROFISSIONAL

CARGA HORÁRIA: 40h

PROFESSOR: Prof. Ms. José Pancotti Jr.

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outras.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

A disciplina tem como objetivo apresentar o desenvolvimento do pensamento sociológico e debater seus conceitos, possibilitando a compreensão dos principais fenômenos e instituições da sociedade contemporânea.

EMENTA

Fundamentos teóricos da ética e análise da ética profissional. Ética nas profissões jurídicas. Estatuto e Código de ética da OAB.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Estrutura da Ordem dos Advogados do Brasil
 - 1.1. Dos fins e da organização
 - 1.2. Receita
 - 1.3. Conselho Federal
 - 1.4. Conselho Seccional
 - 1.5. Subseção



1.6.Eleições

1.7.Colégio de Presidentes

2. Atividade de advocacia

2.1.Atividade de advocacia em geral

2.2.Advocacia publica

2.3.Advogado empregado

3.0- Direitos e das prerrogativas do advogado

3.1– Defesa judicial dos direitos e das prerrogativas

3.2 - Desagravo publico

4.0– Inscrição

4.1 – Identidade profissional

5.0– Honorários advocatícios

6.0 - Sociedade de advogados

7.0– Incompatibilidade e Impedimentos

8.0 - Ética do advogado no Código de Ética e Disciplina

8.1– Regras Deontologicos fundamentais

8.2 - Ética do advogado

8.3 - Dever de urbanidade

8.4– Relações com o cliente

8.5 - Sigilo Profissional

8.6 - Publicidade

8.7– Infrações e sanções disciplinares

9.0– Processo na OAB

9.1– Processo disciplinar

9.2 - Competência do Tribunal de Ética e Disciplinar

9.3 - Procedimento

9.4 - Notificações e dos Recursos

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

Vídeo aulas expositivas, participação em fóruns, resolução de exercícios, elaboração de resenhas, exibição de vídeos.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO



Avaliação escrita bimestral – 10 pontos

Prova regimental – 10 pontos

Cálculo da Média:

A média será obtida pela soma das duas avaliações e dividida por dois.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LOBO NETO, Paulo Luiz. Comentários ao novo Estatuto da OAB. Brasília: Brasília Jurídica, 1994.

MAMEDE, Gladston. A advocacia e a ordem dos advogados do Brasil. Porto Alegre: Síntese, 1999.

SODRÊ, R. de A. Estatuto do Advogado. São Paulo: LTr, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PANCOTTI jr, José Antonio Pancotti. Apostila de Ética Profissional, 2025

PLANO DE ENSINO – 1º Semestre

Termo: 7º Período letivo

Disciplina: PRÁTICA PENAL I

Professor: José Fernando da Cunha Pinheiro

Termo: 7º Período letivo

Ementa:

No atual semestre serão abordadas as técnicas de confecção de peças processuais atinentes ao Processo Penal, orientação a respeito das funções exercidas pelos sujeitos processuais (Delegado, Promotor de Justiça, Magistrado e Defensor) no âmbito do devido processo legal penal e realização de audiências de instrução simuladas.

Objetivos:

- Conhecer a atuação prática dos sujeitos processuais (Delegado de Polícia, Promotor de Justiça, Magistrado e Defensor) e respectivas deontologias forenses;
- Elaborar, a partir de casos concretos, as peças processuais penais mais usuais desde a fase investigativa até os memoriais; e também pensar a praxe forense de uma forma crítica;
- Equacionar soluções jurídicas a casos concretos que lhes são apresentados;
- Despertar a consciência da importância social de sua atuação nas áreas jurídicas;
- Desenvolver habilidades para o trabalho em equipe e multidisciplinar, essenciais numa sociedade complexa;

Conteúdo programático:

Serão abordados os conceitos, prazos, hipóteses de cabimento, requisitos, competência, pedidos, forma de confecção e estratégias processuais das seguintes peças processuais:

- Requerimento de instauração de inquérito policial;
- Peças referentes à prisão (relaxamento, revogação e liberdade provisória);
- Manifestações orais típicas em audiência de custódia;
- Queixa-crime;
- Resposta à acusação/defesa preliminar;
- Pedido de instauração de incidente de insanidade mental;
- Noções sobre “Justiça penal multiportas” – atuação prática nos institutos despenalizadores da Lei n. 9.099/95 e no ANPP);
- Memoriais;
- participação de audiências simuladas
- Noções básicas de deontologia jurídica (discussões sobre a atuação diária das Autoridades Policiais, Promotores de Justiça, Magistrados e Defensores no âmbito da persecução penal).

Metodologia:

A metodologia consiste em aulas expositivas e participação dialogada, com utilização de recursos audiovisuais (powerpoint), metodologias ativas com a disponibilização de situações problemas para discussão e metodologia de sala de aula invertida por meio do PBL (problema based learning). Os alunos entregarão, de forma manuscrita, as peças processuais confeccionadas com a orientação do docente a partir das situações problemas, além de relatórios relacionados às demais atividades.

Avaliação:

A avaliação será realizada de duas formas. Avaliação objetiva, consiste na entrega de peças para análise e verificação de aprendizagem e avaliações aos finais dos bimestres (B1 e B2); e avaliação subjetiva, considerando o empenho e participação em aula e discussões.

Bibliografia:

Básica:

- MESSA, Ana F. *Prática penal para o exame da OAB*. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025
- NUCCI, Guilherme de S. *Prática forense penal*. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024.
- NUCCI, Guilherme de S. *Código Penal comentado*. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025.
- NUCCI, Guilherme de S. *Código de Processo Penal comentado*. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025
- AVENA, Norberto. *Processo Penal - 15ª Edição 2023*. 15. ed. Rio de Janeiro: Método, 2023.
- CAPEZ, Fernando. *Curso de Processo Penal*. 32. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2025.
- LOPES JR., Aury. *Direito processual penal*. 22. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal. Vol.1, 2,3,4 e 5*. 24. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024.
- FERNANDO CAPEZ, *Curso de Direito Penal – Parte Especial. Vol. 1, 2 e 3*. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024.

Complementar:

- BARROSO, Luís R. *Curso De Direito Constitucional Contemporâneo - 13ª Edição 2025*. 13. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.
- SOUZA, André Pagani de; CARACIOLA, Andrea B.; Carlos Augusto de Assis; et al. *Teoria Geral do Processo Contemporâneo - 7ª Edição 2024*.
- ALVIM, José Eduardo Carreira. *Teoria Geral do Processo*. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025.
- CÂMARA, Alexandre F. *Manual de Direito Processual Civil - 4ª Edição 2025*. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025
- MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 40. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2024.



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: PRÁTICA JURÍDICA CIVIL I

CARGA HORÁRIA: 40 horas

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria, Ministério Público, Defensoria Pública e outras.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Propiciar ao aluno os conhecimentos práticos das diferentes fases do Processo Civil, em seus diversos procedimentos, elaborando peças processuais técnicas e atentas a realidade jurídica / social. Exposição pelo aluno em classe do conteúdo dos trabalhos realizados, com debates técnicos sobre o Direito, sistema de



precedentes, peças processuais e demais atividades.

EMENTA

Estudo de Casos Concretos cíveis, resolução de problemas práticos, estudo do sistema de precedentes, inclusive com elaboração de peças processuais. Acrescenta-se a utilização de recursos pedagógicos, apresentação de slides, conceitos atuais das técnicas na elaboração de peças, *visual law*, navegação pelos sites dos tribunais com aprendizado dos sistemas, pesquisas de jurisprudência, etc.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Teoria (breve resumo e principais pontos para elaboração das peças): Parte geral dos recursos. Classificação dos recursos. Efeitos dos Recursos. Princípios dos Recursos. Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito. Recurso independente e recurso adesivo.
- Prática (peças): Recursos em espécie e petições.
- Procuração Pessoa Física;
- Procuração Jurídica;
- Substabelecimento com reserva de poderes;
- Substabelecimento sem reserva de poderes;
- Contrato de Honorários;
- Petição inicial cível;
- Contestação;
- Reconvenção;
- Réplica;
- Produção de Provas;
- Parecer;



- Propositura de ações simuladas cíveis;
- Audiências;
- Visitas Orientadas.

METODOLOGIA DE ENSINO

O curso constará de aulas práticas e teóricas, onde, incentivarão relações de troca em clima democrático e harmônico permitindo-se aos alunos, elaboração do conhecimento e o desenvolvimento do senso crítico, especialmente:

- Aulas expositivas.
- Apresentação em slides com recursos visuais.
- Esquemas e quadros sinópticos.
- Seminários.
- Pesquisas de doutrina e jurisprudência.
- Estudo de casos práticos.
- Estudo dos sistemas (judiciário) e navegação em sites dos tribunais.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Será feita a avaliação levando em conta a frequência e participação do aluno em sala de aula, a apresentação no prazo das peças processuais exigidas, a participação em audiências e, por fim, através de prova ministrada pelo docente.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BARROSO, Darlan; LETTIERE, Juliana F. Prática no processo civil. 9. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019. E-book. p.Capa. ISBN 9788553611935.



GONÇALVES, Marcus Vinicius R. Direito Processual Civil - Coleção Esquematizado - 16ª Edição 2025. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.847. ISBN 9788553628018.

JÚNIOR, Gediel Claudino de A. Prática No Processo Civil - 28ª Edição 2026. 28. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9786559778072.

JÚNIOR, Gediel Claudino A. Prática de Recursos no Processo Civil - 7ª Edição 2026. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9786559777693.

SÁ, Renato Montans de; AGUIRRE, João. Prática Civil - 15ª Edição 2025. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625055.

TARTUCE, Fernanda; DELLORE, Luiz. Manual de Prática Civil - 20ª Edição 2025. 20. ed. Rio de Janeiro: Método, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788530997229.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALVIM, J. E C. Teoria Geral do Processo - 26ª Edição 2025. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788530997267.

CÂMARA, Alexandre F. Manual de Direito Processual Civil - 5ª Edição 2026. 5. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786559778294.

CHACON, Luis Fernando R. Manual de Prática Forense Civil 12ª Edição 2025. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625093.

MARTINS, Flávio. Curso de Direito Constitucional - 9ª Edição 2025. 9. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553626908.

FUX, Luiz. Curso de Direito Processual Civil - 6ª Edição 2023. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. E-book. p.Capa. ISBN 9786559648474.

GIACOMELLI, Cinthia Louzada F.; USTARROZ, Daniel; FERREIRA, Gabriel B.; et al. Prática Processual Civil. Porto Alegre: SAGAH, 2021. E-book. p.Capa. ISBN 9786556901756.



JÚNIOR, Humberto T. Código de Processo Civil Anotado - 28ª Edição 2025. 28. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. p.ix. ISBN 9788530995874.

MARTINS, Sergio P. Teoria Geral do Processo - 11ª Edição 2026. 11. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9786584004153.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional - 41ª Edição 2025. 41. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9786559777143.

SÁ, Renato Montans de. Manual de Direito Processual Civil - 10ª Edição 2025. 10. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.1295. ISBN 9788553625208.

SARLET, Ingo W.; MARINONI, Luiz G.; MITIDIERO, Daniel. Curso de Direito Constitucional - 14ª Edição 2025. 14. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553626885.

VICTALINO, Ana C.; PAULINO, Conrado; BARROSO, Darlan; et al. Prática Civil. (Coleção Prática Forense). 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.IV. ISBN 9786553626164.



CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO SALESIANO AUXILIUM

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL I

CARGA HORÁRIA: 80h

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria, e outras.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Ministrar ao aluno conhecimentos teóricos de doutrina, legislação e jurisprudência vigentes em relação à atividade empresarial.

Exercitar o aluno nos problemas de consultoria e assessoria de empresas.

A partir das leituras, debates e exposições o aluno deverá estar apto a conhecer e aplicar as normas constitucionais e de direito empresarial relacionadas ao empresário, às sociedades empresarias e outras formas de organização da atividade econômica. Deve ainda conhecer os procedimentos registraes relacionados à atividade empresarial e a situação da empresa no mercado. O aluno deve, além do conhecimento dogmático, ser dotado do instrumental necessário à análise e aplicação crítica do direito empresarial.

Contribuir para o desenvolvimento pessoal e profissional do aluno enquanto cidadão.



EMENTA

Empresa, Empresário e Estabelecimento. Propriedade industrial. Registros empresariais. Concorrência. Direito Societário Geral. Direito Societário

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I- Parte Introdutória

1. Teoria Geral do Direito Comercial

- Evolução histórica do Direito Comercial.
- Evolução histórica do Direito Comercial no Brasil.
- Autonomia do Direito Empresarial.
- Objeto do Direito Empresarial.
- Conceito de Direito Comercial e Direito Empresarial.
- A empresa e a atividade empresarial.
- O Empresário.
- A EIRELI- Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.
- Preposto do empresário/colaboradores da empresa.
- Regime jurídico comercial. Personalidade e capacidade jurídica. O empresário individual com responsabilidade ilimitada e o empresário individual com responsabilidade limitada.
- Registro Público de Empresas mercantis.
- Escrituração Mercantil.
- Estabelecimento Empresarial.
- Nome Empresarial.
- Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.
- Propriedade Industrial: - Patente de Invenção e Modelo de Utilidade; Registro de Desenho Industrial e de Marca.

II- Parte Especial

2. Direito de Empresa

- Noções gerais e evolução.
- Constituição das Sociedades.
- Personificação das sociedades.
- Sociedade em Comum.
- Patrimônio das sociedades.
- Classificação das sociedades.
- Modificação das sociedades: - Transformação; Incorporação; Cisão; e Fusão de Sociedades.



- Tipos de Sociedades.
 - Sociedade Simples.
 - Sociedade Empresária: -
 - a) Sociedade em Nome Coletivo.
 - b) Sociedade em Comandita Simples.
 - c) Sociedade em Comandita por ações.
 - d) Sociedade em conta de Participação.
 - e) Sociedade Limitada.
 - f) Sociedade Anônima.
 - g) Sociedade coligada, controlada e controladora.

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

Aulas expositivas.

Atividades complementares como pesquisas, semanários, análise de textos, resenhas, estudos de casos, simulados.

Uso do Código Civil, do Código Comercial e legislações complementares;

Textos, recortes de jornais, transparências, vídeos.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Atribuição de valores às provas de avaliação que serão realizadas, pelo menos duas vezes por semestre, bem como os trabalhos práticos que se realizarem, aferindo-se o aproveitamento dos alunos. Será levada em conta, a assiduidade e a participação do aluno nos trabalhos práticos;

Atividades complementares em sala de aula, trabalhos individuais ou em grupos - pesquisas, semanários, análise de textos, estudo de casos, resenhas, leitura e compreensão dos artigos do Código Civil e demais legislação,

Peso: Provas.....100%.

Participação.....20%. (Demais atividades a ser somado na média bimestral)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

COELHO, Fábio Ulhoa. Novo Manual de Direito Comercial – Direito de Empresa. 30ª ed. São Paulo: RT, 2018.

_____. Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial – Direito de Empresa. Vol 1. 22ª ed. São Paulo: RT, 2018.



CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO SALESIANO AUXILIUM

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BERTOLDI, Marcelo; RIBEIRO, Marcia Carla P., Curso Avançado de Direito Comercial. São Paulo: RT.

CAMPINHO, Sergio., Direito de empresa à luz do novo Código Civil, Editora Renovar
GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. Direito de Empresa – Comentários aos arts. 966 a 1.195 do Código Civil. São Paulo: RT.

_____. Lições de Direito Societário. v. I e II. São Paulo: Ed. Juarez de Oliveira.



Curso: Direito			
Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL III			
Professor:			
Termo:	Período Letivo:	Aulas Semanais: 04 h	Carga Horária: 80 h

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outras.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Base teórica para o oferecimento de recursos e atuações nos tribunais.

EMENTA

Recursos e formas de impugnação nos tribunais – atuação nos tribunais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (ARTIGO 926 A 1043 CPC):

1. Disposições Gerais – remessa necessária
2. Ordem dos Processos no Tribunais
3. Recurso de Apelação
4. Agravo de Instrumento
5. Agravo Interno
6. Embargos de Declaração
7. Recurso Ordinário
8. Recurso Especial e Extraordinário
9. Outros meios de impugnação – IRDR – IAC – Reclamação – Ação Rescisória
10. Embargos de Divergência

METODOLOGIA E SISTEMA DE AVALIAÇÃO

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (3 títulos)

DIDIER, Fredie; ZANETI JR., Hermes. Curso de Direito Processual Civil. Salvador: Juspodivm. v. 4.

MARCATO, Antonio Carlos. Procedimentos Especiais. São Paulo: Atlas.

THEODORO JR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Forense. v. 2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (5 títulos)

DONIZETTI, Elpídio; CERQUEIRA, Marcelo Malheiros. Curso de Processo Coletivo São Paulo: Atlas.

LEONEL, Ricardo de Barros. Manual do processo coletivo. São Paulo: RT.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade. Código de processo civil comentado e legislação extravagante. São Paulo: RT.

SCARPINELLA BUENO, Cassio. Novo Código de Processo Civil Anotado. São Paulo: Saraiva.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de Processo Civil. Procedimentos especiais e juizados especiais. São Paulo: RT

.....
Professor

Prof. Dra. Cibeles Rodrigues
Coordenadora do Curso

PLANO DE ENSINO

Curso: Direito			
Disciplina: Direito Processual Penal - III			
Professor (a): Alessander Lopes Dias			
Termo:	Período Letivo:	Aulas Semanais: 02 Aulas	Carga Horária: 40 horas/aulas
1 – EMENTA			
- Da prisão; Da prisão em flagrante, - Da prisão temporária; - Da prisão preventiva, - Das mudanças introduzidas na prisão e nas medidas cautelares, - Das medidas cautelares pessoais diversas da prisão; - Do processo e do procedimento; - Do procedimento comum ordinário; - Do procedimento comum sumário; - Do procedimento comum sumaríssimo; - Dos procedimentos especiais do Código de Processo Penal. Sentença absolutória e condenatória, princípio da correlação, Ementatio e mutatio libelli.			
2 – OBJETIVOS			
. Compreender os institutos de direito penal, constitucional e processual penal que alicerçam a liberdade e os meios legais de prisão e processo penal no ordenamento jurídico pátrio, as noções fundamentais e estruturas do Direito Processual Penal. Identificar e conhecer mecanismos da persecução penal. Diferenciar as ações penais: pública e de iniciativa privada. Identificar e distinguir as espécies de procedimentos, comum e especial, previstos na legislação processual brasileira.			
3 – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
- Da Prisão . conceito, hipóteses de prisão admitidas no Brasil, espécies de prisão; - Da Prisão em Flagrante . terminologia, conceito de flagrante, espécies de flagrante, sujeitos do flagrante, ativo e passivo, competência, autoridade competente, prazo para a lavratura do flagrante, finalidade da nota de culpa; - Da Prisão Temporária . embasamento legal, conceito, decretação, fundamentos, controvérsias doutrinárias e procedimento; - Da Prisão Preventiva . conceito, natureza jurídica, presunção de inocência e prisão preventiva, requisitos para sua decretação, pressupostos e fundamentos, condições de admissibilidade, decretação, fundamentação da decretação e revogação; - Das Mudanças processuais pela Lei 12.403/11 . Ampliação do rol das medidas cautelares; prisão preventiva como medida excepcional; compatibilização constitucional das hipóteses de prisão; manutenção exclusiva das prisões preventiva e temporária; separação obrigatória dos presos provisórios dos definitivamente condenados, inexistência de flagrante como manutenção de prisão cautelar (processual); novo patamar da prisão preventiva, pena privativa de liberdade superior a quatro anos; revogação da prisão do réu vadio; disciplinamento da prisão			

Unisaiesiano

denomina, cabimento de liberdade provisória cumulada com outras medidas cautelares, ampliação das hipóteses de fiança com aumento de seu valor; novo rol de medidas cautelares pessoais diversas da prisão; hipóteses claras de vedação da fiança; criação de banco de dados de mandados de prisão mantido pelo CNJ;

- Medidas Cautelares Pessoais Diversas da Prisão

. introdução, requisitos de aplicação, cumulação, substituição e revogação das medidas cautelares, momento e iniciativa de aplicação das medidas cautelares, processamento e recursos, duração das medidas e decretação;

- Do processo e do procedimento

. noções gerais, sujeitos, objeto, finalidade, pressupostos, sistemática, fases processuais, sistemas processuais, procedimento monofásico e procedimento bifásico, início e fim do processo; procedimento comum e procedimentos especiais previstos no Código de Processo Penal e procedimentos especiais previstos em leis extravagantes, concurso de procedimentos, procedimento comum ordinário, procedimento comum sumário e sumaríssimo.

- Sentença absolutória e condenatória, princípio da correlação, Ementatio e mutatio libelli.

Breve histórico, natureza jurídica, classificações, requisitos, embargos declaratórios, efeitos da sentença.

4 – METODOLOGIA

A metodologia consiste em aulas expositivas e discussões de textos relacionados aos temas do Direito Processual Penal. Propiciar o debate sobre temas da disciplina que despertem maior interesse entre os alunos, sobretudo atualidades, inovações de teses doutrinárias legislativas. Trabalho individual de pesquisa doutrinária sucinta de temas propostos.

5 – AVALIAÇÃO

A avaliação realizada de duas formas distintas. Avaliação objetiva, com provas bimestrais e trabalhos no intuito de aprofundar temas específicos, e, avaliação subjetiva, considerando o empenho do aluno, bem como sua participação em aula e discussões.

6 – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia básica:

REIS, Alexandre Cebrian Araújo, et al. Direito processual penal esquematizado. 15ª ed.- São Paulo: Saraiva, 2026.

LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de processo penal. 15ª ed.rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed.JusPodivm, 2026.

AVENA, Norberto Claudio Pancaro. Processo Penal: esquematizado.- 15ªed.- Rio de Janeiro : Forense; São Paulo: Metodo, 2023.

GOMES, Luiz Flávio. Suspensão condicional da processa penal: o novo modelo consensual de justiça criminal. São Paula : RI, 1995. (03)

GRINOVER, Ada Pellegrini et alli. As nulidades no processo penal. 6ª ed., São Paulo: RT, 1997.

GRINOVER, Ada Pellegrini et alli. Liberdades públicas e processo penal: as interceptações telefônicas. Rio de Janeiro: Saraiva, 1976.

JARDIM, Afrânio Silva. Ação penal pública: principio da obrigatoriedade. Rio de Janeiro:

Unisa Salesiano

Forense, 1988.

JARDIM, Afrânio Silva. Direito processual penal. 5ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1995

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal.- 18ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2011.

MARCÃO, Renato. Curso de processo penal. 7ª ed.rev., ampl. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2021.

Bibliografia complementar:

MIRABETE, Júlio Fabbrini. Processo penal. 4ª ed., São Paulo: Atlas, 1995.

TORNAGHI, Hélio. Curso de processo penal. 6ª ed., São Paulo: Saraiva, 1989.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo penal. 18ª ed.. São Paulo: Saraiva 1997.

TUCCI, Rogério Lauria. Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro. São Paulo: Saraiva, 1993.

TUCCI, Rogério Lauria. Jurisdição, ação e processo penal. Belém: CEJUP, 1984.

Araçatuba, 01 de Fevereiro de 2026.

Prof.Ms. Alessandro Lopes Dias



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: PRÁTICA JURÍDICA CIVIL II

CARGA HORÁRIA: 40h

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria, Ministério Público, Defensoria Pública e outras.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Propiciar ao aluno os conhecimentos práticos das diferentes fases do Processo Civil, em seus diversos procedimentos, elaborando peças processuais técnicas e atentas a realidade jurídica / social. Exposição pelo aluno em classe do conteúdo dos trabalhos realizados, com debates técnicos sobre o Direito, sistema de precedentes, peças processuais e demais



atividades.

EMENTA

Estudo de casos concretos cíveis, resolução de problemas práticos, estudo do sistema de precedentes, inclusive com elaboração de peças processuais. Acrescenta-se a utilização de recursos pedagógicos, apresentação de slides, conceitos atuais das técnicas na elaboração de peças, *visual law*, navegação pelos sites dos tribunais com aprendizado dos sistemas, pesquisas de jurisprudência etc.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Teoria (breve resumo e principais pontos para elaboração das peças): Parte geral dos recursos. Classificação dos recursos. Efeitos dos Recursos. Princípios dos Recursos. Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito. Recurso independente e recurso adesivo.
- Prática (peças):
- Recursos em espécie e petições:
- Apelação;
- Contrarrazões ao Recurso de Apelação;
- Recurso de Apelação Adesivo;
- Agravo de Instrumento;
- Embargos de Declaração;
- Cumprimento de Sentença;
- Processo autônomo de Execução;
- Impugnação ao Cumprimento de Sentença;



- Embargos à Execução;
- Sucedâneos Recursais;
- Propositura de ações simuladas cíveis;
- Audiências;
- Visitas Orientadas.

METODOLOGIA DE ENSINO

O curso constará de aulas práticas e teóricas, onde, incentivarão relações de troca em clima democrático e harmônico permitindo-se aos alunos, elaboração do conhecimento e o desenvolvimento do senso crítico, especialmente:

- Aulas expositivas.
- Apresentação em slides com recursos visuais.
- Esquemas e quadros sinópticos.
- Seminários.
- Pesquisas de doutrina e jurisprudência.
- Estudo de casos práticos.
- Estudo dos sistemas (judiciário) e navegação em sites dos tribunais.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Será feita a avaliação levando em conta a frequência e participação do aluno em sala de aula, a apresentação no prazo das peças processuais exigidas, a participação em audiências e, por fim, através de prova ministrada pelo docente.

REFERÊNCIAS BÁSICAS



ARAÚJO JR, Gediel Claudino de, Prática no Processo Civil cabimento, Ações diversas,, competência, procedimentos, petições e modelos. 14 ed. São Paulo, Atlas.2011.

BARROSO, Darlan. ARAÚJO JÚNIOR, Marco Antonio. Prática jurídica civil. 5 ed., rev., atual. e ampl. – São Paulo: JusPodvm, 2024.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Direito Processual Civil. Coord. Pedro Lenza. 12 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

LOPES, Renan Kfuri; Parizatto, João Roberto, Prática Forense. 2 ed. Leme: Edipa. 2007.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil, Vl. Único, 15 ed. São Pulo: Editora Juspodivm.

TARTUCE, Fernanda. Manual de prática civil / Fernanda Tartuce, Luiz Dellore. – 20 ed., rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Método, 2025.

PARIZATTO, João Roberto, Prática Forense. 8 ed. Leme: Edipa- Editora Parizatto, 2008, v. 01.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAUJO JÚNIOR, Gediel Claudino de Prática no processo civil / Gediel Claudino de Araujo Júnior. - 27. ed., rev., atual. e ampl. - Barueri [SP] : Atlas, 2024. 912 p.

CÂMARA, Alexandre Freitas: Lições de direito processual civil. 19.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. 528p. v.1.

CÂMARA, Alexandre Freitas novo processo civil brasileiro, o. atlas, 2018.



FREIRE, Rodrigo da Cunha. CUNHA, Mauricio Ferreira. Código de Processo Civil para Concursos (CPC). 12 ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora: Juspodvm, 2023.

FÜHRER, Maximiliano Roberto Ernesto, Maximilianus Cláudio Américo Führer. Andamento das ações: processo civil: manual passo a passo dos procedimentos e orientado por fluxogramas. 3 ed. Ver. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012

GIACOMELLI, Cinthia Louzada Ferreira. Prática processual civil [recurso eletrônico] / Cinthia Louzada Ferreira Giacomelli... [et al.] ; Revisão técnica: Gustavo da Silva Santanna – Porto Alegre: SAGAH, 2020.

GRECO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro. vol. 1, 2 e 3. São Paulo: Saraiva.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil, Vl. Único, 15 ed. São Pulo: Editora Juspodivm.

SÁ, Renato Montans de Prática civil / Renato Montans de Sá, João Aguirre. - 15. ed. - São Paulo: Saraiva Jur, 2025.

VICTALINO, Ana Carolina. Prática Civil / Ana Carolina Victalino, Conrado Paulino, Darlan Barroso, Enki Pimenta e Vanderlei Garcia; coordenado por Darlan Barroso, Marco Antonio Araujo Junior. – 4. ed. – São Paulo: SaraivaJur, 2023. (Coleção Prática Forense).

PLANO DE ENSINO – 2º Semestre

Termo: 8º Período letivo

Disciplina: PRÁTICA PENAL II

Professor: José Fernando da Cunha Pinheiro

Termo: _____

Ementa:

No atual semestre serão abordadas as técnicas de confecção de peças processuais atinentes ao Processo Penal, orientação a respeito das funções exercidas pelos sujeitos processuais (Delegado, Promotor de Justiça, Magistrado e Defensor) no âmbito do devido processo legal penal, realização de audiências simuladas e visitas orientadas a órgãos públicos do sistema de justiça.

Objetivos:

- Conhecer a atuação prática dos sujeitos processuais (Delegado de Polícia, Promotor de Justiça, Magistrado e Defensor) e respectivas deontologias forenses;
- Elaborar, a partir de casos concretos, as peças processuais penais mais usuais desde a fase investigativa até os memoriais; e também pensar a praxe forense de uma forma crítica;
- Equacionar soluções jurídicas a casos concretos que lhes são apresentados;
- Despertar a consciência da importância social de sua atuação nas áreas jurídicas;
- Desenvolver habilidades para o trabalho em equipe e multidisciplinar, essenciais numa sociedade complexa;

Conteúdo programático:

Serão abordados os conceitos, prazos, hipóteses de cabimento, requisitos, competência, pedidos, forma de confecção e estratégias processuais de peças processuais, além da realização de seminário:

Introdução à Teoria Geral dos Recursos

Recurso em sentido estrito

Recurso de apelação

Embargos de declaração

Carta Testemunhável

Habeas corpus

Contrarrazões de apelação

Revisão Criminal

Recurso Ordinário Constitucional

Audiências simuladas

Metodologia:

A metodologia consiste em aulas expositivas e participação dialogada, com utilização de recursos audiovisuais (powerpoint), metodologias ativas com a disponibilização de situações problemas para discussão e metodologia de sala de aula invertida por meio do PBL (problema based learning). Os alunos entregarão, de forma manuscrita, as peças processuais confeccionadas com a orientação do docente a partir das situações problemas, além de relatórios relacionados às demais atividades.

Avaliação:

A avaliação será realizada de duas formas. Avaliação objetiva, consiste na entrega de peças para análise e verificação de aprendizagem e avaliações aos finais dos bimestres (B1 e B2); e avaliação subjetiva, considerando o empenho e participação em aula e discussões (seminário).

Bibliografia:

Básica:

- MESSA, Ana F. *Prática penal para o exame da OAB*. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025

- NUCCI, Guilherme de S. *Prática forense penal*. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024.
- NUCCI, Guilherme de S. *Código Penal comentado*. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025.
- NUCCI, Guilherme de S. *Código de Processo Penal comentado*. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025
- AVENA, Norberto. *Processo Penal - 15ª Edição* 2023. 15. ed. Rio de Janeiro: Método, 2023.
- CAPEZ, Fernando. *Curso de Processo Penal*. 32. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2025.
- LOPES JR., Aury. *Direito processual penal*. 22. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal. Vol.1, 2,3,4 e 5*. 24. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024.
- FERNANDO CAPEZ, *Curso de Direito Penal – Parte Especial. Vol. 1, 2 e 3*. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024.

Complementar:

- BARROSO, Luís R. *Curso De Direito Constitucional Contemporâneo - 13ª Edição* 2025. 13. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.
- SOUZA, André Pagani de; CARACIOLA, Andrea B.; Carlos Augusto de Assis; et al. *Teoria Geral do Processo Contemporâneo - 7ª Edição* 2024.
- ALVIM, José Eduardo Carreira. *Teoria Geral do Processo*. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025.
- CÂMARA, Alexandre F. *Manual de Direito Processual Civil - 4ª Edição* 2025. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025
- MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 40. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2024.



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

CARGA HORÁRIA: 80h

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria, e outras.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Capacitar o acadêmico a compreender as estruturas do direito internacional público e suas fontes básicas e auxiliares; Compreender e reconhecer os princípios jurídicos que regem os direitos e deveres internacionais, dos Estados, Organizações e Organismos internacionais, bem como das origens das normas, fazendo a relação entre a ordem jurídica nacional e a internacional, para tornar o estudante apto a compreender e aplicar o direito, a partir dos entendimentos doutrinários apresentados.

EMENTA

Estudo do Direito Internacional Público: Sujeitos; organizações internacionais; tratados; áreas de domínio público internacional.

Desenvolvimento histórico do Direito Internacional Público.

Fontes dos Direitos Internacional

Direito dos Tratados

Normas internacionais.

Personalidade internacional.

Organizações internacionais. ONU.

Responsabilidade internacional.

Domínio público internacional.

Conflitos internacionais e formas de solução.

Integração econômica: Mercosul e União Européia. Perspectivas do Direito Internacional Público frente à globalização.



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Direito dos Tratados: conceito; Sujeitos de Direito Internacional Público; consentimento; internalização; tratado e o direito brasileiro. Organizações internacionais: ONU; OEA; MERCOSUL; UNASUL. Domínio público internacional

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO:

- 1 - Introdução: ordem jurídica numa sociedade internacional descentralizada. Direito internacional e direito interno.
- 2- Fontes do Direito Internacional Público. Atores internacionais.
- 3 - Tratado internacional: conceito; terminologia; atores, efeitos jurídicos; competência negocial; tratado em vigor; extinção dos tratados.
- 4 - Organizações internacionais: aspectos gerais; personalidade jurídica; órgãos; aspectos do processo decisório; admissão de novos membros; sanções; retirada de estados membros; espécies; alcance e finalidade.
- 5 - ONU - Organização das Nações Unidas: Estrutura; membros originários; formação da vontade.
- 6 - Soluções de controvérsias no Direito Internacional.
- 7 - Blocos Econômicos. Etapas de Integração.
- 8 - União Européia e Direito Comunitário.
- 9 - MERCOSUL - Tratados constitutivos e estrutura institucional.
- 10 - Organização Mundial do Comércio - OMC.
- 11 - Áreas de Domínio Público Internacional.
- 12 - Direito de guerra e sua prescrição.
- 13 - Direito Internacional dos Direitos Humanos.
- 14 - Direito Internacional do Meio Ambiente.

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

Aulas expositivas; leituras dirigidas; discussão de casos em grupo; Atividades diárias de ensino, com aulas expositivas e realização de trabalhos individuais e em grupo, leituras dirigidas, seminários e estudos em biblioteca, com a utilização de material multimídia.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

A avaliação realizada de duas formas distintas. Avaliação objetiva, com provas semestrais e trabalhos no intuito de aprofundar temas específicos, e, avaliação subjetiva, considerando o empenho do aluno, bem como sua participação em aula e discussões.

REFERÊNCIAS BÁSICAS



- ACCIOLY, Hildebrando et all. Manual de Direito Internacional Público. Ed. Saraiva.
- MELLO, Celso D. A. Curso de Direito Internacional Público. Ed. Renovar.
- Soares, Guido F. S. Direito Internacional Público. Ed Atlas....
- ACCIOLY, Hildebrando. SILVA, Geraldo E. Nascimento e - Manual de direito internacional público. São Paulo: Saraiva, 2002.
- ALMEIDA, Elizabeth Accioly Pinto de. Mercosul & União Européia: estrutura jurídico-institucional. Curitiba : Juruá, 1999.
- ARAÚJO, Luis Ivani de Amorim. Curso de direito internacional público. Rio de Janeiro : Forense, 2002.
- BRAGA, Marcelo Pupe. Direito Internacional Público e Privado. 2ª Edição. São Paulo: Editora Método, 2010
- DEL'OLMO, Florisbal de Souza. Direito Internacional Público. Rio de Janeiro : Forense, 2007.
- MAZZUOLI, Valerio de Oliveira (Org.). Coletânea de direito internacional. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2005.
- _____. Direito internacional público: parte geral. São Paulo : Revista dos Tribunais, IELF, 2004.
- PIOVESAN., Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. São Paulo : Max Limonad, 2002.
- RANGEL, Vicente Marotta. Direito e relações internacionais. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2002.
- REZEK, J F Direito Internacional Público. Saraiva: São Paulo, 2010.
- _____, J. F. O direito internacional no século XXI. São Paulo : Saraiva, 2002.
- SILVA, Roberto Luiz. Direito internacional público. Belo Horizonte : Del Rey, 2005.
- SOARES, Guido Fernando da Silva. Curso de Direito Internacional Público, v.1. São Paulo : Atlas, 2004.
- TRINDADE, Antonio Augusto Cançado Trindade. Direito das Organizações Internacionais. Belo Horizonte : Del Rey, 2003.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DIREITO

DIREITO EMPRESARIAL II

CARGA HORÁRIA 80h

EMENTA

Conceito, fontes, objeto do Direito Comercial. O comerciante e o estabelecimento comercial. Contratos comerciais.

Noções gerais de contratos. Formação, efeitos e extinção dos contratos. Contratos nominados.

Falência: caracterização, declaração, rito, efeitos.

OBJETIVOS

Compreender os aspectos legais relacionados ao comércio. Avaliar as diferentes modalidades de contratos comerciais e as consequências da Falência.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. O COMÉRCIO E A ORDEM JURÍDICA

1.1. Comércio.

1.1.1. Noção econômica e noção jurídica.

1.2. Direito Comercial.

1.2.1. Objeto e definição. Matérias que o compõem.

1.2.2. Evolução histórica: Antiguidade. Idade Média. Idade Moderna.

Idade contemporânea.

1.2.3. O Direito Comercial no Brasil. Histórico das leis comerciais brasileiras. O Código Comercial e os projetos de reformas.

1.2.4. A codificação do Direito Comercial. A unidade do Direito Privado e a respeito, particularmente no Brasil.

1.2.5. Fontes de Direito Comercial. A Lei Civil. As Leis comerciais. A doutrina. A Jurisprudência. Usos e costumes.

1.3. Atos de Comércio.

1.3.1. Teoria, conceito e classificação.

1.4. Teoria da Empresa, Empresa e empresário.

1.5. O Novo Código Civil

2. O EMPRESÁRIO

2.1. Capacidade jurídica.

2.1.1. Qualificação do empresário.

- 2.1.2. Capacidade jurídica e capacidade comercial.
- 2.2. Registro de Empresa.
 - 2.2.1. Sistema do Registro de empresa no Brasil.
 - 2.2.2. Juntas comerciais.
- 2.3. Nome empresarial.
 - 2.3.1. Conceito e requisitos. Formação e alteração. Espécies.
 - 2.3.2. Proteção legal. Registro.
- 2.4. Obrigações comuns dos empresários.
 - 2.4.1. Livros Comerciais.
 - 2.4.2. Livros obrigatórios e formalidades impostas.
 - 2.4.3. Livros facultativos.
 - 2.4.4. Exibição dos livros comerciais.
- 2.5. Prepostos do empresário.
 - 2.5.1. Classificação. Representação e preposição.
 - 2.5.2. Direito e obrigações.
- 2.6. Estabelecimento empresarial.
 - 2.6.1. Conceito e natureza jurídica.
 - 2.6.2. Elementos Constitutivos.
 - 2.6.3. Ponto Comercial e aviamento.
 - 2.6.4. Alienação.
 - 2.6.5. Título de estabelecimento.
- 2.7. Propriedade Industrial.
 - 2.7.1. Propriedade Intelectual. União de Paris.
 - 2.7.2. Patentes. Requisitos da Patenteabilidade. Pedido. Proteção. Nulidade. Cessão. Invenção de Empregado.
 - 2.7.3. Desenho Industrial. Registrabilidade.
 - 2.7.4. Marcas. Conceito. Requisitos para registro. Sistemas Legislativos. Proteção. Nulidade.
 - 2.7.5. Indicações Geográficas.
 - 2.7.6. Repressão à concorrência desleal.
 - 2.7.7. Crimes contra a propriedade industrial. Contrafação.
- 2.8. Empresário individual.
 - 2.8.1. Constituição.
 - 2.8.2. Responsabilidade do empresário individual.
- 3. DIREITO SOCIETÁRIO
 - 3.1. Das sociedades.
 - 3.1.1. Sociedade despersonalizada e personalizada.

- 3.1.2. Sociedade em comum e em conta de participação.
- 3.1.3. Sociedade simples e sociedade empresária. Tipos.
- 3.1.4. Critérios de classificação: quanto à forma: a responsabilidade dos sócios; a qualidade pessoal desses; ao capital.
- 3.1.5. Regras comuns aos diversos tipos de sociedades.
- 3.1.6. O contrato: elementos, forma, prova, conteúdo, registro, publicação e formalidades.
- 3.1.7. Alteração ou modificação do contrato. Transformação.
- 3.1.8. Personalidade jurídica. Noções gerais e teoria. Legislação brasileira.
- 3.2. Sociedade em Nome Coletivo e em Comandita Simples.
- 3.2.1. Noções gerais. Histórico. Características.
- 3.2.2. Direito e obrigações dos sócios.
- 3.2.3. Composição da firma.
- 3.2.4. Administração.
- 3.2.5. Poderes e responsabilidades dos gerentes.
- 3.3. Sociedade Anônima.
- 3.3.1. Sociedade por ações.
- 3.3.2. Origem e desenvolvimento histórico.
- 3.3.3. Modos e formas de constituição. Ato constitutivo.
- 3.3.4. Denominação. Objeto. Duração.
- 3.3.5. Comissão de Valores mobiliários.
- 3.3.6. Órgãos. Assembleia Geral: conceito, espécies, atribuições, convocações, constituição, deliberação. Competência. Diretoria: condições para o exercício da fundação de diretor. Direitos e deveres do Diretor. Sua responsabilidade civil e criminal. Conselho fiscal: Constituição, direitos e deveres, responsabilidade civil e comercial e seus membros.
- 3.3.7. Capital. Formação. Avaliação dos bens. Fixação, aumento, diminuição ou redução.
- 3.3.8. Patrimônio.
- 3.3.9. Ações. Diferentes espécies. Aquisição, reembolso, resgate conservação e registro.
- 3.3.10. Ações preferenciais. Definições. Tipos. Voto plural.
- 3.3.11. Partes beneficiárias. Conceito. Requisitos. Direito e vantagens do portador.
- 3.3.12. Balanço. Contas de lucros e perdas.
- 3.3.13. Exercício social.

3.3.14. Dividendos.

3.3.15. Sociedades coligadas. Controladoras e controladas.

3.3.16. Grupo de Sociedade.

3.4. Sociedades em Comandita por ações.

3.4.1. Noções gerais. Histórico. Características.

3.4.2. Constituição.

3.4.3. Capital.

3.5. Sociedade por quotas de responsabilidade Limitada.

3.5.1. Conceito. Noções gerais. Histórico. Características.

3.5.2. Constituição.

3.5.3. Capital.

3.6. Dissolução das Sociedades empresárias.

3.6.1. Princípios gerais.

3.6.2. Causas de dissolução.

3.6.3. Retirada ou exclusão de sócio.

3.6.4. Liquidação.

3.6.5. Partilha.

3.6.6. Fusão. Incorporação, transformação e cisão.

4.DOS CONTRATOS MERCANTIS

4.1. Noções; Evolução histórica; Princípios;

4.2. Concepção clássica do contrato;

4.3. Interferência do Estado nos contratos;

4.4. A internacionalização do contrato;

4.5. O contrato na economia capitalista e socialista; Evolução;

4.6. Elementos; Classificação; Modalidades.

5. DA COMPRA E VENDA MERCANTIL

5.1. Estrutura; Elementos;

5.2. Obrigações;

5.3. A compra e venda por consórcios;

5.4. Os mercados futuros;

5.5. Dos incoterms nos contratos de compra e venda internacional.

6. DOS CONTRATOS DE REPRESENTAÇÃO OU INTERMEDIACÃO

6.1. Do contrato de agência ou representação comercial – Conceito; Partes; Direitos e deveres; Impedimentos; Legitimação;

6.2. Da comissão

6.2.1. Conceito; Partes; Objeto; Modalidades; Direitos e deveres;

6.3. Da concessão comercial

6.3.1 Forma; Concessão de bens automotivos;

6.4. Diferenças entre os demais contratos de representação;

6.5. Financiamento;

6.6. Franquia - Análise dos contratos de transmissão de tecnologia e

comercialização; 6.6.1. Conceito histórico; Características; Registro;

6.6.2. Assistência ao franqueado; Legislação básica; Franchising X concessão mercantil.

7. Dos Contratos Bancários

7.1. Direito bancário – Legislação básica – Instituições financeiras – Vedações – Sigilo – Classificação: Bancos comerciais; Bancos de investimentos; Bancos múltiplos.

7.2. Operações bancárias – Atípicas – Típicas; Operações bancárias fundamentais – Contratos bancários.

7.3. Operações fundamentais ativas: Contratos de Mútuo; Financiamento;

7.4. Desconto; Antecipação; Abertura de crédito e crédito documentário.

7.5. Operações fundamentais passivas – Contratos: depósito; Conta corrente; Redesconto.

7.6. Operações acessórias: Cobrança; Cofres de segurança; Câmbio;

7.7. Custódia de títulos e valores.

7.8. Contratos bancários impróprios ou contratos de financiamento – Autorização – Lei de Reforma Bancária – Extensivo às instituições financeiras – Adequação.

7.9. Contrato de alienação fiduciária em garantia; Bens móveis e bens imóveis.

7.10. Contrato de arrendamento mercantil – Leasing; Cláusulas especiais.

7.11. Contrato de factoring – Fatorização.

7.12. Cartão de crédito – A cédula de crédito bancário.

8. Do Direito do Consumidor

8.1. O direito do consumidor e os princípios básicos do direito contratual;

8.2. Do campo de incidência do Código do Consumidor.

9. Da Extinção da Obrigações

9.1. Execução da obrigação;

9.2. Modalidades de pagamento;

9.3. Inexecução; mora ou inadimplemento;

9.4. Garantias de crédito.

METODOLOGIA

A metodologia consiste em aulas expositivas e discussões de textos relacionados aos temas do Direito Constitucional. Propiciar o debate sobre temas da disciplina que despertem maior interesse entre os alunos, sobretudo atualidades, inovações de teses doutrinárias legislativas. Trabalho individual de pesquisa doutrinária sucinta de temas propostos.

AVALIAÇÃO

A avaliação realizada de duas formas distintas. Avaliação objetiva, com provas semestrais e trabalhos no intuito de aprofundar temas específicos, e, avaliação subjetiva, considerando o empenho do aluno, bem como sua participação em aula e discussões.

BIBLIOGRAFIA

- ABRÃO, Carlos Henrique. Contraordem e oposição no Cheque. São Paulo: LED, 1993.
- ABRÃO, Nelson. Curso de direito bancário. São Paulo: Revista dos Tribunais 1995.
- ABRÃO, Nelson. Curso de Direito Falimentar. São Paulo: Saraiva, 1995.
- ALMEIDA, Amador Paes de. Curso de Falência e Concordata, São Paulo: Saraiva, 1995.
- ALMEIDA, Amador Paes de. Teoria e Prática dos Títulos de Crédito. São Paulo: Saraiva, 1997.
- ÁLVARES, WALTER. Curso de Direito Falimentar. São Paulo: Ed. Sugestões Literárias. 1995.
- ANDRADE, Jorge Pereira. Manual de Falências e Concordatas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.
- ARAÚJO, José Francelino de. O Síndico na Administração da Falência. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.
- BESSONE, DARCY. Instituições de Direito Falimentar. São Paulo: Saraiva, 1995.
- BORGES, João Eunápio. Curso de Direito Comercial Terrestre. Rio de Janeiro: Forense, 1991.
- BULGARELLI, Waldírio. Tratado de Direito Empresarial. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- COELHO, Fábio Ulhôa. Código Comercial e legislação complementar anotados. São Paulo: Saraiva, 1995.

- COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de direito comercial. 11a. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- CORREA, Orlando de Assis. Processo Cautelar e Sustação do Protesto. Teoria e prática. Rio de Janeiro: Aide, 1986.
- DORIA Dilson. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva. 1990.
- GRINDERG, Mauro. Protesto Cambial. São Paulo: Saraiva, 1983.
- LACERDA, J.C.S. DE. Manual de Direito Falimentar. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1995.
- MAGALHÃES, Rubens Aguiar. Iniciação ao Direito Falencial. São Paulo: Max Limonad, 1995.
- MARTINS, Fran. Curso de Direito Comercial. Rio de Janeiro: Forense. 1996
- MOITA, Walter Ramos. Falência, Concordata e Insolvência. São Paulo: Ícone, 1995.
- MOURA, Geraldo Bezerra. Curso de Direito Comercial. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- PACHECO, José da Silva. Processo de Falência e Concordata. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- PADUA, Abelardo de Barros. Manual de Prática Falimentar. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- PAES DE ALMEIDA. Amadeu. Manual de Sociedades Comerciais. São Paulo. Saraiva, 1996.
- PAES, P. R. Tavares. Curso de direito comercial. São Paulo: RT, 1993.
- RAMALHO, Ruben. Curso Teórico e Prático de Falência e Concordatas. São Paulo: Saraiva, 1995.
- REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Falimentar. São Paulo: Saraiva, 1995.
- REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial. São Paulo: Saraiva, 1993.
- SANT'ANNA, Rubens. Falências e Concordatas. Porto Alegre: Síntese, 1995.



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: Direitos Humanos

SEMESTRE:

TURNO:

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

PROFESSORA: M. Bruna Carolina Gonçalves Barbosa

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O objetivo do Curso de Direito é a formação integral, técnica e humana dos alunos. Sem dissociar o ensino, a pesquisa e a extensão, busca continuamente a formação teórica e prática, propiciando ao acadêmico a vivência universitária conjugada com os valores salesianos.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Desenvolver competências relacionadas à compreensão, interpretação e crítica das normas que integram o Direito Internacional dos Direitos Humanos, sua relação com o Direito Constitucional, com o Direito Internacional Público e com os demais ramos do Direito. Introduzir o estudo sobre a estrutura e funcionamento dos sistemas global e interamericano de proteção dos direitos humanos. Estimular a reflexão sobre os desafios à efetivação dos direitos humanos no país e no mundo, fomentando o comprometimento com a promoção e garantia da dignidade da pessoa humana.

EMENTA

O que são direitos humanos: conceito, características, classificação e evolução histórica; 2. A internacionalização dos direitos humanos e a Declaração Universal dos Direitos Humanos; 3. A proteção dos direitos humanos na CFRB/1988; 4. Introdução ao Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos; 5. Desafios contemporâneos à efetivação dos direitos humanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade 1 - O que são direitos humanos

1.1 O que são direitos humanos;



- 1.2 Pressupostos conceituais;
- 1.3 Fundamento dos direitos humanos;
- 1.4 Fontes dos direitos humanos;
- 1.5 Desafios à superação da dicotomia entre universalismo e relativismo cultural;
- 1.6 Características dos direitos humanos;
- 1.7 Gerações/dimensões de direitos humanos;
- 1.8 Raízes históricas da concepção contemporânea de direitos humanos;
- 1.9 Panorama cronológico da evolução dos direitos humanos;

Unidade 2 - A internacionalização dos Direitos Humanos e a Declaração Universal dos Direitos Humanos

- 2.1 A internacionalização dos direitos humanos e seus antecedentes;
- 2.2 A Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- 2.3 Direitos civis e políticos;
- 2.4 Direitos econômicos sociais e culturais;
- 2.5 A compatibilização dos ideários liberal e social: a indivisibilidade dos direitos humanos;
- 2.6 Eficácia vertical e horizontal de direitos humanos;

Unidade 3 - A proteção dos direitos humanos na CFRB/1988

- 3.1 A primazia dos direitos humanos na ordem constitucional brasileira;
- 3.2 Natureza jurídica dos tratados internacionais de direitos humanos no Brasil;
- 3.3 O valor normativo supralegal de tratados internacionais de direitos humanos;
- 3.4 Incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

Unidade 4 - Introdução ao Sistema internacional de Proteção aos Direitos Humanos

- 4.1 O sistema global de proteção aos direitos humanos e sua estrutura normativa;
- 4.2 Proteção regional dos direitos humanos;
- 4.3 O Sistema Interamericano de Direitos Humanos e sua estrutura normativa.

Unidade 5 - Desafios contemporâneos à efetivação dos direitos humanos

- 5.1 Direitos das pessoas com deficiência;
- 5.2 Direitos da criança e do adolescente;
- 5.3 Direitos LGBT;
- 5.4 Povos indígenas e comunidades tradicionais;
- 5.5 Enfrentamento ao racismo e respeito à diversidade étnica e cultural;
- 5.6 Igualdade de gênero e combate à violência contra a mulher;
- 5.7 Meio ambiente, sustentabilidade e bem viver.
- 5.8 Direito dos refugiados.

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

A metodologia a ser utilizada partirá da premissa de que o aluno, enquanto sujeito do processo de aprendizagem, é capaz de construir seu conhecimento mediante a busca de soluções para problemas concretos. Desta forma, as aulas serão desenvolvidas de modo dialógico, problematização, discussão e reflexão de temas, realidades e diferentes abordagens teóricas.

Serão utilizados recursos audiovisuais, projeção em power point, apostilas disponíveis na internet na área do aluno (<https://www.unisalesiano.com.br/salaEstudo/alunos/>),



revistas relacionadas aos temas propostos em sala, bem como artigos. Nessa vertente, serão adotadas opções metodológicas ativas, influenciadas pela pedagogia freireana e pelas técnicas de aprendizagem baseada em problemas, no anseio de concretização de uma vivência acadêmica que se aproxime de um ensino criativo, problematizante e emancipador.

ATIVIDADES EXTRACLASSE / PROJETOS ESPECIAIS

Dinâmicas de grupo e debates;
Problematização do conteúdo programático a partir de estudos de caso; de reportagens e outros conteúdos midiáticos; da exibição de trechos de filmes, músicas, literatura, quadrinhos e outras manifestações culturais;
Produção de textos dissertativos sobre tópicos do conteúdo programático;
Estímulo a pesquisas bibliográficas e de conteúdo na internet.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O critério de avaliação baseia-se na aplicação de 02 provas bimestrais, bem como na aplicação de trabalhos em sala de aula e atividades que desenvolvam o raciocínio crítico do aluno. O peso das notas das provas, bem como dos trabalhos irão depender das atividades desenvolvidas, sendo que, os trabalhos e atividades nunca poderão exceder a 20% da nota total, ou seja, não poderá exceder 2,0 (dois) pontos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 21ª edição. São Paulo: Saraiva, 2023.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Justiça Internacional** - 10ª Edição 2024. 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024.

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Direito Internacional Público e Privado: Incluindo Noções de Direitos Humanos e Direito Comunitário**. 11ª edição. Salvador: Juspodivm, 2019.

RAMOS, André de C. **Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional**. Rio de Janeiro: Saraiva Jur., 2019.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 12ª edição. São Paulo: Saraiva, 2019.

MALHEIRO, Emerson. **Coleção Método Essencial - Direitos Humanos** - 2ª Edição 2022. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022. E-book. pág.5. ISBN 9786559644056. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559644056/>. Acesso em: 31 jan. 2025.



MORAIS, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais** - 12ª Edição 2021. 12. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. pág.1. ISBN 9788597026825. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026825/>. Acesso em: 31 jan. 2025.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. 12. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. pl ISBN 9786555599619. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555599619/>. Acesso em: 31 jan. 2025.

RAMOS, André de C. **Teoria Geral dos Direitos Humanos**. 8. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. pág.XVIII. ISBN 9786553628762. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553628762/>. Acesso em: 31 jan. 2025.



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO CIBERNÉTICO

SEMESTRE: **TURNO:** DIURNO E NOTURNO

CARGA HORÁRIA: 40 h

PROFESSOR RESPONSÁVEL: Daniel Barile da Silveira

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO:

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO:

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outros.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Proporcionar ao aluno a compreensão global do fenômeno jurídico através da abordagem dos principais institutos do Direito Digital e oferecer subsídios para a solução das questões jurídicas fundamentais da área de sua atuação. Além disso, buscar-se-á desenvolver um espírito crítico diante das novas tecnologias em face da realidade jurídico-social.

EMENTA:

Direito e Transformações Tecnológicas. Introdução ao Direito Digital. Estrutura legal do Direito Digital. Marco Civil da Internet. Direito das Startups. O trabalho no ambiente digital. Processo eletrônico. Criptografia e assinatura eletrônica. Crimes cibernéticos. Blockchain e criptoativos. Redes Sociais e reflexos jurídicos da convivência no ambiente digital. LGPD e a proteção de dados pessoais. Smart Contracts.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Introdução ao Direito Digital;
- Estrutura Legal do Direito Digital: marco civil da internet e legislação posterior;
- Direito digital e negócios: Direito para Startups;
- Relações de trabalho no ambiente digital: uberização, trabalho remoto e smart jobs;
- Cortes online e Inteligência Artificial nos Tribunais;
- Processo eletrônico e provas processuais nos meios digitais;
- Criptografia, certificação digital e assinatura eletrônica;
- Crimes cibernéticos;
- Blockchain, segurança jurídica e criptoativos;
- Redes sociais, digital influencers e o mercado de mídia: o Direito Digital aplicado;
- LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados: privacidade e compliance digital;
- Smart contracts e ODR (Online Dispute Resolutions).



SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

Durante as aulas, utilizar-se-á das seguintes metodologias e recursos pedagógicos:

Discussão oral: dinâmica mais tradicional no ensino jurídico, consiste na discussão oral, aberta e problematizante, dos temas tratados, trazendo ao aluno os conceitos mais básicos do Direito Digital, de maneira que, no decorrer do curso, tais compreensões possam ser somadas e forneçam aos estudantes uma visão conjuntural da cientificidade e da importância social do fenômeno jurídico. Tal método de ensino se justifica na medida em que se torna um veículo legítimo para fornecer ao aluno uma visão mais sistematizada acerca do novo campo de conhecimento, nem sempre de fácil assimilação unicamente por meio da leitura. Terá por base o uso de aulas discursivas e dialogadas, estratégia didática utilizada que permite a constante participação dos alunos, através de uma interação mais apta a despertar o sentido do ensino-aprendizagem, fugindo-se do esquema monolítico da aula expositiva pura. Assim buscará suscitar-se questões em classe que permitam ao graduando não apenas o conhecimento dos conceitos e classificações já tradicionalmente reproduzidos nas academias de Direito, porém os dotarão de capacidade analítica crítica acerca da teoria jurídica clássica e sua repercussão no campo prático, estimulando-lhe uma reflexão mais aberta e desprendida de esquemas dogmáticos rígidos.

Estudos em grupo em sala de aula: trata-se de estudos pontuais e concernentes a determinados assuntos previstos no conteúdo programático que, além de constituírem um mecanismo de avaliação dos estudantes, proporcionará uma maior capacidade de argumentação e debate sobre os temas desenvolvidos. Não obstante os benefícios trazidos como forma de interação social, os estudos em grupo buscarão desenvolver habilidades no aluno consistentes no planejamento em conjunto das etapas do trabalho, dividindo-se tarefas e atribuições, bem como estimulando resolução conjunta dos problemas apresentados e melhorando a capacidade de síntese e exposição das ideias levantadas coletivamente.

Questões-referência: trata-se de um recurso pedagógico que permite com o que o professor formule questões escritas específicas sobre determinada visão do aluno no tocante a algum assunto afeto à aula ou sobre os conteúdos trabalhados, de modo a que se possa direcionar as estratégias pedagógicas e se busque estabelecer quais as dificuldades que a classe possui no aprendizado da matéria.

Estudos de caso: trata-se do estudo de casos concretos ou fictícios (case) como um mecanismo de propiciar um debate construtivo e reflexivo ao aluno, permitindo-lhe o exercício de inúmeras habilidades, as quais se iniciam com a contextualização de questões práticas do Direito, além de se estender ao desenvolvimento do debate em grupo e a confrontação de ideias e argumentos presentes na dissolução do caso. Eventualmente pode-se cominar tal prática com a simulação (role play) dos pontos de vista postos em debate, explorando-se assim as capacidades retórica e de expressão corporal do aluno, reunidas quando do momento da ilustração de suas ideias.

As aulas terão por base as obras listadas na bibliografia, todas de fácil acesso na Biblioteca Online, sendo recomendada a leitura de capítulos específicos de alguns dos livros citados listados pelo professor. A leitura dos clássicos também será de fundamental importância para que o aluno possa ter sua formação pautada pela alta qualificação não somente técnica do Direito, mas centrada na análise das influências teóricas que conferem ao fenômeno jurídico sua singularidade como um ramo específico inserido no universo do conhecimento humanístico.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Provas bimestrais, participação em seminários ou estudos dirigidos em sala de aula, além de trabalhos de pesquisas individuais ou em grupos.



REFERÊNCIAS BÁSICAS

BLUM, Renato M. S. Opice; BRUNO, Marcos Gomes da Silva; ABRUSIO, Juliana Canha. Manual de Direito Eletrônico e Internet. São Paulo, Ed. Lex, 2018.

PINHEIRO, Patricia Peck, Direito Digital, Ed. Saraiva, 6ª Edição, São Paulo 2016.

DONEDA, Danilo. Da privacidade à proteção de dados pessoais. Ed. Renovar, Rio de Janeiro, 2020.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BALDAN, Roquemar. VALLE, Rogério. CAVALCANTI, Marcos. GED. Gerenciamento eletrônico de documentos. Érica, 9. ed., SP: 2005.

BENUCCI, Renato Luís. A tecnologia aplicada ao processo judicial. Campinas. Millennium, 2007.

BLUM, Renato M. S. Opice; BRUNO, Marcos Gomes da Silva; ABRUSIO, Juliana Canha. Manual de Direito Eletrônico e Internet. São Paulo, Ed. Lex, 2018.

CALMON, Petrônio. Comentários à Lei de Informatização do Processo Judicial. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

CLEMENTINO, Edilberto Barbosa. Processo Judicial Eletrônico – Em Conformidade com a Lei 11.419, de 19.12.2006. Curitiba: Juruá, 2007.

DONEDA, Danilo. Da privacidade à proteção de dados pessoais. Ed. Renovar, Rio de Janeiro, 2020.

FERREIRA, Paulo Roberto Gaiger e RODRIGUES, Felipe Leonardo. Ata Notarial – Doutrina, Prática e Meio de Prova. Ed. Quatier Latin, São Paulo, 2010.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco; CONTE, Christiany Pegorari. Crimes no Ambiente Digital e a Sociedade da Informação. 2.ed. São Paulo, Saraiva, 2016.

GUIMARÃES, Pollyanna Silva. A Tecnologia aliada a construção do Direito do Trabalho, São Paulo Ltr 2016.

GONCALVES, Victor Hugo Pereira. Marco Civil da Internet Comentado. São Paulo Editora Atlas, 2017.

JIMENE, Camilla do Vale. O Valor Probatório do Documento Eletrônico. Ed. Sicurezza, São Paulo, 2010.

LEITE, Salomão George; LEMOS, Ronaldo. Marco Civil da Internet. São Paulo, Ed. Atlas, 2014.

LEONARDI, Marcel. Responsabilidade Civil dos Provedores de Serviços de Internet. São Paulo, Ed. Juarez de Oliveira, 2005.

MARQUES, Antônio Terêncio G. L. A Prova Documental na Internet. Validade e Eficácia do Documento Eletrônico. Curitiba, Ed. Juruá, 2006.

REIS, Dálcio Roberto dos, Gestão da Inovação Tecnológica. 2. Ed. São Paulo: Manole, 2015.

SYDOW, Spencer Toth. Crimes Informáticos e suas Vítimas. São Paulo: Saraiva, 2013.

SILVA, Thiago de Carvalho E Silva E. A Inovação Tecnológica em ambiente de trabalho. São Paulo: Lumen Juris, 2016.

SYDOW, Spencer Toth. Exposição Pornográfica não consentida na Internet. Ed. Saraiva, São Paulo, 2013.

ZANIOLO, Pedro Augusto e CAMARGO, Ana Laura de Castro. Crimes Modernos. O impacto da Tecnologia no Direito. Belo Horizonte: D' Plácidos, 2017.



Curso: Direito			
Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV			
Professor:			
Termo:	Período Letivo:	Aulas Semanais: 04 h	Carga Horária: 40 h

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outras.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Em sequência ao estudo do Processo de Conhecimento realizado no 7º termo, o curso terá por finalidade o estudo do Direito Processual Civil voltado para o processo de execução. O método de ensino procurará estimular sempre o uso do senso crítico pelo aluno para a compreensão de cada instituto processual e para a busca do instrumento adequado para cada espécie de situação processual que se apresentar.

EMENTA

Características do Processo de Execução. Cumprimento de Sentença e fase executiva do processo - Execução. Requisitos. Execução Provisória e Definitiva. Liquidação de Sentença. Modalidades de Execuções – Defesas do executado – penhora e satisfação do crédito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (ARTIGO 509 A 538 – 771 A 924 CPC):

1. Liquidação de Sentença
2. Título Executivo
3. Cumprimento de sentença
4. Princípios da Execução e Responsabilidade Patrimonial
5. Das diversas espécies de execução – execução de entrega de coisa certa e incerta – execução por obrigação de fazer e não fazer – execução por quantia certa – execução de alimentos
6. Penhora – depósito e avaliação
7. Expropriação de bens – adjudicação – alienação – satisfação do crédito e arquivamento do processo
8. dos Embargos à execução

9. Da exceção de pré-executividade

METODOLOGIA E SISTEMA DE AVALIAÇÃO

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (3 títulos)

DIDIER, Fredie; ZANETI JR., Hermes. Curso de Direito Processual Civil. Salvador: Juspodivm. v. 4.

MARCATO, Antonio Carlos. Procedimentos Especiais. São Paulo: Atlas.

THEODORO JR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Forense. v. 2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (5 títulos)

DONIZETTI, Elpídio; CERQUEIRA, Marcelo Malheiros. Curso de Processo Coletivo São Paulo: Atlas.

LEONEL, Ricardo de Barros. Manual do processo coletivo. São Paulo: RT.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade. Código de processo civil comentado e legislação extravagante. São Paulo: RT.

SCARPINELLA BUENO, Cassio. Novo Código de Processo Civil Anotado. São Paulo: Saraiva.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de Processo Civil. Procedimentos especiais e juizados especiais. São Paulo: RT

.....
Professor

Prof. Dra. Cibele Rodrigues
Coordenadora do Curso

PLANO DE ENSINO

Curso: **Direito**

Disciplina:

Direito Processual Penal - IV

Professor (a):

Alessander Lopes Dias

Termo:

8º Termo

Período Letivo:

Aulas Semanais:

02 Aulas

Carga Horária:

40 horas/aulas

1 – EMENTA

- Da prisão; Da prisão em flagrante, - Da prisão temporária; - Da prisão preventiva, - Das mudanças introduzidas na prisão e nas medidas cautelares, - Das medidas cautelares pessoais diversas da prisão; - Do processo e do procedimento; - Do procedimento comum ordinário; - Do procedimento comum sumário; - Do procedimento comum sumaríssimo; - Dos procedimentos especiais do Código de Processo Penal. Sentença absolutória e condenatória, princípio da correlação, Ementatio e mutatio libelli.

2 – OBJETIVOS

. Compreender os institutos de direito penal, constitucional e processual penal que alicerçam a liberdade e os meios legais de prisão e processo penal no ordenamento jurídico pátrio, as noções fundamentais e estruturas do Direito Processual Penal. Identificar e conhecer mecanismos da persecução penal. Diferenciar as ações penais: pública e de iniciativa privada. Identificar e distinguir as espécies de procedimentos, comum e especial, previstos na legislação processual brasileira.

3 – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Da Prisão

. conceito, hipóteses de prisão admitidas no Brasil, espécies de prisão;

- Da Prisão em Flagrante

. terminologia, conceito de flagrante, espécies de flagrante, sujeitos do flagrante, ativo e passivo, competência, autoridade competente, prazo para a lavratura do flagrante, finalidade da nota de culpa;

- Da Prisão Temporária

. embasamento legal, conceito, decretação, fundamentos, controvérsias doutrinárias e procedimento;

- Da Prisão Preventiva

. conceito, natureza jurídica, presunção de inocência e prisão preventiva, requisitos para sua decretação, pressupostos e fundamentos, condições de admissibilidade, decretação, fundamentação da decretação e revogação;

- Das Mudanças processuais pela Lei 12.403/11

. Ampliação do rol das medidas cautelares; prisão preventiva como medida excepcional; compatibilização constitucional das hipóteses de prisão; manutenção exclusiva das prisões preventiva e temporária; separação obrigatória dos presos provisórios dos definitivamente condenados, inexistência de flagrante como manutenção de prisão cautelar (processual); novo patamar da prisão preventiva, pena privativa de liberdade superior a quatro anos; revogação da prisão do réu vadio; disciplinamento da prisão

Unisalessiano

denomina, cabimento de liberdade provisória cumulada com outras medidas cautelares, ampliação das hipóteses de fiança com aumento de seu valor; novo rol de medidas cautelares pessoais diversas da prisão; hipóteses claras de vedação da fiança; criação de banco de dados de mandados de prisão mantido pelo CNJ;

- Medidas Cautelares Pessoais Diversas da Prisão

. introdução, requisitos de aplicação, cumulação, substituição e revogação das medidas cautelares, momento e iniciativa de aplicação das medidas cautelares, processamento e recursos, duração das medidas e decretação;

- Do processo e do procedimento

. noções gerais, sujeitos, objeto, finalidade, pressupostos, sistemática, fases processuais, sistemas processuais, procedimento monofásico e procedimento bifásico, início e fim do processo; procedimento comum e procedimentos especiais previstos no Código de Processo Penal e procedimentos especiais previstos em leis extravagantes, concurso de procedimentos, procedimento comum ordinário, procedimento comum sumário e sumaríssimo.

- Sentença absolutória e condenatória, princípio da correlação, Ementatio e mutatio libelli.

Breve histórico, natureza jurídica, classificações, requisitos, embargos declaratórios, efeitos da sentença.

4 – METODOLOGIA

A metodologia consiste em aulas expositivas e discussões de textos relacionados aos temas do Direito Processual Penal. Propiciar o debate sobre temas da disciplina que despertem maior interesse entre os alunos, sobretudo atualidades, inovações de teses doutrinárias legislativas. Trabalho individual de pesquisa doutrinária sucinta de temas propostos.

5 – AVALIAÇÃO

A avaliação realizada de duas formas distintas. Avaliação objetiva, com provas bimestrais e trabalhos no intuito de aprofundar temas específicos, e, avaliação subjetiva, considerando o empenho do aluno, bem como sua participação em aula e discussões.

6 – BIBLIOGRAFIA

Bibliografia básica:

REIS, Alexandre Cebrian Araújo, et al. Direito processual penal esquematizado. 15ª ed.- São Paulo: Saraiva, 2026.

LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de processo penal. 15ª ed.rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed.JusPodivm, 2026.

AVENA, Norberto Claudio Pancaro. Processo Penal: esquematizado.- 15ªed.- Rio de Janeiro : Forense; São Paulo: Metodo, 2023.

GOMES, Luiz Flávio. Suspensão condicional da processa penal: o novo modelo consensual de justiça criminal. São Paula : RI, 1995. (03)

GRINOVER, Ada Pellegrini et alli. As nulidades no processo penal. 6ª ed., São Paulo: RT, 1997.

GRINOVER, Ada Pellegrini et alli. Liberdades públicas e processo penal: as interceptações telefônicas. Rio de Janeiro: Saraiva, 1976.

JARDIM, Afrânio Silva. Ação penal pública: principio da obrigatoriedade. Rio de Janeiro:

Unisaiesiano, 1988.

JARDIM, Afrânio Silva. Direito processual penal. 5ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1995

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal.- 18ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2011.

MARCÃO, Renato. Curso de processo penal. 7ª ed.rev., ampl. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2021.

Bibliografia complementar:

MIRABETE, Júlio Fabbrini. Processo penal. 4ª ed., São Paulo: Atlas, 1995.

TORNAGHI, Hélio. Curso de processo penal. 6ª ed., São Paulo: Saraiva, 1989.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo penal. 18ª ed.. São Paulo: Saraiva 1997.

TUCCI, Rogério Lauria. Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro. São Paulo: Saraiva, 1993.

TUCCI, Rogério Lauria. Jurisdição, ação e processo penal. Belém: CEJUP, 1984.

Araçatuba, 01 de Fevereiro de 2026.

Prof.Ms. Alessandro Lopes Dias



CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO SALESIANO AUXILIUM

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: TRABALHO DE CURSO I

SEMESTRE: **TURNO:**

CARGA HORÁRIA: 80 h

PROFESSOR RESPONSÁVEL: CLEIDE HENRIQUE AVELINO / MAÍSA FURTADO DE SOUZA

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outras.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Dotar o acadêmico de conhecimentos elementares ao início dos estudos para realização de trabalhos científicos de curso de Direito; Estudos dirigidos ao planejamento, a metodologia e elaboração da monografia; Levantar problemas, apresentar pressuposto teórico e elaborar um projeto de trabalho científico; Iniciar o desenvolvimento da monografia com a fundamentação teórica do TCC.

EMENTA

Compreensão e visualização das estruturas e organizações de trabalhos científicos de curso de Direito, dando ênfase ao projeto de pesquisa, fase inicial para o desenvolvimento de uma pesquisa científica e a produção da primeira e segunda seção da monografia.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Escolha do tema

Escolha do orientador

Metodologia: Noções, fundamentos e técnicas de metodologia

Pesquisa: Importância e aplicabilidade

Leitura: Análise de textos; Como ler e como redigir; Resumo de livros e textos

Pesquisas em Referências: Fases da pesquisa em Referências; Compilação e fichamentos de livros

Pesquisa documental: Fontes documentais, vantagens e limitações

Pesquisa exploratória: Procedimentos iniciais e desenvolvimento;

Projeto de Pesquisa: Tema e Delimitação do tema; Objetivos – geral e específicos; Problemática e Hipótese;

Métodos e técnicas de pesquisas; Justificativa e Referências.

Entrega do Projeto

Formatação da Monografia e seus elementos essenciais

Elaboração da Primeira e Segunda Seção da Monografia



SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

Aulas expositivas do conteúdo

Orientação para definição do Tema e Delimitação

Acompanhamentos e orientações aos alunos sobre a consolidação das atividades desenvolvidas;

Pesquisas: exploratória, bibliográfica e em outras fontes.

Desenvolvimento dos métodos e técnicas de pesquisas;

Preparação e elaboração do Projeto de Pesquisa Científica, Seções 1 e 2.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Trabalhos em aula e extraclasse, como fichamentos, resumos e elaboração do Projeto de Pesquisa e Seções da Monografia, com observação ao longo do curso da frequência, cumprimento dos prazos para entrega das Atividades do TCC, com média mínima de 7,0.

ATIVIDADES EXTRACLASSE / PROJETOS ESPECIAIS

Desenvolvimento dos métodos e técnicas de pesquisas, pesquisas biblioteca física e online, com fichamentos e resumos. Elaboração do Projeto de Pesquisa e Seções 1 e 2 da Monografia.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. Rio de Janeiro: 2023.

LAKATOS, Eva M. **Metodologia do Trabalho Científico**. 9. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br>

MATTAR NETO, João Augusto. **Metodologia Científica na Era da Informática**. 3. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

APOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. 2. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2011. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br>

BITTAR, Eduardo. **Metodologia da pesquisa jurídica**. 18. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br>

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br>

ORNELLAS, André Luis (orientador) *et al.* **Manual de orientações metodológicas para redação de trabalhos**. Araçatuba: UniSALESIANO, 2023. Disponível em: <https://unisalesiano.com.br/aracatuba/manual-metodologico/>

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br>



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: PROCESSO DO TRABALHO I

SEMESTRE:

TURNO: NOTURNO / DIURNO

CARGA HORÁRIA: 20 h/a

PROFESSOR RESPONSÁVEL: ARNALDO GASPAR EID

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

O Centro Universitário Católico Auxilium – UniSALESIANO, fundado em princípios éticos, cristãos e da pedagogia salesiana, e em consonância com suas funções de ensino, pesquisa e extensão, inspirado nos princípios e fins da Educação Nacional, tem por missão **contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão, através da produção e difusão do conhecimento e da cultura**. Esta Missão se expressa na seguinte afirmação de Dom Bosco: formar bons cristãos, honestos cidadãos e profissionais competentes.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria, e outras.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Possibilitar a compreensão do papel e organização desempenhados pela Justiça Trabalhista. Compreender os mecanismos de acionamento da jurisdição trabalhista e do desenvolvimento dos atos processuais. Preparar os acadêmicos para atuação prática em demandas de natureza trabalhista.

EMENTA

Princípios e fontes do direito
Formas de solução dos conflitos trabalhistas.
Comissões de Conciliação Prévia
Organização da Justiça do Trabalho.
Competência da Justiça do Trabalho.
Atos, termos e prazos processuais
Partes, representação e assistência
Prescrição e decadência
Nulidades no processo do trabalho
Petição Inicial
Distribuição e Citação

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE 1 – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

UNIDADE 2 - PRINCÍPIOS

- 2.1 Princípios Gerais.
- 2.2 Princípios de direito processual do Trabalho.
- 2.3 Demais princípios aplicáveis.

UNIDADE 3 – SOLUÇÃO DOS CONFLITOS TRABALHISTAS

- 3.1 Classificação.



- 3.2 Formas de solução dos conflitos.
- 3.3 Auto-Defesa.
- 3.4 Autocomposição.
- 3.5 Heterocomposição.
- 3.6 Comissão de Conciliação Prévia

UNIDADE 4 – ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

- 4.1 Introdução.
- 4.2 Varas do Trabalho.
- 4.3 Tribunais Regionais do Trabalho.
- 4.4 Tribunal Superior do Trabalho.
- 4.5 Órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho.

UNIDADE 5 – COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

- 5.1. Conceitos.
- 5.2. Competência em razão da matéria.
- 5.3. Competência em razão das pessoas.
- 5.4. Competência em razão do lugar.
- 5.5 Competência ações especiais.
- 5.6 Incompetência da Justiça do Trabalho.
- 5.7 Conflitos de Competência.

UNIDADE 6 - ATOS, TERMOS E PRAZOS PROCESSUAIS.

- 6.1. Atos processuais.
- 6.2. Termos.
- 6.3. Prazos Processuais.

UNIDADE 7 - PARTES, REPRESENTAÇÃO, PROCURADORES E TERCEIROS.

- 7.1. Capacidade.
- 7.2. Representação.
- 7.3. Assistência.
- 7.4 Partes e representação no processo do trabalho.
- 7.5 Ius Postulandi.
- 7.6 Litisconsórcio.
- 7.7 Intervenção de Terceiros.

UNIDADE 8 - SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL.

- 7.1 Conceito.
- 8.2. Previsão Legal.
- 8.3. Hipóteses.

UNIDADE 9- NULIDADES.

- 9.1 Conceitos.
- 9.2 Princípios.
- 9.3 Nulidade absoluta e relativa.
- 9.4 Requisitos.
- 9.5 Efeitos.

UNIDADE 10 – PETIÇÃO INICIAL

UNIDADE 11– DISTRIBUIÇÃO E CITAÇÃO



SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

A metodologia consiste em aulas expositivas. Propiciar o debate sobre temas da disciplina que despertem maior interesse entre os alunos, sobretudo atualidades, inovações de teses doutrinárias legislativas. Trabalho em grupo, na sala de aula para pesquisa doutrinária sucinta de temas propostos.

ATIVIDADES EXTRACLASSE / PROJETOS ESPECIAIS

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será efetuada através de prova escrita com questões objetivas ou dissertativas. Poderão a critério do docente ser realizados trabalhos para composição de média final, com a finalidade de proporcionar pesquisa doutrinária e jurisprudencial. Participação, comportamento e desempenho em sala serão sopesados também para composição das notas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

GIGLIO, Wagner D.; CORRÊA, Cláudia Giglio Veltri. Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Saraiva.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Atlas.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao Processo do Trabalho. São Paulo: Saraiva.

SARAIVA, Renato. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Método.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALMEIDA, André Luiz Paes de. CLT e Súmulas do TST Comentadas. São Paulo: Rideel,

CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. São Paulo: Saraiva.



CURSO : DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

CARGA HORÁRIA 80h

EMENTA

Noções preliminares. Fontes. Tratados e Convenções de Direito Internacional Privado. Nacionalidade. Cidadania. Naturalização. Aplicação, interpretação do direito estrangeiro e regras de conexão. Lei de Introdução ao Código Civil. Homologação de sentença estrangeira. Convenção de Viena sobre tratados. Situação jurídica do estrangeiro. Mercosul.

OBJETIVO

Geral: permitir ao aluno compreender o fenômeno do conflito entre leis e jurisdições suscitado por relações jurídicas conectadas a mais de um Estado, bem como analisar criticamente as normas de direito internacional privado vigentes em nosso ordenamento jurídico, com enfoque nos tratados e convenções internacionais incorporados ao direito brasileiro.

Específicos: 1. Apreender a importância do Direito Internacional Privado no cenário atual de intensificação das relações privadas entre pessoas de diferentes nações; 2. Compreender o papel de sobredireito desempenhado pelo direito internacional privado como ciência que aponta a solução aos conflitos interestaduais; 3. Desenvolver a capacidade de assimilar o funcionamento prático da disciplina, aplicando as normas de DIP, quanto à execução da lei e da sentença estrangeiras no território nacional.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO

1. Esboço histórico do Direito Internacional Privado.
2. Noções fundamentais e objeto do Direito Internacional Privado.
3. Fontes do Direito Internacional Privado.
4. Teoria das qualificações.
5. Elementos de conexão.
6. Aplicação do direito estrangeiro.
7. Homologação de sentença estrangeira.
8. Nacionalidade.
9. Condição jurídica do estrangeiro.
10. Mercosul.

4 – CRONOGRAMA DA DISCIPLINA

UNIDADE	TÍTULO	PERÍODO
I	Esboço histórico do DIP	fevereiro
II	Noções fundamentais e objeto do DIP	fevereiro
III	Fontes do DIP	março
IV	Teoria das qualificações	março
V	Elementos de conexão	março
VI	Aplicação do direito estrangeiro	abril
VII	Homologação da sentença estrangeira	abril
VIII	Nacionalidade	maio
IX	Condição jurídica do estrangeiro	maio
X	Mercosul	maio

MÉTODOLOGIA DE ESTUDOS

Aula expositiva-dialogada.

Debates com os alunos sobre cada unidade ministrada.

Leitura de obra indicada.

Iniciação à pesquisa sobre criminalidade e violência.

AVALIAÇÃO

1. DAS PROVAS:

A prova escrita sobre toda a matéria lecionada será realizada após o término da disciplina.

2. DOS TRABALHOS

Seminários e exposição em grupo sobre temas relevantes da disciplina, notadamente documentos internacionais ratificados pelo Brasil.

3. DA RECUPERAÇÃO:

Será procedida na forma regimental

4. NOTAS:

A nota final será atribuída pela média da prova final e dos trabalhos.

5. DA REVISÃO DAS PROVAS:

Será considerada na forma regimental.

6. DA FREQUÊNCIA:

Os alunos deverão ter a frequência mínima de 75% das aulas ministradas.

BIBLIOGRAFIA

ARAUJO, Nadia de. "Direito Internacional Privado. Teoria e Prática Brasileira". Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

2. DOLINGER, Jacob. "Direito Internacional Privado. Parte Geral". Rio de Janeiro: Renovar, 2008. 9ª edição.

3. Del'OMO, Florisbal de Souza. "Curso de Direito Internacional Privado". Rio de Janeiro: Forense, 2009. 7ª edição.

4. RECHSTEINER, Beat Walter. "Direito Internacional Privado". São Paulo: Saraiva, 2008. 11ª edição.

5. LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO (DECRETO LEI 4657/42).

Bibliografia complementar:

1. CASTRO, Amílcar de. "Direito Internacional Privado". Rio de Janeiro: Forense, 2000.

2. AMORIM, Edgar Carlos de. "Direito Internacional Privado". Rio de Janeiro: Forense, 2005.

3. RODAS, João Grandino. "Contratos Internacionais". São Paulo: RT, 2002.

4. VALLADÃO, Haroldo. "Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 1980.



CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO SALESIANO AUXILIUM



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: PRÁTICA TRABALHISTA

SEMESTRE: **TURNO:** NOTURNO / DIURNO **CARGA HORÁRIA:** 20 h/a

PROFESSOR RESPONSÁVEL: ARNALDO GASPAR EID

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outras.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Permitir ao aluno através da elaboração de peças processuais e instrumentos, assimilar e exercitar os conhecimentos adquiridos no estudo do direito material do trabalho e processual do trabalho, em simulações preparatórias para o exercício da atividade profissional no âmbito trabalhista. Desenvolver habilidades de utilização das ferramentas processuais, utilizadas no âmbito da Justiça do Trabalho. Preparar os acadêmicos para segunda fase do exame de ordem e atuação prática em demandas de natureza trabalhista.

EMENTA

Reclamação Trabalhista; Consignação em pagamento; Mandado de Segurança; Contestação; Recurso Ordinário; Recurso de Revista; Agravo de Instrumento; Embargos à Execução; Embargos de Terceiro; Agravo de Petição; Elaboração de relatório de autos findos; Relatório de audiências na Justiça do Trabalho, Visita à Justiça do Trabalho; Desenvolvimento de Prática Simulada.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Elaboração em sala de aula das seguintes peças: Reclamação trabalhista, consignação em pagamento, contestação, processo de jurisdição voluntária, Recurso ordinário; Recurso de revista; Agravo de instrumento; Embargos à execução; Agravo de petição. Realização das atividades obrigatórias do núcleo de prática jurídica. Visita orientada à justiça do trabalho, elaboração de relatório de autos findos,



acompanhamento de audiências na justiça do trabalho e participação na elaboração de peças na atividade de prática trabalhista simulada.

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

Aulas expositivas, debates, acompanhamento na elaboração das peças processuais e instrumentos, acompanhamento de visitas orientadas aos principais órgãos jurisdicionais ligados à Justiça do Trabalho, bem como, coordenação de atividades práticas simuladas, tais como, audiências.

ATIVIDADES EXTRACLASSE / PROJETOS ESPECIAIS

Visita orientada

Análise de autos findos

Acompanhamento de audiências com elaboração de relatórios

Prática Trabalhista Simulada

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Presença e participação nas atividades desenvolvidas em sala, entrega pontual de peças, e atividades periódicas na forma recomendada pelo docente.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

MARTINS, Sérgio Pinto. Prática Trabalhista - 2025: Grupo Gen (Biblioteca Virtual)

SABINO, Renato. Coleção Prática Forense - Prática Trabalhista - 5ª Edição 2024: SaraivaJur

BARROSO, Darlan. Prática Trabalhista. 6ª Edição 2024: Jus Podium

GIGLIO, Wagner D.; CORRÊA, Cláudia Giglio Veltri. Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Saraiva.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Atlas.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao Processo do Trabalho. São Paulo: Saraiva.

SARAIVA, Renato. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Método.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. São Paulo: Atlas.

OLIVEIRA, Aristeu de. Manual de Prática Trabalhista. São Paulo: Atlas.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALMEIDA, André Luiz Paes de. CLT e Súmulas do TST Comentadas. São Paulo: Rideel,



CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO SALESIANO AUXILIUM

CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. São Paulo: Saraiva.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. São Paulo: Atlas.

OLIVEIRA, Aristeu de. Manual de Prática Trabalhista. São Paulo: Atlas.



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO ELEITORAL

PROFESSOR RESPONSÁVEL: Daniel Barile da Silveira

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO:

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

I - Ementa

O curso trata sobre o Sistema Jurídico Eleitoral, na busca de entender os mecanismos que sustentam esse ramo do direito. Após, pretende avaliar os Princípios de Direito Eleitoral, como fontes de estruturação de todo o sistema. Após, passa ao estudo pormenorizado dos Direitos Políticos e das Fases do Sistema Eleitoral. Em avanço à temática, promove uma abordagem mais específica sobre o entendimento do Regime das Inelegibilidades. Ao final, verifica o funcionamento da Organização Judiciária Eleitoral, dos Partidos Políticos e sua mobilização por Ações eleitorais.

II - Objetivos

Busca munir o estudante dos instrumentos necessários para a compreensão do tratamento dos sistemas eleitorais brasileiros, bem como suas regras pertinentes, contribuindo para a formação de cidadãos mais preparados para a vida política e o exercício da cidadania.

Fornecer ao estudante o instrumental básico para as operações cotidianas de um profissional do direito público. Desenvolver habilidades que permitam resolver problemas práticos e encontrar soluções jurídicas compatíveis com o ordenamento, de modo a formar um profissional apto a transpor para a prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula.

Em especial, o aluno deve ser capaz de compreender a importância o funcionamento das eleições e das regras atinentes à sua regularidade.

III - Conteúdo Programático

1. SISTEMA JURÍDICO-ELEITORAL
 - 1.1. Introdução ao Direito Eleitoral: histórico e importância atual;
 - 1.2. Sistemas de Direito Eleitoral: democracia direta, semi-direta e indireta;

- 1.3. O sufrágio eleitoral: características, regulamentação jurídico-constitucional;
- 1.4. As formas de exercício do sufrágio: voto direto, plebiscito, referendo e iniciativa popular de leis.

2. PRINCÍPIOS DE DIREITO ELEITORAL

- 2.1. Princípio da lisura das eleições;
- 2.2. Princípio da anualidade;
- 2.3. Princípio da moralidade eleitoral;
- 2.4. Princípio da irrecorribilidade das decisões do Tribunal Superior Eleitoral;
- 2.5. Princípio da responsabilidade solidária entre candidatos e partidos políticos;
- 2.6. Princípio do aproveitamento do voto;
- 2.7. Outros princípios.

3. DIREITOS POLÍTICOS E FASES DO PROCEDIMENTO ELEITORAL

- 3.1. Regulamentação constitucional do Direito Eleitoral: Direitos Políticos e Partidos Políticos;
- 3.2. O alistamento eleitoral: características e recursos contra sua invalidação;
- 3.3. Domicílio eleitoral.
- 3.4. O exercício eleitoral: validade jurídica do título, transferência de domicílio, duplicidade eleitoral, justificação de voto e revisão de eleitorado;
- 3.5. Restrição aos direitos políticos;
- 3.5. Da multa eleitoral: natureza jurídica, cobrança, impugnação e demais especificidades.
- 3.6. Da Votação: regras sobre a votação e limitações ao seu exercício;
- 3.7. Da Apuração dos votos: disciplina jurídica.
- 3.8. Da proclamação e diplomação dos eleitos.

4. DO REGIME DAS ELEGIBILIDADES E INELEGIBILIDADES ELEITORAIS E DA PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS

- 4.1. Requisitos para a elegibilidade;
- 4.2. Das inelegibilidades.
- 4.3. Hipóteses e requisitos para a suspensão/perda dos direitos políticos.

5. DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA E COMPETÊNCIA ELEITORAIS E DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

- 5.1. Da estrutura e competência judiciárias no Direito eleitoral;
- 5.2. Do poder regulamentar do Tribunal Superior Eleitoral;
- 5.3. Da atuação funcional do Parquet na garantia da normalidade das eleições;

6. PARTIDOS POLÍTICOS

- 6.1. Características e natureza jurídica;
- 6.2. Temas específicos: Fidelidade partidária, verticalização das coligações, prestação de contas e da cláusula de barreira.
- 6.3. Convenção e registro eleitoral;
- 6.4. Propaganda Eleitoral

7. DAS AÇÕES ELEITORAIS

- 7.1. Da ação de Impugnação ao pedido de registro de candidatura;
- 7.2. Ação de captação ilícita de sufrágio;
- 7.3. Ação de reclamação em face de propaganda política eleitoral irregular;

- 7.4. Ação de impugnação de mandato eletivo.
- 7.5. Recurso contra a diplomação.

IV - Metodologia

Durante as aulas, utilizar-se-á das seguintes metodologias e recursos pedagógicos:

Discussão oral: dinâmica mais tradicional no ensino jurídico, consiste na discussão oral, aberta e problematizante, dos temas tratados, trazendo ao aluno os conceitos mais básicos do Direito Eleitoral, de maneira que, no decorrer do curso, tais compreensões possam ser somadas e forneçam aos estudantes uma visão conjuntural da cientificidade e da importância social do fenômeno jurídico. Tal método de ensino se justifica na medida em que se torna um veículo legítimo para fornecer ao aluno uma visão mais sistematizada acerca do novo campo de conhecimento, nem sempre de fácil assimilação unicamente por meio da leitura. Terá por base o uso de aulas discursivas e dialogadas, estratégia didática utilizada que permite a constante participação dos alunos, através de uma interação mais apta a despertar o sentido do ensino-aprendizagem, fugindo-se do esquema monolítico da aula expositiva pura. Assim buscará suscitar-se questões em classe que permitam ao graduando não apenas o conhecimento dos conceitos e classificações já tradicionalmente reproduzidos nas academias de Direito, porém os dotarão de capacidade analítica crítica acerca da teoria jurídica clássica e sua repercussão no campo prático, estimulando-lhe uma reflexão mais aberta e desprendida de esquemas dogmáticos rígidos.

Estudos em grupo em sala de aula: trata-se de estudos pontuais e concernentes a determinados assuntos previstos no conteúdo programático que, além de constituírem um mecanismo de avaliação dos estudantes, proporcionará uma maior capacidade de argumentação e debate sobre os temas desenvolvidos. Não obstante os benefícios trazidos como forma de interação social, os estudos em grupo buscarão desenvolver habilidades no aluno consistentes no planejamento em conjunto das etapas do trabalho, dividindo-se tarefas e atribuições, bem como estimulando resolução conjunta dos problemas apresentados e melhorando a capacidade de síntese e exposição das ideias levantadas coletivamente.

Questões-referência: trata-se de um recurso pedagógico que permite com o que o professor formule questões escritas específicas sobre determinada visão do aluno no tocante a algum assunto afeto à aula ou sobre os conteúdos trabalhados, de modo a que se possa direcionar as estratégias pedagógicas e se busque estabelecer quais as dificuldades que a classe possui no aprendizado da matéria.

Estudos de caso: trata-se do estudo de casos concretos ou fictícios (case) como um mecanismo de propiciar um debate construtivo e reflexivo ao aluno, permitindo-lhe o exercício de inúmeras habilidades, as quais se iniciam com a contextualização de questões práticas do Direito, além de se estender ao desenvolvimento do debate em grupo e a confrontação de ideias e argumentos presentes na dissolução do caso. Eventualmente pode-se cominar tal prática com a simulação (role play) dos pontos de vista postos em debate, explorando-se assim as capacidades retórica e de expressão corporal do aluno, reunidas quando do momento da ilustração de suas ideias.

As aulas terão por base as obras listadas na bibliografia, todas de fácil acesso na Biblioteca Online, sendo recomendada a leitura de capítulos específicos de alguns dos livros citados listados pelo professor. A leitura dos clássicos também será de fundamental importância para que o aluno possa ter sua formação pautada pela alta qualificação não somente técnica do Direito, mas centrada na análise das influências teóricas que conferem ao fenômeno jurídico sua singularidade como um ramo específico inserido no universo do conhecimento humanístico.



V - Avaliação

Provas bimestrais, participação em seminários ou estudos dirigidos em sala de aula, além de trabalhos de pesquisas individuais ou em grupos.

VI - Bibliografia

Bibliografia básica:

GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral**. São Paulo: Atlas, 2020.
RAMAYANA, Marcos. **Direito eleitoral**. 13ª ed. Niterói: Impetus, 2020.
LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 24 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Roberto Moreira de. **Curso de Direito Eleitoral**. 6. ed. JusPODIVUM, 2012.
MASSON, Nathalia. **Manual de Direito Constitucional**. 6 ed., Salvador: Juspodvm, 2018.
COSTA, Adriano Soares da. **Instituições de Direito Eleitoral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
JARDIM, Torquato. **Direito Eleitoral Positivo**. 2. ed. Brasília: Jurídica, 1998.
MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 13 ed., São Paulo: Saraiva, 2018.
MICHELS, Vera Maria Nunes. **Direito Eleitoral**. 7. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.
SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 37 ed., São Paulo: Malheiros, 2014.



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: PRÁTICA JURÍDICA CIVIL III

CARGA HORÁRIA: 40 horas

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria, Ministério Público, Defensoria Pública e outras.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Propiciar ao aluno os conhecimentos práticos das diferentes fases do Processo Civil, em seus diversos procedimentos, elaborando peças processuais técnicas e atentas a realidade jurídica / social.

Exposição pelo aluno em classe do conteúdo dos trabalhos realizados, com debates técnicos sobre o Direito, sistema de precedentes, peças processuais



e demais atividades.

EMENTA

Estudo de casos concretos cíveis, resolução de problemas práticos, estudo do sistema de precedentes, inclusive com elaboração de peças processuais. Acrescenta-se a utilização de recursos pedagógicos, apresentação de slides, conceitos atuais das técnicas na elaboração de peças, *visual law*, navegação pelos sites dos tribunais com aprendizado dos sistemas, pesquisas de jurisprudência etc.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Teoria (breve resumo e principais pontos para elaboração das peças):
Parte geral dos recursos. Classificação dos recursos. Efeitos dos Recursos. Princípios dos Recursos. Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito. Recurso independente e recurso adesivo.
- Prática (peças): Recursos em espécie e petições.
- Agravo Interno;
- Recurso Especial;
- Recurso Extraordinário;
- Agravo em Recurso Especial;
- Agravo em Recurso Extraordinário;
- Sucedâneos Recursais;
- Mandado de Segurança;
- Embargos de Divergência;
- Propositura de ações simuladas cíveis;



- Audiências.

METODOLOGIA DE ENSINO

O curso constará de aulas práticas e teóricas, onde, incentivarão relações de troca em clima democrático e harmônico permitindo-se aos alunos, elaboração do conhecimento e o desenvolvimento do senso crítico, especialmente:

- Aulas expositivas.
- Apresentação em slides com recursos visuais.
- Esquemas e quadros sinópticos.
- Seminários.
- Pesquisas de doutrina e jurisprudência.
- Estudo de casos práticos.
- Estudo dos sistemas (judiciário) e navegação em sites dos tribunais.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Será feita a avaliação levando em conta a frequência e participação do aluno em sala de aula, a apresentação no prazo das peças processuais exigidas, a participação em audiências e, por fim, através de prova ministrada pelo docente.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BARROSO, Darlan; LETTIERE, Juliana F. Prática no processo civil. 9. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019. E-book. p.Capa. ISBN 9788553611935.



GONÇALVES, Marcus Vinicius R. Direito Processual Civil - Coleção Esquematizado - 16ª Edição 2025. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.847. ISBN 9788553628018.

JÚNIOR, Gediel Claudino de A. Prática No Processo Civil - 28ª Edição 2026. 28. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9786559778072.

JÚNIOR, Gediel Claudino A. Prática de Recursos no Processo Civil - 7ª Edição 2026. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9786559777693.

SÁ, Renato Montans de; AGUIRRE, João. Prática Civil - 15ª Edição 2025. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625055.

TARTUCE, Fernanda; DELLORE, Luiz. Manual de Prática Civil - 20ª Edição 2025. 20. ed. Rio de Janeiro: Método, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788530997229.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALVIM, J. E C. Teoria Geral do Processo - 26ª Edição 2025. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788530997267.

CÂMARA, Alexandre F. Manual de Direito Processual Civil - 5ª Edição 2026. 5. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786559778294.

CHACON, Luis Fernando R. Manual de Prática Forense Civil 12ª Edição 2025. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625093.



MARTINS, Flávio. Curso de Direito Constitucional - 9ª Edição 2025. 9. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553626908.

FUX, Luiz. Curso de Direito Processual Civil - 6ª Edição 2023. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. E-book. p.Capa. ISBN 9786559648474.

GIACOMELLI, Cinthia Louzada F.; USTARROZ, Daniel; FERREIRA, Gabriel B.; et al. Prática Processual Civil. Porto Alegre: SAGAH, 2021. *E-book*. p.Capa. ISBN 9786556901756.

JÚNIOR, Humberto T. Código de Processo Civil Anotado - 28ª Edição 2025. 28. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. p.ix. ISBN 9788530995874.

MARTINS, Sergio P. Teoria Geral do Processo - 11ª Edição 2026. 11. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9786584004153.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional - 41ª Edição 2025. 41. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9786559777143.

SÁ, Renato Montans de. Manual de Direito Processual Civil - 10ª Edição 2025. 10. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.1295. ISBN 9788553625208.

SARLET, Ingo W.; MARINONI, Luiz G.; MITIDIERO, Daniel. Curso de Direito Constitucional - 14ª Edição 2025. 14. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553626885.

VICTALINO, Ana C.; PAULINO, Conrado; BARROSO, Darlan; et al. Prática Civil. (Coleção Prática Forense). 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.IV. ISBN 9786553626164.

PLANO DE ENSINO – 1º Semestre

Termo: 9º Período letivo

Disciplina: PRÁTICA PENAL III

Professor: José Fernando da Cunha Pinheiro

Termo:

Ementa:

No atual semestre serão abordadas as técnicas de confecção de peças processuais atinentes ao Processo Penal, orientação a respeito das funções exercidas pelos sujeitos processuais (Delegado, Promotor de Justiça, Magistrado e Defensor) no âmbito do devido processo legal penal, realização de audiências simuladas e visitas orientadas a órgãos públicos do sistema de justiça.

Objetivos:

- Conhecer a atuação prática dos sujeitos processuais (Delegado de Polícia, Promotor de Justiça, Magistrado e Defensor) e respectivas deontologias forenses;
- Elaborar, a partir de casos concretos, as peças processuais recursais mais usuais e também pensar a praxe forense de uma forma crítica;
- Equacionar soluções jurídicas a casos concretos que lhes são apresentados;
- Despertar a consciência da importância social de sua atuação nas áreas jurídicas;
- Desenvolver habilidades para o trabalho em equipe e multidisciplinar, essenciais numa sociedade complexa;

Conteúdo programático:

Serão abordados os conceitos, prazos, hipóteses de cabimento, requisitos, competência, pedidos, forma de confecção e estratégias processuais de peças processuais, além da realização de seminário e audiências simuladas:

Mandado de segurança

Embargos infringentes e de nulidade

Recurso Especial

Recurso Extraordinário

Introdução à Lei n. 7.210/84 (Lei de Execução Penal)

Agravo em execução

Noções de Recursos repetitivos. Fundamento. Base Legal. Processamento. Efeitos Práticos

Audiências simuladas

Metodologia:

A metodologia consiste em aulas expositivas e participação dialogada, com utilização de recursos audiovisuais (powerpoint), metodologias ativas com a disponibilização de situações problemas para discussão e metodologia de sala de aula invertida por meio do PBL (problema based learning). Os alunos entregarão, de forma manuscrita, as peças processuais confeccionadas com a orientação do docente a partir das situações problemas, além de relatórios relacionados às demais atividades.

Avaliação:

A avaliação será realizada de duas formas. Avaliação objetiva, consiste na entrega de peças para análise e verificação de aprendizagem e avaliações aos finais dos bimestres (B1 e B2); e avaliação subjetiva, considerando o empenho e participação em aula e discussões (seminário).

Bibliografia:

Básica:

- MESSA, Ana F. *Prática penal para o exame da OAB*. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025
- NUCCI, Guilherme de S. *Prática forense penal*. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024.
- NUCCI, Guilherme de S. *Código Penal comentado*. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025.
- NUCCI, Guilherme de S. *Código de Processo Penal comentado*. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025

- AVENA, Norberto. *Processo Penal* - 15ª Edição 2023. 15. ed. Rio de Janeiro: Método, 2023.
- CAPEZ, Fernando. *Curso de Processo Penal*. 32. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2025.
- LOPES JR., Aury. *Direito processual penal*. 22. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal. Vol.1, 2,3,4 e 5*. 24. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024.
- FERNANDO CAPEZ, *Curso de Direito Penal – Parte Especial. Vol. 1, 2 e 3*. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024.

Complementar:

- BARROSO, Luís R. *Curso De Direito Constitucional Contemporâneo* - 13ª Edição 2025. 13. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.
- SOUZA, André Pagani de; CARACIOLA, Andrea B.; Carlos Augusto de Assis; et al. *Teoria Geral do Processo Contemporâneo* - 7ª Edição 2024.
- ALVIM, José Eduardo Carreira. *Teoria Geral do Processo*. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025.
- CÂMARA, Alexandre F. *Manual de Direito Processual Civil* - 4ª Edição 2025. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025
- MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 40. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2024.



Curso: Direito			
Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL V			
Professor:			
Termo: 9º	Período Letivo: 1º Semestre	Aulas Semanais: 02 h	Carga Horária: 40 h

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outras.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Ao final do semestre, o acadêmico deverá estar preparado para dominar com competência os institutos processuais trabalhados na disciplina de Processo Civil VI, em especial as relacionadas a compreensão, interpretação e aplicação dos Procedimentos Especiais do Processo de Conhecimento.

EMENTA

Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (ARTIGO 539 A 718 CPC):

1. Ação de consignação em pagamento
2. Ação de Exigir contas
3. Ações Possessórias – manutenção e reintegração de posse – esbulho porssessório
4. ação de divisão e demarcação de terras particulares
5. Ação de dissolução Parcial de Sociedade
6. Inventário e Partilha - arrolamento
7. Embargos de terceiros e Oposição
8. Habilitação
9. Ações de Família
- 10 Ação Monitória
11. Homologação do Penhor Lega e Regulação de Avaria Grossa e restauração de autos

METODOLOGIA E SISTEMA DE AVALIAÇÃO

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (3 títulos)

DIDIER, Fredie; ZANETI JR., Hermes. Curso de Direito Processual Civil. Salvador: Juspodivm. v. 4.

MARCATO, Antonio Carlos. Procedimentos Especiais. São Paulo: Atlas.

THEODORO JR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Forense. v. 2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (5 títulos)

DONIZETTI, Elpídio; CERQUEIRA, Marcelo Malheiros. Curso de Processo Coletivo São Paulo: Atlas.

LEONEL, Ricardo de Barros. Manual do processo coletivo. São Paulo: RT.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade. Código de processo civil comentado e legislação extravagante. São Paulo: RT.

SCARPINELLA BUENO, Cassio. Novo Código de Processo Civil Anotado. São Paulo: Saraiva.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de Processo Civil. Procedimentos especiais e juizados especiais. São Paulo: RT

.....
Professor

Prof. Dra. Cibeles Rodrigues
Coordenadora do Curso



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL V

SEMESTRE: **TURNO:**

CARGA HORÁRIA: 40 h

PROFESSOR RESPONSÁVEL: Ms. Alessandra Lopes Dias

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria, Defensoria Pública etc.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Conhecer a teoria das nulidades no direito processual penal

Conhecer os recursos em processo penal;

Identificar os recursos previstos no processo penal brasileiro;

Identificar as principais ações impugnativas no processo penal brasileiro.

Procedimento do Júri. Nulidades. Recursos. Ações Impugnativas autônomas. Coisa julgada e preclusão.

EMENTA

Procedimento do Júri. Nulidades. Recursos. Ações Impugnativas autônomas. Coisa julgada e preclusão.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. DO PROCEDIMENTO DOS CRIMES JULGADOS PELO TRIBUNAL DO JÚRI

2. DAS NULIDADES E DOS RECURSOS EM GERAL

2.1. Princípios das nulidades 2.2. Nulidades em espécie.

3. DOS RECURSOS EM GERAL

3.1. Princípios gerais dos recursos;

3.2. Apelação;

3.3. Recurso em Sentido Estrito;

3.4. Embargos de Declaração;

3.5. Protesto por novo júri;

3.6. Recurso Especial;

3.7. Recurso Extraordinário; 3.8. Coisa Julgada e Preclusão.

4. AÇÕES IMPUGNATIVAS AUTÔNOMAS

4.1. Revisão Criminal;

4.2. Mandado de Segurança no processo penal; 4.3. *Habeas Corpus*.

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

- Aulas expositivas e recursos audiovisuais.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- Provas híbridas, com questões objetivas e subjetivas - (100%)

ATIVIDADES EXTRACLASSE / PROJETOS ESPECIAIS

Bibliografia básica:

REIS, Alexandre Cebrian Araújo, et al. Direito processual penal esquematizado. 15ª ed.-São Paulo: Saraiva, 2026.

LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de processo penal. 15ª ed.rev.,ampl. e atual. –Salvador: Ed.JusPodivm,2026.

AVENA, Norberto Claudio Pancaro. Processo Penal: esquematizado.- 15ªed.- Rio de Janeiro : Forense; São Paulo: Metodo, 2023.

BADARÓ, Gustavo Henrique. Processo Penal. 3ª ed. rev. atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

CÂMARA, Luiz Antônio. Prisão e liberdade provisória: lineamentos e princípios do processo penal cautelar. Curitiba : Juruá, 1997. (03)

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal.- 23ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2016.

GOMES, Luiz Flávio. Suspensão condicional da processa penal: o novo modelo consensual de justiça criminal. São Paula : RI, 1995. (03)

GRINOVER, Ada Pellegrini GOMES FILHO, Antônio Magalhães; e FERNANDES, Antonio Scarance. As Nulidades no Processo Penal. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2011

JARDIM, Afrânio Silva. Ação penal pública: princípio da obrigatoriedade. 4ª ed. - Rio de Janeiro: Forense, 2001.

JARDIM, Afrânio Silva. Direito processual penal. 9ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2000.

LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal. 6ª ed.rev.,ampl. e atual. –Salvador: Ed..Juspodivm, 2018.

MARCÃO, Renato. Curso de processo penal. 7ª ed.rev., ampl. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2021. NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal comentado. 16ª ed. Ver. Atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.

TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. Curso de direito processual penal. – Salvador: Editora Podivm, 2018.

Bibliografia complementar:

MIRABETE, Júlio Fabbrini. Processo penal. 18ª ed., São Paulo: Atlas, 2006.

TORNAGHI, Hélio. Curso de Processo Penal. 6ª ed., São Paulo: Saraiva, 1989.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. 18ª ed. São Paulo: Saraiva 1997.

TUCCI, Rogério Lauria. Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro. São Paulo: Saraiva, 1993.

TUCCI, Rogério Lauria. Jurisdição, ação e processo penal. Belém: CEJUP, 1984.

Araçatuba, 01 de Fevereiro de 2026.

Prof.Ms. Alessandro Lopes Dias



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: PROCESSO DO TRABALHO II

SEMESTRE:

TURNO: NOTURNO / DIURNO

CARGA HORÁRIA: 20 h/a

PROFESSOR RESPONSÁVEL: ARNALDO GASPAR EID

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

O Centro Universitário Católico Auxilium – UniSALESIANO, fundado em princípios éticos, cristãos e da pedagogia salesiana, e em consonância com suas funções de ensino, pesquisa e extensão, inspirado nos princípios e fins da Educação Nacional, tem por missão **contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão, através da produção e difusão do conhecimento e da cultura**. Esta Missão se expressa na seguinte afirmação de Dom Bosco: formar bons cristãos, honestos cidadãos e profissionais competentes.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas tem por objetivo a formação de profissionais para atuação em planejamento, análise, implementação, utilização e avaliação de modernas tecnologias de informação aplicadas às áreas administrativas e industriais, em organizações públicas e privadas.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Possibilitar a compreensão do papel e organização desempenhados pela Justiça Trabalhista.

Compreender os mecanismos de acionamento da jurisdição trabalhista e do desenvolvimento dos atos processuais.

Preparar os acadêmicos para atuação prática em demandas de natureza trabalhista.

EMENTA

Provas no processo do trabalho; Audiência trabalhista; Sentença; Recursos Trabalhistas; Execução no Processo do Trabalho

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE 1 – PROVAS NO PROCESSO DO TRABALHO

- 1.1 Conceito
- 1.2 Análise e valoração da provas
- 1.3. Momento da produção de provas
- 1.4.Espécies de prova (Documento, depoimentos pessoais, testemunhas e perícia)

UNIDADE 2 – AUDIÊNCIA TRABALHISTA

- 2.1 Introdução ao modelo de audiência trabalhista.
- 2.2 Atos da audiência
- 2.3 Peculiaridades da audiência trabalhista

UNIDADE 3 – SENTENÇA

- 3.1 Conceito
- 3.2 Classificação
- 3.3 Elementos da sentença
- 3.4 Limites do poder de decisão



3.5 Intimação e efeitos

UNIDADE 4 – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

4.1 Definição

4.2 Prazo e momento oportuno

4.3 Hipóteses de cabimento

4.4 Rejeição e sanções processuais

UNIDADE 5 – FASE RECURSAL TRABALHISTA

5.1 Conceito e introdução

5.2 Princípios recusais gerais

5.3 Princípios específicos do processo do trabalho

5.4 Sistema recursal trabalhista

5.5 Preparo recursal

5.6 Recursos em espécie

5.7 Precedentes Vinculantes

UNIDADE 6 – FASE DE EXECUÇÃO TRABALHISTA

5.1 Objetivos da execução

5.2 Requisitos

5.3 Legislação aplicável

5.4 Tipos de execução

5.5 Penhora e ferramentas eletrônicas

5.6 Embargos à execução

5.7 Agravo de petição

5.8 Arrematação e adjudicação

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

A metodologia consiste em aulas expositivas com o intuito de apresentar os institutos jurídicos constantes do conteúdo programático, apresentando situações práticas em que são utilizados, além de estimular a pesquisa e o debate sobre a visão do Poder Judiciário em relação a cada um dos temas objeto de estudo.

ATIVIDADES EXTRACLASSE / PROJETOS ESPECIAIS

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será efetuada através de prova escrita com questões objetivas ou dissertativas. Poderão a critério do docente ser realizados trabalhos para composição de média final, com a finalidade de proporcionar pesquisa doutrinária e jurisprudencial. Participação, comportamento e desempenho em sala serão sopesados também para composição das notas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. Processo do trabalho. [S.l.]: Grupo GEN, 2025 (biblioteca virtual)

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Saraiva. 20ª Edição 2025

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Atlas. 47ª edição 2025

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES



CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO SALESIANO AUXILIUM

SCHIAVI, Mauro. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 21. ed. Salvador: Juspodivm, 2025.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 14. ed. São Paulo: Saraiva/Gen, 2026.



CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO SALESIANO AUXILIUM

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO II

SEMESTRE: **TURNO:** **CARGA HORÁRIA:** 80 h

PROFESSOR RESPONSÁVEL: Ma. CLEIDE HENRIQUE AVELINO / Ma. MAÍSA FURTADO DE SOUZA

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outras.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Dotar o acadêmico de conhecimentos elementares ao início dos estudos para realização de trabalhos científicos de curso de Direito; Estudos dirigidos ao planejamento, a metodologia e elaboração da monografia.

EMENTA

Desenvolvimento da pesquisa. A estrutura da monografia. Redação da monografia. Apresentação gráfica da monografia. Produção do artigo científico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I - Desenvolvimento da pesquisa:

Demonstrar maior embasamento teórico sobre o tema definido na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I, a partir da revisão da literatura, procedendo a coleta de dados através da leitura e de acordo com a metodologia especificada, interpretando as informações, organizando-as de acordo com o plano do trabalho descrito no Projeto de Pesquisa.

A importância da resenha;

Aspectos científicos da pesquisa;

Argumento: aspectos científicos do argumento em um TCC;

Fundamentação teórica/revisão da literatura

Normas Técnicas - revisão



CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO SALESIANO AUXILIUM

II - Redação do texto conforme estrutura da monografia e artigo científico:

Formatação da monografia e seus elementos essenciais

Montar o núcleo do trabalho, dispondo os dados num raciocínio capaz de permitir a comprovação das hipóteses e o desenvolvimento da argumentação, redigindo o pré-texto, o texto e pós-texto, de acordo com as diversas etapas que constituem a monografia:

Elementos pré-textuais;

Elementos textuais;

Elementos pós textuais.

III - Apresentação gráfica da monografia:

Elementos básicos indispensáveis à apresentação gráfica do trabalho científico. Dominar as técnicas necessárias à redação e apresentação gráfica da monografia, segundo as normas de elaboração do trabalho científico.

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

Aulas expositivas do conteúdo

Orientação para produção do texto científico

Acompanhamentos e orientações aos alunos sobre a consolidação das atividades desenvolvidas;

Pesquisas: exploratória, bibliográfica e em outras fontes.

Desenvolvimento dos métodos e técnicas de pesquisas;

Atividades Colaborativas; TDIC; Metodologias Ativas; Blog do TCC; Podcast.

Preparação e elaboração da monografia e artigo científico.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Trabalhos em aula e extraclasse, como fichamentos, resumos, elaboração da Monografia e Artigo Científico. Observação ao longo do curso da frequência, cumprimento dos prazos para entrega das Atividades do TCC, entregada versão final em capa dura e entrega final do Artigo Científico, com média mínima de 7,0.

ATIVIDADES EXTRACLASSE / PROJETOS ESPECIAIS

Desenvolvimento dos métodos e técnicas de pesquisas, pesquisas biblioteca física e online, com fichamentos e resumos. Elaboração da Monografia e do Artigo Científico.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

APOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. 2. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2011. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br>

LAKATOS, Eva M. **Metodologia do Trabalho Científico**. 9. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br>

MATTAR NETO, João Augusto. **Metodologia Científica na Era da Informática**. 3. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br>



CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO SALESIANO AUXILIUM

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. Rio de Janeiro: 2023.

BITTAR, Eduardo. **Metodologia da pesquisa jurídica**. 18. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br>

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br>

ORNELLAS, André Luis (orientador) *et al.* **Manual de orientações metodológicas para redação de trabalhos**. Araçatuba: UniSALESIANO, 2023. Disponível em: <https://unisalesiano.com.br/aracatuba/manual-metodologico/>

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br>



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: Direitos Previdenciário

SEMESTRE: 1º ANO **TURNO:**

CARGA HORÁRIA: 40h/a

PROFESSORA: M. Bruna Carolina Gonçalves Barbosa

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O objetivo do Curso de Direito é a formação integral, técnica e humana dos alunos. Sem dissociar o ensino, a pesquisa e a extensão, busca continuamente a formação teórica e prática, propiciando ao acadêmico a vivência universitária conjugada com os valores salesianos.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Desenvolver competências relacionadas à compreensão, interpretação e crítica das normas e dos aspectos jurídicos da previdência, estudando com especificidade os princípios que regem a disciplina, o regime geral de previdência social, os benefícios previdenciários, introduzindo, ainda, o acadêmico nas questões referentes as ações previdenciárias.

EMENTA

1. Introdução ao direito previdenciário. 2. O regime geral de previdência social. 3. O processo judicial previdenciário

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade 1 - Introdução ao direito previdenciário.

- 1.1 O conceito de direito previdenciário.
- 1.2 Princípios aplicáveis ao direito previdenciário.
- 1.3 Os regimes previdenciários.

Unidade 2 - O regime geral de previdência social.

- 2.1 Disciplina constitucional



2.2 O plano de benefícios da previdência social.

2.2.1 Segurados e dependentes.

2.2.1.1 Manutenção, perda e reaquisição da qualidade de segurado.

2.2.3 Carência.

2.2.4 Salário de benefício.

2.2.5 Benefícios previdenciários.

2.2.5.1 Aposentadoria por invalidez (aposentadoria por incapacidade permanente).

2.2.5.2 Aposentadoria por idade (aposentadoria voluntária).

2.2.5.3 Aposentadoria por tempo de contribuição (aposentadoria voluntária).

2.2.5.3.1 Aposentadoria do professor.

2.2.5.4 Aposentadoria especial.

2.2.5.4.1 Aposentadoria especial da pessoa com deficiência.

2.2.5.5 Auxílio doença (auxílio por incapacidade temporária)

2.2.5.6 Salário-família.

2.2.5.7 Salário-maternidade.

2.2.5.8 Auxílio-acidente. Acidente de trabalho.

2.2.5.9 Pensão por morte.

2.2.5.10 Auxílio-reclusão.

2.2.5.11 Abono anual.

2.2.5.12 Serviços devidos ao segurado e ao dependente.

2.3 O regime previdenciário dos trabalhadores rurais.

Unidade 3 - O processo judicial previdenciário.

3.1 Competência.

3.1.1 Competência da Justiça Federal.

3.1.2 Competência delegada.

3.1.3 Competência do Juizado Especial Federal.

3.2 O prévio requerimento administrativo.

3.3 Noções gerais dos procedimentos comum e dos Juizados Especiais Federais.

3.4 A prova no direito previdenciário.

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

A metodologia a ser utilizada partirá da premissa de que o aluno, enquanto sujeito do processo de aprendizagem, é capaz de construir seu conhecimento mediante a busca de soluções para problemas concretos. Desta forma, as aulas serão desenvolvidas de modo dialógico, problematização, discussão e reflexão de temas, realidades e diferentes abordagens teóricas.

Serão utilizados recursos audiovisuais, projeção em power point, apostilas disponíveis na internet na área do aluno (<https://www.unisalesiano.com.br/salaEstudo/alunos/>), revistas relacionadas aos temas propostos em sala, bem como artigos.

Nessa vertente, serão adotadas opções metodológicas ativas, influenciadas pela pedagogia freireana e pelas técnicas de aprendizagem baseada em problemas, no anseio de concretização de uma vivência acadêmica que se aproxime de um ensino criativo, problematizante e emancipador.

ATIVIDADES EXTRACLASSE / PROJETOS ESPECIAIS



Dinâmicas de grupo e debates;
Problematização do conteúdo programático a partir de estudos de caso; de reportagens e outros conteúdos midiáticos; da exibição de trechos de filmes, músicas, literatura, quadrinhos e outras manifestações culturais.
Produção de textos dissertativos sobre tópicos do conteúdo programático;
Estímulo a pesquisas bibliográficas e de conteúdo na internet.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O critério de avaliação baseia-se na aplicação de 02 provas bimestrais, bem como na aplicação de trabalhos em sala de aula e atividades que desenvolvam o raciocínio crítico do aluno. O peso das notas das provas, bem como dos trabalhos irão depender das atividades desenvolvidas, sendo que, os trabalhos e atividades nunca poderão exceder a 20% da nota total, ou seja, não poderá exceder 2,0 (dois) pontos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

MARTINS, Sergio P. **Direito da seguridade social**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024.

GARCIA, Gustavo Filipe B. **Curso de direito previdenciário: seguridade social**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024. E-book.

SANTOS, Marisa Ferreira dos. **Direito previdenciário**. (Coleção esquematizado®). Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALENCAR, Hermes A. **Manual de direito previdenciário**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024. E-book. ISBN 9786553629004. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9786553629004/>. Acesso em: 08 ago. 2024.

BOCAYUVA, Marcela C. **Direito Previdenciário**. (Coleção Método Essencial). Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559644681. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9786559644681/>. Acesso em: 08 ago. 2024.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João B. **Manual de Direito Previdenciário**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559646548. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9786559646548/>. Acesso em: 08 ago. 2024.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João B. **Direito Previdenciário**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559646302. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9786559646302/>. Acesso em: 08 ago. 2024.

PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO AMBIENTAL

SEMESTRE:

TURNO:

CARGA HORÁRIA: 40 h/a

PROFESSOR: Doutor RAPHAEL HERNANDES PARRA FILHO

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura.

OBJETIVOS DO CURSO

Formação humanístico-cristã, técnica e científica, generalista para atuar na área do direito. Competências, habilidades, atitudes e valores para atuar no mercado de trabalho em consonância com as demandas mundiais, nacionais e regionais. Interação com a comunidade local e regional, prestando serviços de assessoramento jurídico.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Estudo crítico e aplicação prática dos institutos do Direito AMBIENTAL, da legislação constitucional e infraconstitucional e do entendimento doutrinário e jurisprudencial, visando interagir o aluno com os princípios jurídicos que regem a administração pública.

Introdução. Gerações de Direito. Premissas conceituais. Dos PRINCÍPIOS em espécie. Breve histórico da Disciplina. Responsabilidade Ambiental.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução, Gerações de Direito.
 - 1.1 Primeira à quarta geração.
 - 1.2 Onde está o Direito Ambiental?
2. Premissas conceituais.
3. Dos Princípios em espécie.
4. Breve Histórico da Disciplina. Direito Ambiental no Brasil.
5. Responsabilidade Ambiental.

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

Aulas expositivas. Trabalhos, seguidos de fóruns individuais, dando ênfase aos assuntos abordados e discussão de jurisprudências.

Recursos didáticos: aulas gravadas, resolução de questões, *chats* e *lives*.

ATIVIDADES EXTRACLASSE / PROJETOS ESPECIAIS

Sugestão de pesquisas.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

EA (Exercícios avaliativos) – Atividades a serem realizadas individualmente e submetidas no

AVA + Participação em Fóruns: 2 pontos

Prova primeiro Bimestre (P-1) – Avaliação online: 8 pontos Média

PB1 = EA + P-1 =.



REFERÊNCIAS BÁSICAS

Coleção Estudos Direccionados – Coordenador Fernando Capez. Sandro Nogueira, Editora
Unisaesiano Lins-SP

Direito Ambiental Brasileiro. Paulo Affonso Leme Machado. Edição: 31. Ano:2025

Curso: Direito			
Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL VI			
Professor:			
Termo:	Período Letivo:	Aulas Semanais: 02 h	Carga Horária: 40 h

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria e outras.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Ao final do semestre, o acadêmico deverá estar preparado para dominar com competência os institutos processuais trabalhados na disciplina de Processo Civil VI, em especial as relacionadas a compreensão, interpretação e aplicação dos Procedimentos Especiais do Processo de Conhecimento.

EMENTA

Procedimentos especiais de jurisdição voluntária.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (ARTIGO 719 A 770 CPC + LEGISLAÇÃO ESPECIAL – LEI 8.560/92 E LEI 9.099/95):

1. disposições gerais
2. notificações e interpelações
3. Alienação Judicial
4. do divórcio e separação consensual
5. Dos testamentos e codicilos
6. Herança Jacente e vacante
7. dos bens dos ausentes e das coisas vagas
8. interdição – tutela e curatela
9. Organização e fiscalização das fundações
10. ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo

11. Investigação de paternidade

12. Juizado Especial Cível

METODOLOGIA E SISTEMA DE AVALIAÇÃO

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (3 títulos)

DIDIER, Fredie; ZANETI JR., Hermes. Curso de Direito Processual Civil. Salvador: Juspodivm. v. 4.

MARCATO, Antonio Carlos. Procedimentos Especiais. São Paulo: Atlas.

THEODORO JR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Forense. v. 2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (5 títulos)

DONIZETTI, Elpídio; CERQUEIRA, Marcelo Malheiros. Curso de Processo Coletivo São Paulo: Atlas.

LEONEL, Ricardo de Barros. Manual do processo coletivo. São Paulo: RT.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade. Código de processo civil comentado e legislação extravagante. São Paulo: RT.

SCARPINELLA BUENO, Cassio. Novo Código de Processo Civil Anotado. São Paulo: Saraiva.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de Processo Civil. Procedimentos especiais e juizados especiais. São Paulo: RT

.....
Professor

Prof. Dra. Cibele Rodrigues
Coordenadora do Curso



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL VI

SEMESTRE: 10º **TURNO:**

CARGA HORÁRIA: 40 h

PROFESSOR RESPONSÁVEL: Ms. Alessandra Lopes Dias

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito tem por objetivo a formação teórica e prática de profissionais para atuação como operadores do Direito, nos mais diversos ramos, possibilitando a atuação de nosso aluno nas principais carreiras jurídicas, tais como Advocacia, Magistratura, Procuradoria, Defensoria Pública etc.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Conhecer a teoria das nulidades no direito processual penal

Conhecer os recursos em processo penal;

Identificar os recursos previstos no processo penal brasileiro;

Identificar as principais ações impugnativas no processo penal brasileiro.

Procedimento do Júri. Nulidades. Recursos. Ações Impugnativas autônomas. Coisa julgada e preclusão.

EMENTA

Procedimento do Júri. Nulidades. Recursos. Ações Impugnativas autônomas. Coisa julgada e preclusão.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. DO PROCEDIMENTO DOS CRIMES JULGADOS PELO TRIBUNAL DO JÚRI

2. DAS NULIDADES E DOS RECURSOS EM GERAL

2.1. Princípios das nulidades

2.2. Nulidades em espécie.

3. DOS RECURSOS EM GERAL

3.1. Princípios gerais dos recursos;

3.2. Apelação;

3.3. Recurso em Sentido Estrito;

3.4. Embargos de Declaração;



- 3.5. Protesto por novo júri;
- 3.6. Recurso Especial;
- 3.7. Recurso Extraordinário;
- 3.8. Coisa Julgada e Preclusão.

4. AÇÕES IMPUGNATIVAS AUTÔNOMAS

- 4.1. Revisão Criminal;
- 4.2. Mandado de Segurança no processo penal;
- 4.3. *Habeas Corpus*.

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

- Aulas expositivas e recursos audiovisuais.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- Provas híbridas, com questões objetivas e subjetivas - (100%)

ATIVIDADES EXTRACLASSE / PROJETOS ESPECIAIS

Bibliografia básica:

- REIS, Alexandre Cebrian Araújo, et al. Direito processual penal esquematizado. 15ª ed.-São Paulo: Saraiva, 2026.
- LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de processo penal. 15ª ed.rev.,ampl. e atual. –Salvador: Ed.JusPodivm,2026.
- AVENA, Norberto Claudio Pancaro. Processo Penal: esquematizado.- 15ªed.- Rio de Janeiro : Forense; São Paulo: Metodo, 2023.
- BADARÓ, Gustavo Henrique. Processo Penal. 3ª ed. rev. atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.
- CÂMARA, Luiz Antônio. Prisão e liberdade provisória: lineamentos e princípios do processo penal cautelar. Curitiba : Juruá, 1997. (03)
- CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal.- 23ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2016.
- GOMES, Luiz Flávio. Suspensão condicional da processa penal: o novo modelo consensual de justiça criminal. São Paula : RI, 1995. (03)
- GRINOVER, Ada Pellegrini GOMES FILHO, Antônio Magalhães; e FERNANDES, Antonio Scarance. As Nulidades no Processo Penal. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2011
- JARDIM, Afrânio Silva. Ação penal pública: princípio da obrigatoriedade. 4ª ed. - Rio de Janeiro: Forense, 2001.
- JARDIM, Afrânio Silva. Direito processual penal. 9ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal. 6ª ed.rev.,ampl. e atual. –Salvador: Ed..Juspodivm, 2018.
- MARCÃO, Renato. Curso de processo penal. 7ª ed.rev.,ampl. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2021.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal comentado. 16ª ed. Ver. Atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.



TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. Curso de direito processual penal. – Salvador: Editora Podivm, 2018.

Bibliografia complementar:

MIRABETE, Júlio Fabbrini. Processo penal. 18ª ed., São Paulo: Atlas, 2006.

TORNAGHI, Hélio. Curso de Processo Penal. 6ª ed., São Paulo: Saraiva, 1989.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. 18ª ed. São Paulo: Saraiva 1997.

TUCCI, Rogério Lauria. Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro. São Paulo: Saraiva, 1993.

TUCCI, Rogério Lauria. Jurisdição, ação e processo penal. Belém: CEJUP, 1984.

Araçatuba, 01 de Fevereiro de 2026.

Prof.Ms. Alessandro Lopes Dias



CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: Atividades Complementares I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X

CARGA HORÁRIA: 20h cada semestre

EMENTA

Participação em atividades e cursos extracurriculares que complementem a formação jurídica do acadêmico de direito, com iniciativas de natureza social, cultural e artística; com aplicação de conhecimentos em torno de aspectos da realidade em que se insere o UNISALESIANO com divulgação de conhecimentos e técnicas de trabalho à comunidade.

OBJETIVO

Proporcionar ao aluno a experiência de complementar a formação do aluno no conteúdo jurídico, bem como complementar sua formação acadêmica para atuação no mercado de trabalho com utilização de atualização da legislação, da jurisprudência e da doutrina. Desenvolver nos alunos a prática do raciocínio lógico, bem como, ainda, das técnicas de argumentação para compreender e aplicar os conhecimentos teóricos de solução de conflitos na solução dos problemas que lhes são apresentados.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO

Aula Magna;

Participação das Atividades da Delegacia Escola;

Participação das atividades do projeto social de atendimento à comunidade;

AValiação

Observação ao longo do curso (frequência, prazos para entrega de atividades, participação das atividades). Análise dos Certificados para atribuição de horas.



PLANO DE ENSINO

CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO

CARGA HORÁRIA: 160 horas

MISSÃO E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos. Preparar profissionais qualificados, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco condensada no sistema preventivo, cuja missão se resume em “contribuir na formação ética, cristã e salesiana de cidadão através da produção e difusão do conhecimento e da cultura”.

OBJETIVOS DO CURSO

O objetivo do curso de Direito é preparar profissionais comprometidos com o social e a promoção humana, e principalmente, promover a formação teórica e prática do aluno nos diversos ramos do Direito, com visão crítica e reflexiva, apto a atuar nas principais carreiras jurídicas, pelo amplo e sólido conhecimento fornecido pela instituição em suas disciplinas básicas e específicas."

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Proporcionar ao aluno a experiência de leitura, interpretação e posterior utilização da legislação, da doutrina e da jurisprudência. Desenvolver nos alunos a prática do raciocínio lógico, bem como, ainda, das técnicas de análise e argumentação. O aluno deverá ser capaz de compreender e aplicar os conhecimentos teóricos aprendidos até o momento na solução de conflitos/problemas que lhes são apresentados sob a supervisão do professor.



EMENTA

No Estágio Curricular o aluno será direcionado para a Redação de instrumentos e peças processuais, atentando-se à pesquisa legal, doutrinária e jurisprudencial. Análise do direito material Penal e Processo Penal, inclusive com a observação dos prazos processuais e foro de competência. Estudo de casos concretos para estimular o aluno à uma análise crítica construtiva a fim de encontrar a medida judicial cabível. Análise de autos findos reais. Acompanhamento de audiências reais. Realização de visitas orientadas nos Tribunais e órgãos pertencentes ao Poder Judiciário. Formação simulada de autos penais com trabalho em grupo e audiência simulada.

No Estágio Extracurricular o aluno participará de atividades reais na área jurídica durante todo o semestre, em carga horária mínima de 8 (oito) horas por semana, podendo optar pela área da advocacia, procuradoria, promotoria, magistratura, defensoria, polícia civil, federal, Secretarias Estaduais e Departamentos Federais, bem como em Cartórios de Registro Civil, Imóveis ou de Notas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Área Cível:

Ação Monitória;

Ação Possessória;

Inicial e procedimentos do Juizado Especial Cível;

Execução Cível;

Cumprimento de Sentença;

Impugnação ao Cumprimento de Sentença;

Embargos de Terceiro e do Devedor;

Ação Rescisória;



Visita Orientada.

Área Penal:

Habeas Corpus em Primeira Instância;

Habeas Corpus em Segunda Instância;

Embargos de Declaração;

Recurso em Sentido Estrito em Pronúncia;

Recurso em Sentido Estrito em Negação de Habeas Corpus;

Incidente de Insanidade Mental;

Pedido de Progressão de Regime;

Agravo em Execução;

Autos findos;

Processo de Prática Simulada (Júri Simulado)

Acompanhamento de audiências reais;

Visita Orientada;

SISTEMÁTICA DE TRABALHO E RECURSOS DIDÁTICOS

Aulas teóricas expositivas e dialogadas, empregando-se o recurso multimídia no laboratório de informática e sala de audiências, sendo facultativa a utilização de projeções de vídeos. Aulas práticas de caráter demonstrativo dos conhecimentos teóricos adquiridos. Relatórios práticos; Realização de revisões periódicas dos assuntos estudados.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO



A avaliação constará de 2 (duas) etapas que se completam em unificação para aprovação do aluno na disciplina. Etapa 1: No Estágio Supervisionado Curricular deverá o aluno realizar todas as atividades curriculares aplicadas na disciplina de Prática Processual Civil entregues em sala de aula (Peças processuais, análise de autos findos, relatórios de audiências reais, prática simulada, visita orientada e o que mais for disponibilizado para o aluno no semestre letivo). Etapa 2: No Estágio Supervisionado Extracurricular, deverá o aluno cadastrar-se em Escritório de Advocacia, Órgão Privado ou Órgão Público da área do Direito, frequentando o estágio e cumprindo a carga horária estabelecida no contrato, durante todo o semestre com a entrega dos relatórios mensais, no formulário próprio do NPCJ (Núcleo de Prática de Ciências Jurídicas, nas datas estabelecidas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

NUCCI, Guilherme de Souza. **Prática forense penal** – 15. ed., rev., atual. e reform. – Rio de Janeiro: Forense, 2024.

MESSA, Ana Flávia. **Prática Penal para o Exame da OAB** – 16. ed. – São Paulo: Saraiva Jur, 2025.

TARTUCE, Fernanda; DELLORE, Luiz. **Prática Penal para o Exame da OAB**. – 20. ed., rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Método, 2025.

VICTALINO, A. C, et al. BARROSO, D.et al.; ARAÚJO JR, M. A. **Prática forense: prática civil**. – 4. ed. – São Paulo: Saraiva Jur, 2023.

SÁ, Renato Montans de; AGUIRRE, João. **Prática civil**. – 15. ed. – São Paulo: Saraiva Jur, 2025

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO JR, G.C.de. **Prática no Processo Civil cabimento, Ações diversas, competência, procedimentos, petições e modelos**. 24 ed. São Paulo, Atlas.2020.



ASSIS, A de. **Manual dos Recursos**. 9. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2018.

BONFIM, C.A.F.M. **Prática das Ações de Alimentos e Direito de Família**. 3. ed. Leme: Editora Mundo Jurídico, 2019.

CHACON, L.F.R. **Manual de Prática Forense Civil**. Ed.4 São Paulo: Saraiva, 2017.

AURY, Lopes Jr., **Fundamentos do Processo Penal - Introdução Crítica** – 10. ed. – São Paulo: Saraiva Jur, 2024.

MELLO, A. M. T., et al.; HUMBERTO JÚNIOR, H., **Código de processo civil anotado**. - 28 ed., rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro: Forense, 2025.